

EDIÇÃO COMEMORATIVA COM 50 TESTEMUNHOS DE MEMÓRIA E FUTURO

# O REFERENCIAL



Suplemento

**1974 50 ANOS**  
**2024 DE ABRIL**  
**CONTINUAR!**



Associação  
25 de Abril

Suplemento

**Capa:** Cartaz comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril da autoria de Henrique Cayatte

## **3** APRESENTAÇÃO

## **4** ABRIL 50 ANOS – VIVÊNCIAS

*Um memorável despertar*, Maria Natércia C. Silva | 4  
*A alegria estende-se a todos*, Fernandes Antunes | 16  
*25 de Abril de um Alferes aluno da Academia Militar*,  
Edorindo Ferreira | 18  
*O meu 25 de Abril*, Eurico Dias Gomes | 26  
*Foi em Abril*, João de Deus Rodrigues | 30  
*Alguns episódios vividos, um depoimento*, António Romão | 32  
*Poema*, Mar Becker | 39  
*A Conspiração - O ADN do MFA*, Carlos de Almada  
Contreiras | 42

## **60** ABRIL 50 ANOS – RAÍZES

*25 de Abril*, Joaquim Simões | 62  
*Recusa a participar na guerra colonial*, Fernando Cardeira | 64  
*A minha lembrança de Abril*, Isabel Cid | 70  
*As mães de Abril*, Raul Mendes | 87  
*A imprensa de um Capitão de Abril*, Jorge Golias | 88  
*Voltaire adiado*, Teresa Martins Marques | 100  
*Democracia, liberdade e tolerância na toponímia Portuense*,  
Rosalvo Almeida | 108  
*Liberdade*, Jacinto de Almeida | 115

## **117** ABRIL 50 ANOS – LIBERDADES E FUTUROS

*50 anos após Abril*, Francisco Fialho da Rosa | 119  
*25 de Abril de 1974, versus 25 de Novembro de 1975*, Manuel  
Duran Clemente | 124  
*25 de Abril e os Oficiais Milicianos do Quadro Permanente*,  
Manuel Rodrigues dos Santos | 132  
*Ó meus Capitães de Abril*, Custódio Montes | 136  
*O pós-25 de Novembro*, Nuno Santos Silva | 141  
*Então*, Gustavo Pimenta | 148  
*As minhas intervenções no comando e direcção da revolução  
dos cravos*, Franco Charais | 150  
*Princípios capitais*, Carlos Rosado | 181  
*Há esperança*, Jorge Almeida | 186

## Apresentação



Direitos reservados

Na sequência de experiências anteriores de edição de um Suplemento online d' *O Referencial*, também neste número comemorativo dos 50 Anos do 25 de Abril, publicamos este Suplemento com 25 colaborações, organizadas da mesma forma que *O Referencial* em papel/online. Estas colaborações completam e aprofundam as memórias e as análises do tempo que vivemos nestes 50 anos desde o 25 de Abril de 1974, desde as **Raízes** até aos **Futuros**.

O sentimento de gratidão que deixámos expresso no editorial estende-se a todos os colaboradores desta memorável edição da nossa revista, que leva os números 152-153, e que desejamos se estenda a novas participações dos nossos associados e dos nossos amigos.

Bem hajam pela vossa presença e pela vossa participação na luta que continua. **25 DE ABRIL SEMPRE!**

**Aniceto Afonso – diretor d' *O Referencial***

# ABRIL 50 ANOS

---

# VIVÊNCIAS

1974 50 ANOS  
2024 DE ABRIL  
CONTINUAR!



**ABRIL-50 ANOS**  
**Suplemento**

## **UM MEMORÁVEL DESPERTAR**

No rotineiro Portugal cujo único acontecimento assinalável, nos últimos anos, noticiado por uma imprensa sempre censurada, parecia ter sido o grande baile de gala dado por Patiño em Colares a que acorrera o *jet set* internacional, aquele dia começara por um inédito e surpreendente pedido ao esforçado povo português para não ir trabalhar

**MARIA NATÉRCIA CONSTÂNCIO SILVA\***



Direitos reservados

PEDIA-ME JOÃO PEDRO QUE REVIVESSE esse dia em que sentira o medo, um inconfessado medo a entranhar-se-me incontrolável, ao avistar a fila interminável de ruidosos carros blindados de onde emergiam pesados capacetes da tropa transportada. Avançando lentamente na Avenida da República em direcção ao Saldanha, a destruir a quietude da madrugada com ensurdecadora trovoada do rodado metálico, prenunciava o pior. Minha mãe e eu, numa das varandas da Av. João Crisóstomo, olhávamo-nos sem palavras, receando verbalizar o que pressentíamos. Durou mais de uma hora o assustador cortejo e quando terminou, o silêncio completo das ruas desertas pressagiava o que temíamos.

No rotineiro Portugal cujo único acontecimento assinalável, nos últimos anos, noticiado por uma imprensa sempre censurada, parecia ter sido o grande baile de gala dado por Patiño em Colares a que acorrera o *jet set* internacional, aquele dia começara por um inédito e surpreendente pedido ao esforçado povo português para não ir trabalhar. Para que aceitasse ficar prisioneiro em casa e sem saber até quando, pois, o comunicado, não identificado, também não indicava nenhum motivo. Apercebera-me então de que seria um dia diferente.

Atónitas que ficáramos, hesitávamos em tomar decisões e com o medo a tolher-nos a acção, toda a rotina doméstica fora alterada. Inactividade forçada para ouvirmos a rádio a transmitir a mesma marcha militar em todos os postos, interrompida por comunicados cuja importância se ignorava e que escutava apreensiva. Tentativa de utilizar o telefone para nos certificarmos da situação da família de minha irmã com duas crianças pequenas, agravara o medo ao constatarmos estarem avariadas as linhas do telefone. Ouviam-se inúmeras vozes em simultâneo, muitas berrando improperios com que reagiam à impossibilidade de as usarem. Estávamos todas realmente isoladas. A criada exteriorizara o medo que todas sentíamos ao ficar

paralisada pelo toque da campainha, mas acabara por obedecer à ordem da mãe para que fosse abrir a porta.

O pequeno grupo de cinco vizinhas, justificava a invasão de que pedia desculpas afirmando esperar que estando todas mais acompanhadas, conseguiríamos suportar, sem pânico, o terrível medo que a incerteza infundia. Tinham sido despertadas pelo fragor dos carros de combate e preocupadas com os comunicados que nos mantinham na ignorância da respectiva proveniência, não auguravam nada de bom. Também haviam tentado telefonar para os seus familiares sem conseguir, devido à berraria e insultos de muitas vozes cruzadas a ocuparem as linhas. Com a presença dessas vizinhas que se nos juntaram, perscrutávamos, animando-nos mutuamente, as ruas vizinhas que estranhávamos de tão desertas e silenciosas. Varandas dos prédios circundantes assustadoramente vazias e portadas encerradas de todas as janelas que olhávamos na busca de um indício que fosse a resposta para as muitas perguntas que a todas atormentavam desde madrugada.



Direitos reservados

### **As incerteza**

Cansadas de longas horas de incerteza, aventava-se o pior, embora não uniformemente. Algumas de nós admitiam ser golpe de uma classe conservadora que não reconhecia em Marcelo Caetano as qualidades de Salazar. Outras sustentavam não passar de uma absurda repetição de um ridículo 16 de Março, que teria conseguido chegar a Lisboa, mas que também terminaria em prisões dos atrevidos. Havia ainda quem se atrevesse, diferindo da maioria, a um esperançoso se..., que nem arriscava completar.



Certezas tivera-as a criada, preocupada com o encerramento dos supermercados. O nervosismo provocado por um quotidiano todo alterado, levando-a a ter súbita consciência de importância sua, fizera que anunciasse impante que não se responsabilizaria pelas refeições se aquela loucura se prolongasse por dias, como suspeitava, pessimista.

Os diferentes comunicados prosseguiam a revelar que iam sendo tomados o Quartel-General, a Televisão, o aeroporto. Ficava-se suspenso a conjecturar o que a seguir seria tomado. Continuando a ignorar por quem, sentíamos a terrível sensação de insegurança que a incontrolável alternância do medo e da esperança, nos causava. Ouviram-se tiros. De mãos dadas, ouvimos a voz de Sousa Tavares transmitindo do Largo do Carmo. O terrível fragor do som dos tiros confirmava princípio de guerra. Expressões de grande desolação e medo, calaram-nos as frases esperançosas e fez-se silêncio.

Frente ao histórico convento, Salgueiro Maia, jovem capitão dos revolucionários, enfrentava a Guarda Nacional Republicana, espécie de guarda pretoriana do Estado Novo, que resistia no quartel do Carmo. De respiração suspensa, ouvíamos estar-se num impasse que obrigara Salgueiro Maia a ordenar que fossem disparados tiros para as paredes do convento, intimidando e simultaneamente a ganhar tempo.

Soube tempos depois que dentro de genuíno sentir militar, pedira que chegasse ao local um militar de elevada patente, posto que entendia que não deveria ser ele, apenas capitão, a dar ordem de prisão a um primeiro-ministro.

Presas de terrível ansiedade e a sentir que urgia movimentar-me, saí da sala para me encaminhar para o telefone. Talvez aquietasse um pouco a tortura de nada saber de concreto do que acontecia no Largo do Rato, partilhar a tormentosa ansiedade com uma minha amiga cujo marido era da marinha. Ouvi-la, porém, dizer com voz, quase em surdina e apressadamente que não podia atender-me e desligar, deixara-me perplexa.

A resposta às dúvidas que desde madrugada nos torturavam, chegara quase no final da tarde na voz, simultaneamente trémula da idade e com a enérgica autoridade do militar, do general António de Spínola a anunciar o êxito das Forças Armadas. Haviam derrubado, sem derramamento de sangue, o regime salazarista. Os portugueses ouviram naquela tarde o inacreditável. Democracia! Desde aquela hora realidade em Portugal.

### **Acontecer o impossível**

Todos nos olháramos estáticos a assimilar atordoados o que sentimos face ao acontecer do impossível. Só então tínhamos reagido aos saltos de alegria efusante, celebrando a queda do regime com grande profusão de abraços, que felicidade é sensação superlativa a exigir partilha. Abriam-se de par em par as janelas e as varandas logo pejudadas de gente que agitava, eufórica, os braços erguidos a saudar a liberdade. Sendo liberdade a ausência do medo, ouvia-se um coro de alegria gritada ao vento, esperança de uma vida nova a juntar-se às vozes das pessoas que iam surgindo nas ruas. Primeiro apenas algumas, a vencer a estranheza da novidade, de seguida dezenas e logo centenas. Avançavam umas para as outras para se congratularem juntas como num conto fantástico em que as pessoas, até então perdidas num túnel, se encontrassem finalmente no indizível prazer do encontro com a luz. Tão árdua e longamente esperada. Uma luz que experimentavam mais intensa que a do sol daquela tarde luminosa de Primavera e ainda desconhecida dos que lhe gritavam em unísono o nome: Liberdade.

João Pedro olhava-me bem de frente no silêncio que ficou depois que acabara de desnudar emoções muito minhas. Retribuí-lhe o olhar na expectativa de uma justa troca do muito que acabava de me expor.

- Não previ que a recordação desse dia a fizesse sentir como noto e não tenho desculpa, pois eu devia, mais do que muitos, imaginar como se sentiria - e João Pedro ficou depois em silêncio, olhar errando pelo lago.

Teria gostado de me certificar por que estranhos, escusos ou magníficos caminhos vagueavam os pensamentos que naquele momento lhe acentuavam a prega na testa. Reflexão séria, que João Pedro não tentava disfarçar, mas foi em tom animador que ripostei:

- Não se recrimine. Penso que tem de se ter vivido um dia assim para antever a emoção.

Ocultava que sentira que me escondia algo importante. Olhou-me então para agradecer, com expressão amiga, quanto tinha sido esclarecedor o que acabava de ouvir e afirmando-se muito grato, pedia-me que continuasse.

Cordata, contei-lhe então que fora já noite avançada que víamos, com grande ansiedade, surgir na RTP um pequeno grupo de homens, fardados e com ar muito sério constituindo a Junta de Salvação Nacional, como anunciava um locutor. Aparecendo em camisa, abandonados o sempre eterno fato completo e a gravata obrigatória, incutia a esperança de uma drástica mudança.

Dos dias que se seguiram, referia o que fora sair do marasmo a que a tormentosa noite de uma ditadura de mais de quarenta anos sujeitara toda a nação. A revelarem um povo surpreendendo e surpreendendo-se ao experimentar, com alvoroço, uma sensação que não pudera prever. Na padaria, nos mercados, nos locais habituais da sua rotina, na rua e um pouco por toda a parte, todos falavam maravilhados, sentindo-se irmanados na novidade da excitante liberdade. Com a euforia a sobrepor-se à ignorância política, falava-se de tudo pelo prazer de poder relatar os espantosos acontecimentos que se tinha podido presenciar. Experimentando a sensação nova de poder comunicar e informar quem não tivesse presenciado, para que pudesse também surpreender-se e congratular-se com o que lhe era transmitido, numa alegria generalizada pela necessidade de partilha. Sucediavam-se os relatos num atropelo que ninguém notava porque a euforia não se queria perdida em detalhes. Trocavam-se impressões sobre o

surpreendente procedimento dos militares na já célebre madrugada. Habitadas à infalível brutalidade com que a polícia de segurança pública validava, a golpes de cassetete, as suas ordens às multidões mesmo quando a assistir pacificamente à passagem de algum cortejo ou desfile, as pessoas referiam com admiração os militares. Não haviam gritado ordens. Outrossim, convidavam muito delicadamente a obedecer ao que era amavelmente pedido. Surpresas de gentileza tão inesperada em alguém que segurava metralhadora, as pessoas haviam acatado o que lhes fora indicado, ainda que impedidas de irem às suas vidas e sem que soubessem o que as aguardava. Fora bom poder confiar e sentir depois a leveza que então se respirava. Algo no ar trazia todo um bem-estar desconhecido, que parecia aquietar-me a latente inquietude.

Sentia, afirmei, que não conseguia transmitir-lhe o que foram aqueles dias. Um povo que se habituara a viver amordaçado era, ao fim de tantos anos, livre de poder expressar o que pensava. Teria João Pedro de imaginar. Ripostou com um intencional:

- Se me contar o que você sentia, não duvide de que conseguirei imaginar. Eu estranhava o uso de você, tratamento menos aceitável na linguagem a que eu fora habituada, mas não era o momento para analisar as diferenças de uma mesma língua.



Direitos reservados

### **Acontecimentos velozes**

Fora toda uma semana de excitantes acontecimentos a que acorrera a presenciar. Toda uma semana em que não sentira o tédio da rotina. Os acontecimentos registavam-se velozes, por vezes coincidentes na hora e em locais diferentes, obrigando a decidir prioridades dentre as múltiplas informações, restringidas a uma referência singela sem mais indicações e às vezes errada.

Acorrera à estação ferroviária de St<sup>a</sup> Apolónia a aguardar a chegada de Mário Soares, de quem desconhecia a importância. Apareceu na varanda a agradecer, feliz e de cravo vermelho, à enorme multidão que lhe dava as boas-vindas, ovacionando-o. Impressionaram-me os milhares de punhos erguidos e os gritos de morte à PIDE que se ouviam repetidos e em uníssonos por milhares de vozes. Pedido de vingança ecoando forte, pressagiava violência. Soara-me linda a frase na voz do recém-chegado a alertar que uma democracia não se construía com vingança. Baixaram-se os punhos e

extingüiram-se os gritos. Uma explosão de grande alegria repercutiu intensamente em todo o espaço, empolgando-me com um entusiasmo nunca experimentado. Fora também ao aeroporto a participar da espera de Álvaro Cunhal, que me referiram ser um militante comunista. Eu que desconhecia militâncias e que crescera no horror ao comunismo, ali me mantivera expectante, determinada a não perder momentos que a História registaria. Surpreendeu-me a expressão serena iluminada por um sorriso cativante, com que olhava a ruidosa multidão a ovacioná-lo. Também estivera no meio da multidão que se concentrara à porta da prisão de Caxias e emocionara-me ao avistar a debilidade extrema dos presos políticos. Estancavam na soleira da porta aberta da prisão, incrédulos da liberdade que tão inesperadamente lhes era oferecida. A luz potente das câmaras de televisão permitira que os visse a não quererem avançar para a multidão que os convidava a serem de novo livres e notara-lhes o medo de nova cilada em que era perita a polícia política. Foi momento único o abraço do primeiro prisioneiro que arriscou a saída para a liberdade. Dias depois, a notícia de que os encarcerados na prisão de Peniche haviam recusado sair da terrível tortura que constituía aquela tormentosa prisão. Solidarizando-se corajosamente, com três dos prisioneiros a quem havia sido negada a saída, haviam conseguido que pudessem sair todos. Tinha ocorrido de novo ao aeroporto para presenciar o regresso dos exilados, alguns com mais de trinta anos de ausência do país que amavam. Tinham chegado dando-se as mãos e a cantar, com vozes trémulas da emoção, a canção da Grândola Vila Morena que ficaria hino da liberdade a imortalizar dias excepcionais e irrepetíveis. Todo um manancial de notícias e de acontecimentos que indiciava um modo novo de viver. Pedia-me que falasse do que eu registara de mais importante nos primeiros tempos desse novo viver. Em jeito de confiança, referi que experiências que tivera anteriores à revolução, sem saber avaliá-las correctamente, mas que a memória guardara, me surgiram então finalmente compreensíveis,

permitindo aquilatar-lhes a respectiva importância à medida que conseguia organizá-las já sob a luz de um entendimento novo. Precisaria, no entanto, de tempo para descobrir e assimilar o resultado.

**\* Advogada, professora universitária reformada, sócia da A25A**

## **A ALEGRIA ESTENDE-SE A TODOS**



A imagem aqui reproduzida refere-se ao meu pai, fora do seu carro, na Av. Manuel da Maia (próximo do IST) e espelha bem a alegria decorrente da revolução de 25 de Abril. Se houvesse necessidade de legenda uma palavra bastava – liberdade.

**FERNANDO ANTUNES\***



HÁ AQUELES QUE ACREDITAM que “uma imagem vale mais que mil palavras” ou que “a imagem diz tudo”. Para outros há palavras que falam mais que mil imagens (“tudo vale a pena / se alma não é pequena”).

A fotografia não é inédita. A história conta-se em breve palavras: em 1977 realizou-se no Mercado do Povo (Belém) uma exposição fotográfica para comemorar o 3º aniversário do 25 de Abril e que abrangia o período entre 5 de Outubro de 1910 e o 1º de Maio de 1974. Esta mostra deu origem ao álbum «da Resistência à Libertação» da Editora Mil Dias. A imagem em causa vem na página 131 e a legenda diz: “A alegria estende-se a todos”.

Há quem garanta que esse primeiro 1º de Maio foi a maior manifestação popular da história de Portugal. Já não havia medo, censura ou repressão...

O protagonista da foto era um beirão de uma aldeia de Proença-a-Nova, a viver em Lisboa (bairro de Campolide) desde 1958. Francisco Antunes Vaz de seu nome (1925-2003) conheceu pessoalmente personalidades como Mário Soares, Salgado Zenha, Baptista Bastos, Raul Rego, etc. Foi motorista de táxi, empregado de Manuel de Brito (fundador da mítica Galeria 111) e condutor da CGTP.

Afinal, naquele distante dia, o homem fora do carro na zona da Alameda, tinha bastantes razões para dar largas à sua alegria – contava 48 anos de idade e acabava de assistir ao derrube do Estado Novo que governara o país durante 48 anos!... Consigo imaginá-lo perfeitamente a gritar a plenos pulmões “MFA, MFA”, “Liberdade” e “O povo unido jamais será vencido”.

Viva o 1.º de Maio! 25 de Abril sempre!

**\* Sócio da A25A**

## **25 DE ABRIL DE UM ALFERES**

### **ALUNO DA ACADEMIA MILITAR**



Direitos reservados

Cerca das 7 da manhã de 25 de abril, no comboio da Amadora para Lisboa, fui apanhado de surpresa quando uma prima, que encontrei por acaso, em voz baixa me perguntou se sabia que a Baixa de Lisboa estava cheia de militares

#### **EDORINDO FERREIRA\***

NASCI NUMA ALDEIA do concelho de Pombal exatamente a meio do século passado. A grande maioria da população vivia com muitas dificuldades, dedicando-se à agricultura de subsistência, o que,

conjuntamente com a guerra em África, veio a determinar elevada emigração para França no início da década de 60. Vários dos meus colegas da primária iam descalços para a escola, alguns com o estômago vazio, calcorreando mais de 2 km por montes e vales, em caminhos de terra, que no inverno eram de lama. Na escola esperava-nos um panelão de leite em pó a ferver e o intragável óleo de fígado de bacalhau...

Depois de concluído o liceu em Lisboa, porque em Pombal só havia estudos até ao 5.º ano (atual 9.º ano), em 1968 candidatei-me à Academia Militar (AM), tencionando frequentar o curso geral. No entanto, por recomendação de um professor, com quem casualmente falei durante as provas físicas de admissão, depois de requerimento ao general comandante, que foi deferido, e após provas culturais de matemática e físico-química, ingressei no curso de Engenharia. Afinal era o candidato à AM com a nota mais alta de todos os concorrentes e o dito professor incentivou-me a mudar de ideias.

Com a reforma do ensino universitário, levada a cabo pelo ministro Veiga Simão no verão de 1970, os cursos de Engenharia passaram de seis para cinco anos, com programas revistos e atualizados com base nas recentes inovações tecnológicas no domínio da eletrónica. Por incapacidade de adaptação aos novos *curricula*, a AM decidiu enviar os alunos de Engenharia Eletrotécnica (Transmissões) e Mecânica (Serviço de Material) para o Instituto Superior Técnico (IST) dois anos antes do que era costume. E assim, recém-promovido a aspirante a oficial, “aterrei” no Técnico no início de dezembro de 1970, com mais três camaradas de curso, em plena onda de greves dos estudantes, para frequentar o 3º ano do curso de Telecomunicações e Eletrónica. Foi uma experiência agridoce, pois o ambiente era hostil aos militares, propiciando algumas animosidades com colegas e mesmo com professores mais jovens. Mas, por outro lado, foi uma oportunidade para “abrir os olhos” para a situação de um país depauperado

e em guerra “lá longe”. E também para assistir às constantes Reuniões Gerais de Alunos (RGA), onde um dos temas recorrentes era o não à guerra colonial, as quais geralmente eram terminadas à força pela polícia de choque, sob o comando de um tristemente célebre capitão, que, curiosamente, se colocou às ordens de Salgueiro Maia no Terreiro do Paço, na manhã de 25 de Abril. E nessas investidas, com ataques à bastonada, nem os militares escapavam, apesar de se identificarem. Aliás, por isso mesmo, ainda “levavam” mais.

### **Regresso a casa**

Concluído o 4.º ano no verão de 1972, a AM decidiu o nosso “regresso a casa”, argumentando com as constantes greves às aulas e/ou aos exames, obviamente não permitidas, e porque “estariamos a ser subvertidos”. Assim acabaram dois anos de liberdades antes do tempo! E, com professores civis (do IST) e militares (da Arma de Transmissões), concluímos o quinto e último ano de Engenharia em julho de 1973, em regime de internato na Gomes Freire.

Em outubro seguinte casei-me, deslocando-me diariamente à Gomes Freire apenas para frequentar as aulas, perdendo o convívio e o ambiente inerente ao regime de internato. Mas deu para sentir no ar uma situação anómala, em especial depois do levantamento das Caldas da Rainha. Era alferes-aluno do 6º e último ano da AM, apenas com cadeiras militares (que não tivemos antes em razão da ida antecipada para o IST) e as suspeitas avolumaram-se quando o tenente-coronel Garcia dos Santos, professor de Tática de Transmissões, subitamente pretendeu antecipar o teste marcado para finais de abril.

Cerca das 7 da manhã de 25 de abril, no comboio da Amadora para Lisboa, fui apanhado de surpresa quando uma prima, que encontrei por acaso, em voz baixa me perguntou se sabia que a Baixa de Lisboa estava cheia de

militares. Eu tinha o hábito diário de ligar o rádio enquanto fazia a barba, mas nesse dia tal não sucedeu sem que saiba a razão. Mas, na vida, tudo deve ter uma justificação e nada acontece por acaso!

Chegado à Praça do Rossio, um carro parou ao meu lado, ocupado por dois camaradas, também fardados, que vinham de casa e tiveram curiosidade de ver *in loco* o que estava a suceder antes de se dirigirem igualmente à AM. Entrei no carro, tentámos seguir pela Rua do Ouro, mas tal não foi possível porque estava bloqueada por viaturas militares. Voltámos para trás, demos algumas voltas por onde foi possível, e depois rumámos à Gomes Freire. Portão fechado, na parada grupos em conversas de ocasião, ninguém tinha ido para as aulas, juntei-me aos camaradas do curso e por ali andámos a tentar saber o que se estava a passar em Lisboa e no país, e o que fazer. Às tantas, o comandante da Formação, capitão do QEO, recebeu ordem para sair com a sua companhia para “fazer frente aos revoltosos”. Em apoio dele, que não queria acatar a ordem, os alunos bloquearam a porta de armas. O ambiente era algo tenso, mas controlado, com alguns (poucos) preocupados com o rumo dos acontecimentos de que íamos sabendo pela rádio.

É caso para dizer que fui apanhado na rua pela revolução! E o pensamento rapidamente voou para a possibilidade de me libertar da guerra africana.



Direitos reservados

Entretanto, a minha mulher, que havia ficado em casa, saiu pouco depois para ir trabalhar em Lisboa, já informada da situação na Baixa, de que tinha sabido na padaria e confirmada pela telefonia. Com o coração na garganta, porque não sabia de mim e eu tinha saído de casa fardado, pretendeu ir para o emprego, em Santa Apolónia, pela Rua Augusta. Mas o caminho estava barrado com muitos veículos militares, com as ruas já pejudadas de gente a apoiar entusiasticamente as tropas. E por ali ficou, juntando-se à festa, e até subiu para uma viatura blindada, tendo perguntado aos soldados o que estava a acontecer e o que pretendiam fazer. A única resposta foi a euforia do V feito com os dedos indicador e médio das mãos...

De tarde ouvimos tiros para os lados da Baixa, que logo suspeitámos serem das tropas de Salgueiro Maia que cercavam o quartel do Carmo.

Na semana seguinte por lá ficámos confinados, com algumas aulas, até que, no dia 1 de maio, o tenente-coronel Garcia dos Santos deixou

temporariamente as tarefas decorrentes das novas funções e voltou para nos levar às sedes da Legião Portuguesa (na Penha de França) e da PIDE/DGS (na zona do Chiado) para vermos os respetivos sistemas de comunicações. Fomos transportados num pequeno autocarro (TP 9) e quando chegámos à Praça do Chile dificilmente conseguimos seguir viagem. Uma multidão, dando VIVAS ao MFA, com os dedos a condizer, espalhava-se para cima e para baixo na Avenida Almirante Reis, a caminho do estádio que justamente viria a ser denominado 1º de Maio. O “povo unido”, feliz e contente, sonhando com uma vida melhor, cercou e quase levantou a TP 9 e só a muito custo conseguimos seguir em direção à Baixa. E assim tivemos o primeiro contacto real com a revolução e respirámos o ar da liberdade...

Nessa altura o ambiente já era mais desanuviado, havendo trocas de opiniões entre alunos e com os professores, bastante diferente do que acontecera até aí. Na sequência do sucedido em 16 de março de 1974 (revolta das Caldas) deu para perceber que nem todos os alunos e oficiais apoiaram as movimentações militares e que inclusivamente um instrutor passou a andar sempre armado. Na manhã de 25 de abril constatámos que pelo menos dois alunos tinham tido conhecimento prévio da intentona...

A parte final do curso decorreu com relativa normalidade, tendo terminado nas manobras finais em junho no Campo Militar de Santa Margarida.

E o tal teste, que era para ser antecipado, não mais se realizou. O tenente-coronel Garcia dos Santos não voltou a dar aulas e só regressou no fim do ano letivo para nos informar que tinha decidido uma forma democrática de dar as notas. Cada um de nós (éramos 5) escrevia num papel as classificações dos outros quatro e a média seria a classificação individual. Com uma particularidade: não dava mais de 16! E assim foi: um dezasseis, três quinze e um catorze. A democracia estava bem viva!



Direitos reservados

Depois de um estágio de engenharia na CP durante os três meses de verão, onde estive um pouco a leste do que se passava no meio militar, dedicando-me apenas às engenharias, apresentei-me na Escola Prática de Transmissões, em Sapadores, Lisboa, para iniciar o tirocínio. E é aqui que comecei a tomar real conhecimento da situação militar decorrente do 25 de Abril. Havia na unidade vários oficiais que haviam tido intervenção direta no 25 de Abril e o ambiente a favor das liberdades democráticas era visível, propiciando a aprendizagem prática...

Em janeiro de 75 integrei a equipa da Arma de Transmissões superiormente nomeada para apoiar o Secretariado Técnico para os Assuntos Políticos (STAP) do MAI no planeamento e execução do sistema de transmissão e de escrutínio dos resultados das eleições para deputados à Assembleia Constituinte. Os acontecimentos do 11 de março trouxeram alguma entropia aos nossos trabalhos nas instalações do STAP, sentindo-se as pressões para o adiamento das eleições. Apesar dos inerentes atrasos no planeamento, que foram rapidamente ultrapassados, tal não viria a suceder, e o ato eleitoral



realizou-se em 25 de abril, dando cumprimento ao estipulado no Programa do MFA de “convocação, no prazo de 12 meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto”.

Cumprido o “serviço externo” no MAI, em maio voltei à normalidade do tirocínio. Desta vez no Regimento de Transmissões, no Porto, onde senti a aproximação do verão quente de 75, tantas foram as perturbações no regular funcionamento de um quartel, e onde o muito que aprendi em pouco mais de dois meses viria a ser muito útil na minha carreira militar que se prolongou por mais de quatro décadas.

**\* Major-general na reforma, sócio da A25A**

## **O MEU 25 DE ABRIL**



Direitos reservados

A sono solto, como se sabe dormir quando se tem 28 anos e casamento recente, fui acordado por uma campainha que não parava de tocar.

O meu amigo e vizinho Rebelo entrou em sobressalto porta adentro:

- Porra, acorda... desta vez parece que vai ser a sério!... e, a partir daí tudo adquiriu um tempo novo, embora ainda num mesmo espaço mas já, também, em mudança.

**EURICO DIAS GOMES\***

CURIOSAMENTE, O MEU 25 DE ABRIL começou em julho ou agosto de 73.

Acabado o curso de Medicina, a chamada para Mafra não demorou e, ao que à época se dizia, era a maior incorporação de cadetes de sempre. E eu, cadete, tal como umas boas centenas de outros, já não tão jovens quanto a designação o fazia crer, lá fui e assentei praça.

Refiro esta data pelas recordações e peripécias que vivi nessa dita de incorporação e que recordo com saudade, mas, principalmente, pela consciencialização que não me foi difícil absorver de que "nada daquilo podia durar"... o que, em grande parte se deveu também, a um amigo alferes com quem tive a sorte de contactar e que já conhecia.

Enfim, apenas recordações!

Mas, saltemos para o 25 de Abril.

E, foi o que já se adivinha(va)... como diria a canção ...

A sono solto, como se sabe dormir quando se tem 28 anos e casamento recente, fui acordado por uma campainha que não parava de tocar.

O meu amigo e vizinho Rebelo entrou em sobressalto porta adentro:

- Porra, acorda... desta vez parece que vai ser a sério!... e, a partir daí tudo adquiriu um tempo novo, embora ainda num mesmo espaço mas já, também, em mudança.

Por coincidência nesse dia estava de urgência no Hospital Curry Cabral e vivendo em Odivelas quando cheguei à Calçada de Carriche fui mandado parar por uma equipa militar... o que só me reconfortou e, esclarecida que foi a situação, ainda permitiu trocarmos a melhor frase:

- Desta vez é que é!



Direitos reservados

O meu 25 de Abril não ficou nem podia ficar por aqui... mas descrever o que daí para a frente vivi, desde o jovem soldado com a G3 a disparar para o ar e eu no chão a dizer-lhe que o objectivo era a sede da PIDE, até ao inesquecível primeiro de maio... limito-me sempre a consubstanciar na frase que tentei explicar ao meu filho: - " Vivi mais nesse período do que no resto da minha vida"!!!

Porém, como sempre, o sonho lindo que vivemos, cedo começou a ser destruído, passo a passo, só como *eles* sabem, hoje e logo na justiça, depois na reforma agrária, e, claro, no que melhor havia sido conseguido, como o cravo mais lindo – o SNS!

Os 50 anos do 25 de Abril, convenhamos, ainda hoje aos que ainda por cá andamos podem até molhar-nos os nossos olhos secos... mas, já muito pouco diz aos jovens de hoje.

Claro que temos e devemos não só comemorar e padronizar a data com tudo o que representa e continua a levantar da liberdade.

Mas não posso terminar este curto depoimento sem que hoje, como há 50 anos, levantar a voz que ainda me resta para que nestes tempos que nos caíram em cima continuar a dizer: - Fascismo (mesmo com novas roupagens) nunca mais!

**\* Médico, sócio da A25A**

**ABRIL-50 ANOS**  
**Suplemento**



Direitos reservados

Foto gentilmente cedida pelo município de Montemor-o-Velho

## **Foi em Abril**

*(Recordações)*

Foi em Abril,  
Mês de sonhos e de esperanças mil,  
Que as andorinhas reconstruíram os ninhos,  
Que os homens lhe tinham destruído.

Abril é mês de Primavera,  
Com campos cobertos  
De papoilas encarnadas,  
À espera de desabrocharem,  
Numa clara madrugada.

Abril, com os cravos a florir,  
Na boca das espingardas.  
Que apontavam novo porvir,  
A um povo heroico e honrado,  
Que foi capaz de vencer o mar!

Para descobrir novas Terras,  
Onde cinco séculos havia de ficar.  
E depois, finalmente, as “libertar”,  
Em condições de igualdade.  
Para regressar ao torrão amado,  
Para todos poderem gritar:  
Haja Paz, viva a Liberdade.

**JOÃO DE DEUS RODRIGUES\***

**\* Escritor, poeta**

**ABRIL-50 ANOS**  
**Suplemento**

## **ALGUNS EPISÓDIOS VIVIDOS**

### **UM DEPOIMENTO**



Direitos reservados

A certa altura ouvi os ruídos das Chaimites na 24 de Julho (pois de Campo de Ourique de noite, ouve-se bem este tipo de ruído). Foi só nessa altura que eu revelei a todos o que se estava a passar. Satisfação geral e expectativa quanto ao sucesso, embora com confiança



## **ANTÓNIO ROMÃO\***

TIVE A FELICIDADE DE COMEÇAR a cumprir o Serviço Militar Obrigatório no dia 31 de Agosto de 1972, ser promovido a aspirante em 25 de abril de 1973 e a sub-tenente um ano depois, tendo saído da Marinha em 1 de Maio de 1975. Isto quer dizer que vivi o 25 de Abril em pleno e que a minha Geração teve a oportunidade histórica de conhecer o *antes, o momento e o pós-Abril* suficientemente para poder fazer comparações, ver, assistir e participar com mais ou menos aproximação e empenhamento em todo o Processo.

### **Com Almada Contreiras**

Nos finais de 1973/início de 1974 fui contactado pelo 1.º tenente Almada Contreiras, no Ministério da Marinha, onde ambos estávamos colocados, ele no Centro de Comunicações (creio que era assim a denominação) e eu no Gabinete de Estudos de DGSM, que era dirigido pelo capitão-de-mar-e-guerra Esteves Cardoso e tendo como chefe directo o capitão-de-fragata Machado e Moura. O Director-Geral era o almirante Paulino.

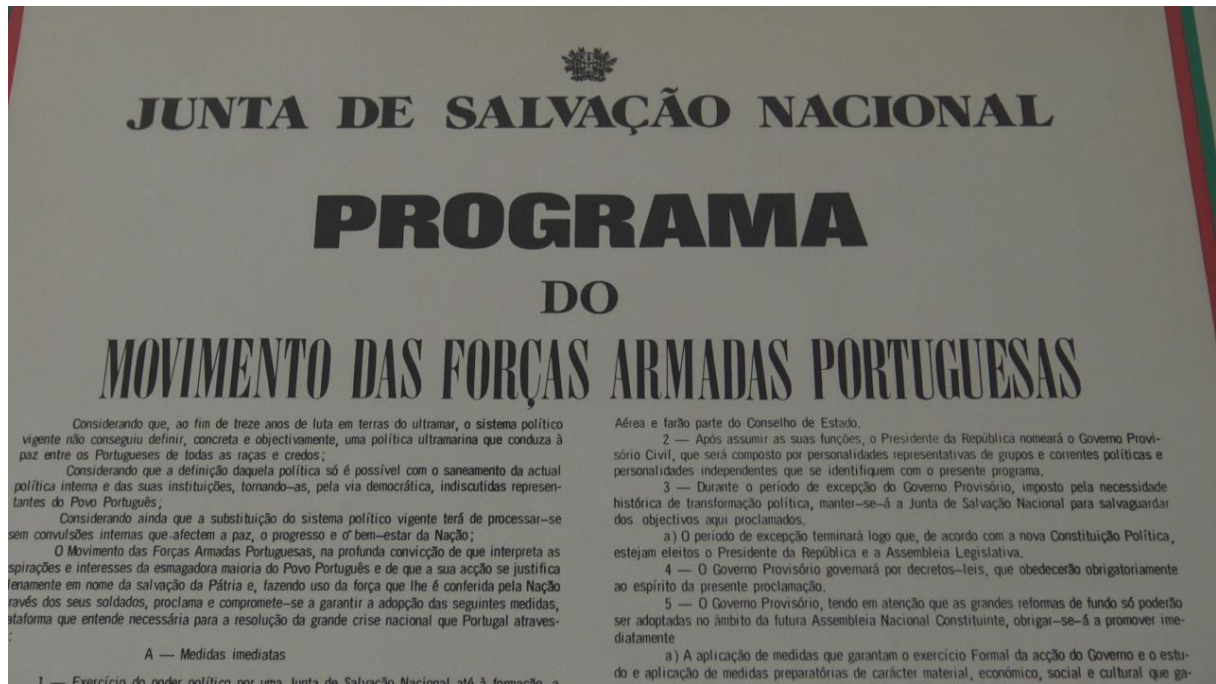
Não conhecia o Contreiras, fiquei um pouco admirado e perguntei-lhe das razões do seu contacto. Lá me deu uma explicação que achei credível. Combinámos um encontro numa livraria que existia junto ao elevador de Santa Justa. E assim fui informado do que se estava a passar na Marinha e nas Forças Armadas, em geral, embora sem grandes pormenores. Foi-me pedido que proporcionasse um encontro dele, estando eu presente, com elementos civis da Oposição, particularmente com José M. Tengarrinha e um elemento da esquerda “independente”. Como eu tinha estado envolvido na CDE em 1969, lembrei-me de falar ao Vítor Wengorovius. E assim, encontrei um apartamento de um amigo, em Campo de Ourique, num 6º ou 7º andar, junto do Jardim da Parada e lá nos reunimos. Fizemos duas reuniões, uma antes e outra depois do chamado “Golpe das Caldas”. O Contreiras dava as informações que achava que podia dar e todos nós púnhamos as questões que achávamos pertinentes.

Não posso esquecer a perplexidade que nos causou o “16 de Março” e o seu fracasso. O Contreiras lá deu uma explicação para esse acontecimento, acentuando que ele não poria em causa o Movimento, então ainda chamado dos “Capitães”, nem aquilo a que se propunham. Creio que no final de Março/princípios de Abril de 1974 a PIDE levou a cabo um conjunto de prisões de civis, entre os quais o Tengarrinha. Estava prevista uma terceira reunião, que já não se realizou, mas eu mantive o contacto com o Vítor Wengorovius. Ficámos todos apreensivos e na expectativa. Entretanto, o Contreiras ia-me dando informações sobre o Movimento nos Três Ramos das FA’s, em particular da Marinha e sobretudo do Exército, que era o Ramo determinante. E assim fui estando ao corrente do essencial. Soube que a data X esteve prevista para uns dias antes do dia 25, sendo depois adiada e finalmente marcada. Soube das duas senhas em Rádios diferentes. Ouvei o “E Depois do Adeus” e a “Grândola Vila Morena”. Uma coisa curiosa se passou na noite de 24 para 25. Um cunhado meu, na altura, vivia junto à Messe de Monsanto da Força Aérea. Eu, para espanto de todos, convidei-o e à família para irem jantar lá a casa e pressionei bastante, sem nada poder revelar, nem à minha mulher na altura. Depois do jantar era preciso deixar passar o tempo e ir entretendo o pessoal. O que não foi fácil. Depois de ouvir a “Grândola”, abri a janela e fui tentar ouvir o “ruído da noite”. A certa altura ouvi os ruídos das Chaimites na 24 de Julho (pois de Campo de Ourique de noite, ouve-se bem este tipo de ruído). Foi só nessa altura que eu revelei a todos o que se estava a passar. Satisfação geral e expectativa quanto ao sucesso, embora com confiança. A minha tarefa, nessa altura coordenada com o Vítor Wengorovius, era a de preparar uma possível recolha do Contreiras, na zona do Estádio da Luz, tendo uma carrinha disponível para o efeito. Felizmente não foi necessária.

## **Janeiro de 1974**

Outro pequeno, mas significativo, episódio que se passou comigo na Marinha, pode ser resumido assim. Creio que foi em Janeiro de 1974 que eu combinei uma deslocação a Beja, minha cidade, para me encontrar com o bibliotecário municipal, que eu tinha conhecido através de amigos comuns. Lá fui num domingo, na minha R4. Cheguei à Praça de República onde nos encontramos e fomos ao nosso destino, que era a casa de umas senhoras já idosas na altura, proprietárias do título do Jornal “Notícias de Beja”, que eu sabia existir e já não se publicava. Ainda hoje me interrogo do meu interesse naquele título, mas na altura eu andava muito interessado pelos títulos da imprensa, estando inclusive, por conta própria, a fazer uma recolha de todos os títulos existentes e dos respectivos proprietários. Foi aí que fiquei a saber que o título mais antigo de Portugal, segundo as minhas informações, seria o “Açoriano Oriental”. O certo é que passado cerca de um mês chegou à Marinha uma carta da PIDE, solicitando que qualquer movimentação minha na Marinha deveria ser comunicada à PIDE. Um dia, quando chego de manhã ao serviço, o comandante Machado e Moura diz-me que teríamos de ir falar com o Director do Gabinete. Fomos e o Eng.º Esteves Cardoso diz-me que temos que ir ao almirante Paulino, que ele tem algo para me dizer. Fui eu e o Director falar com o Almirante. Chego lá e a pergunta de choque: “Sr. aspirante o que é que anda a fazer que a PIDE enviou uma carta?” Eu disse-lhe que não sabia do que estava a falar, porque não andava “metido em actividades subversivas contra o Estado”, que era o “crime” que me era imputado. O Almirante disse-me então “veja lá no que se mete, porque se houver qualquer indicação de que continua, o destino é a Guiné-Bissau”. E pediu segredo desta conversa, afirmando que se se soubesse o que ali se passou só poderia ser através de mim. Era assim que as coisas eram resolvidas na altura. Percebi então que o funcionário municipal era um “feliz” informador da PIDE. Felizmente a Marinha não gostava desta intromissão da PIDE com os seus oficiais e foi-me logo garantido pelo comandante Machado e Moura que, caso houvesse mais alguma comunicação e/ou movimentação na

Marinha, nada seria transmitido à PIDE. Falei ao Contreiras neste caso, que me sossegou também. Antecipando esta posição e uma vez que eu já andava em contactos com o Contreiras, quando o Almirante me falou na Guiné-Bissau, eu pensei cá para comigo: "Vamos ver quem sai primeiro, se eu ou se o Senhor..."



Após o 25 de Abril fui chamado para junto dos representantes da Marinha na Comissão Coordenadora do Programa do MFA (CCPMFA), capitães-tenentes Victor Crespo e Almada Contreiras. Eu e outros oficiais milicianos. Era "pau para toda a obra", como se diz em linguagem popular. Desde logo ir a Beja no 1º de Maio de 1974, "representar o MFA" e falar "às massas", o que me permitiu tomar consciência que não tinha condições para falar para grandes multidões sobre tudo e mais alguma coisa, dizendo muito pouco de essencial, isto sem desprimor para os líderes políticos que têm o conhecimento e a capacidade de o fazer, como se veio a demonstrar mais tarde. Mas daí também o falhanço de outros tantos. Eu gosto mais de falar para pequenos grupos (como o fiz nas aulas toda a vida activa) e sobre temas específicos... Enfim, cada qual no seu lugar!...

A Comissão Coordenadora instalou-se na Cova da Moura, com a Junta de Salvação Nacional (JSN). A certa altura houve uma ocupação de casas na zona de Chelas, creio que muito inspirada pelo MRPP. Houve um comunicado “do MFA”, num tom compreensível face ao acontecimento. Alguém junto do General Spínola lhe disse que tal comunicado tinha sido redigido por mim e pelo Salgado de Matos, que trabalhava também junto da Comissão, ele mais com Victor Crespo, eu mais com o Contreiras. Fomos os dois chamados ao General, na presença do tenente-coronel Almeida Bruno. O General perguntou-nos quem escreveu e quem nos mandou escrever tal comunicado. Dissemos-lhe que nenhum de nós teve qualquer participação na sua redacção. O General deve ter “fingido” que acreditou, mas não deixou de nos avisar que, se voltasse a acontecer algo semelhante, iríamos rapidamente para a Guiné-Bissau. Pelos vistos estava na moda esta ameaça...

A Comissão mudou-se passado pouco tempo para o Palácio de Belém e nós lá fomos. Aqui recebi a incumbência de atribuir sedes aos Partidos Políticos. Foi-me dada pelo Contreiras uma credencial em nome da JSN, creio que assinada pelo Almirante Rosa Coutinho. Lá cumpri a minha missão o melhor que pude. Ao PCP e ao MDP/CDE limitei-me a legalizar as instalações já ocupadas, na Rua António Serpa e na Rua de Artilharia Um, respectivamente. Ao PPD, através dos Drs. Francisco Pinto Balsemão e Magalhães Mota, atribuí-lhe umas instalações no Largo do Rato, ao lado da Igreja, depois de falhada a atribuição das actuais instalações do Grande Oriente Lusitano, onde nos deslocámos e que foram Sede da Legião Portuguesa. O Dr. Adão e Silva conseguiu uma certidão na Conservatória do Registo Predial a comprovar a propriedade daquele Palácio por parte do Grémio Lusitano (segundo me foi dito em Belém), e assim o PPD lá foi remetido para as instalações já referidas.

Com o PS a situação também foi curiosa. Eu e os Eng.ºs Tito de Moraes e Pedro Coelho fomos ver o Palácio onde funcionava o Movimento Nacional Feminino, na Junqueira. Chegámos os três, eu ia, obviamente, fardado e falei com a vistosa

e insinuante secretária da Senhora Supico Pinto, que me manda entrar para a Mansarda, onde me oferece de imediato um chá. Os meus dois acompanhantes não foram autorizados a entrar. Disse-lhe qual era minha missão e passado algum tempo regresssei a Belém. Quando cheguei, o Contreiras fala comigo e diz-me que havia um problema, porque a Sr.<sup>a</sup> Supico Pinto tinha telefonado ao General Spínola, dizendo-lhe que o aspirante Romão da Marinha queria entregar a sede do Movimento ao PS. Ele não sabia de nada e estava contra isso. O Contreiras terá falado com o comandante Crespo e os dois com os almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho e o problema lá se resolveu. E ao PS acabei por lhe atribuir as antigas instalações da Comissão de Censura, localizadas em São Pedro de Alcântara, onde hoje, segundo me disseram, funciona a FAUL.

Outras sedes foram atribuídas, ao MES na Av. Dom Carlos I, a um Partido cujo nome não me lembro, que ficou com instalações na Av. Guerra Junqueiro. Este Partido desapareceu após o “28 de Setembro” de 1974. Também me recordo bem da atribuição de uma sede ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), na Rua das Gaivotas, ao Conde Barão.

Aqui vos deixo algumas recordações dispersas daquele que foi um período ÚNICO.

Oeiras, Julho de 2023

**\* Professor catedrático aposentado do ISEG/Universidade de Lisboa. Ex-oficial miliciano da reserva naval/Administração Naval**

## ABRIL-50 ANOS Suplemento

Foto gentilmente cedida pelo município de Gondomar



Direitos reservados

### POEMA

as palavras regressarão ao vento

estarão livres dos vocabulários e regressarão ao vento, que então se erguerá  
por si

ouviremos o sopro já livres de palavras entrando de assalto pelas casas

no assobio de frestas de janelas

nos chiados da asma que os filhos herdaram dos pais, pelo sangue

ouviremos cada movimento de milímetro entre as placas tectônicas  
ouviremos o fogo nas pálpebras quando no sono as meninas  
começam a sonhar

.se entre os pelos do púbis amanhecer algum fio acobreado

direi que é a ponta de um delírio de sol  
direi que sou uma mulher de barro que pensa  
linhas de ouro

que sou bordada desde o sexo – como os livros da cidade perdida de  
eldorado

.

as palavras regressarão ao vento

contra a língua se levantará o rumor da ilegibilidade

ninguém decifrará o nome do anjo que extravia nossas bocas umas nas  
outras

ninguém deitará luz ali onde meus lábios camuflam teus lábios

obscuros, conversaremos —

e em arbustos o carapiá surgirá deflagrado num fantasma de circunstância,  
que se arranja em nossos gestos de mãos  
depois some



as palavras regressarão ao vento

as mulheres se inclinarão à água

as manhãs terão o fulgor de um pensamento recém-chegado  
coberto em nácar

(e do mar o extravio de um eco descobrirá meus  
joelhos calados em duas antigas ostras)

no meu dileto estarão outros

nas páginas que percorro voltará a arder uma ave cifrada

— porque a vida corre atrás dos livros, inafiançável  
a obra não comporta assinatura —

as palavras regressarão ao vento, e ao vento serão iguais o alto e o baixo  
as cinzas dos nossos mortos espargidas  
e o pó que se ergue no voo  
da mariposa

**MAR BECKER**

**Escritora e poeta brasileira**

## **A CONSPIRAÇÃO - O ADN DO MFA**



Direitos reservados

Entendemos o “ADN do MFA” como a síntese dos vários factores e ideias que, à medida que o “Movimento dos Capitães” e a conspiração avançavam, foram definindo a estrutura ética e política que se desenvolvia e consolidava na consciência dos “Capitães”, que os acompanhará na marcha para a vitória com a *Operação Viragem Histórica*

### **CARLOS DE ALMADA CONTREIRAS\***

ANALISANDO A CONSPIRAÇÃO do “Movimento dos Capitães”, no período dos onze meses que medeiam de Junho de 1973 ao 25 de Abril de 1974, através do que foi sendo escrito nos diversos comunicados e boletins informativos do “Movimento”, do pouco que foi transparecendo na imprensa daquele período, das memórias que ao longo de quase meio século os

“Capitães de Abril” têm vindo a exteriorizar, além daquelas que foram sendo dadas à estampa, da memória própria e, finalmente do muito que sobre Abril foi sendo publicado, retira-se matéria mais que suficiente para se fazer uma análise objectiva do evoluir do pensamento dos “Capitães” e deduzir aquilo a que denominamos o “ADN do MFA”.

Entendemos o “ADN do MFA” como a síntese dos vários factores e ideias que, à medida que o “Movimento dos Capitães” e a conspiração avançavam, foram definindo a estrutura ética e política que se desenvolvia e consolidava na consciência dos “Capitães”, que os acompanhará na marcha para a vitória com a *Operação Viragem Histórica* e permanecerá, no tempo por eles previamente definido e só nele, no centro dos destinos históricos de Portugal. No quadro de uma guerra que se desenvolvia em três teatros de operações (TO’s) – Angola, desde 1961, Guiné, 1963 e Moçambique, 1964 –, entre os graves problemas que Portugal tinha de enfrentar, quer no plano nacional quer no plano internacional, começa a tomar forma aquele que resultava da falta de quadros profissionais para comandar a unidade militar fundamental no dispositivo militar português – a Companhia de Caçadores –, problema que se vai agravando com o prolongar da guerra e para o qual a escassez de candidatos à Academia Militar o torna quase insolúvel.

Enquanto nos inícios da guerra saíam anualmente da Academia Militar cerca de uma centena de alferes, em 1973 esse número pouco ultrapassa as duas dezenas. Tenha-se presente, ainda, mas principalmente, que no ano de 1973, das cerca de 500 Companhias de Caçadores “no terreno” e nas três frentes, cerca de 80 por cento eram comandadas por oficiais milicianos, contra os menos de 20 por cento no início da guerra, em 1961, quando, então, o número de capitães do Quadro Permanente (QP) a comandar companhias era da ordem dos 85 por cento, ainda que com um empenhamento de tropas no terreno muito menor.

Tudo isto num quadro de tropas, nos três TO's e no ano de 1973, a rondar os 150 mil homens, dos quais 60 mil eram provenientes do recrutamento local. Daquele total global, 60 por cento dos militares estavam integrados em unidades de combate.

Dirá Marcello Caetano, a propósito: *“o recrutamento de novos oficiais para o Quadro Permanente apresentava-se como problema instante e grave. A continuar a abstenção das matrículas na Academia Militar, dentro em pouco não haveria subalternos profissionais”* (...). *“Todos os comandantes-chefes que vinham a Lisboa chamavam a atenção do governo para o caso.”*

### **Nasce o Movimento dos Capitães**

Tendo em vista colmatar o grave quadro resultante da falta de capitães para comandar as companhias empenhadas em missões de combate na Guerra Colonial, o Ministério do Exército vai lançar mão da reserva constituída pelos oficiais milicianos que já haviam feito uma comissão de serviço, como alferes milicianos, comandantes de pelotão, e que, após terminarem a sua comissão, haviam concorrido a um quadro especial, o Quadro Especial de Oficiais (Q.E.O.), mantendo-se assim ao serviço do Exército.

A solução encontrada iria passar à prática através do Decreto-Lei n.º 353/73 de 13 de Julho, que começava por afirmar no seu preâmbulo: *“Considerando-se de necessidade para o Exército alargar as suas possibilidades de preenchimento dos quadros em oficiais dos quadros permanentes, e de justiça para aqueles que, como militares do complemento, melhores provas têm dado no ultramar, no desempenho de funções militares.”* Estabelecia ainda no seu artigo 1.º: *“1. Os oficiais do quadro especial de oficiais (Q.E.O.) podem transitar para os quadros permanentes das armas de infantaria, artilharia e cavalaria, mediante a frequência, na Academia Militar, de um curso intensivo, equivalente para todos os efeitos*

*aos cursos normais professados ao abrigo do Decreto-Lei n. 42 151, de 12 de Fevereiro de 1959.”*

Como diria mais tarde Marcello Caetano, desde o exílio, a propósito deste decreto: *“O Ministério do Exército estudou, pois, uma nova solução, criando na Academia Militar um curso acelerado, de dois semestres, para ministrar em programas intensivos aos oficiais já munidos da experiência de comando em campanha os conhecimentos teóricos indispensáveis à preparação do profissional. E contava aos oficiais assim diplomados e depois ingressados no quadro permanente, a antiguidade no posto a que tivessem ascendido no quadro de complemento.”*

Só que esta medida foi considerada lesiva dos seus direitos pela generalidade dos oficiais oriundos da Academia Militar, isto é, do Quadro Permanente. No imediato, não só porque misturava no mesmo quadro oficiais com formações e durações de cursos diferentes, como também, em determinados casos, os oficiais do Q.E.O., originários de milicianos, após a conclusão do curso, poderiam ultrapassar nos respectivos quadros os oficiais originários dos cursos da Academia Militar.

De repente criou-se um profundo diferendo entre os oficiais do QP, os “Puros” e os do Q.E.O., os “Espúrios”, que acabaria por ser em parte resolvido na sequência do 25 de Abril, até porque um número importante de oficiais do Q.E.O. vai tomar parte activa na conspiração e nas operações de 16 de Março e 25 de Abril.

É com este pano de fundo que, imediatamente após a publicação do decreto 353/73, os oficiais do Exército do QP, quer na Metrópole quer nas colónias, começam a movimentar-se, promovendo reuniões à margem da lei, por não autorizadas superiormente, assim como produzindo abaixo-assinados dirigidos ao presidente do Conselho de Ministros, actos esses vedados, em absoluto, aos militares, por se tratar de manifestações colectivas, que além do mais ultrapassavam a cadeia hierárquica, e que, em qualquer dos casos,

iam frontalmente contra o Regulamento de Disciplina Militar, sendo mesmo susceptíveis de caírem na alçada do Código de Justiça Militar.

O facto é que, passado pouco mais de um mês sobre a promulgação do primeiro decreto, algum do seu articulado foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 409/73 de 20 de Agosto, sem conseguir parar a contestação dos oficiais do Quadro Permanente, tendo mesmo, à medida que os dias avançavam, subido de tom e alargando o número de aderentes à movimentação, passando em poucas semanas de posições que evocavam matérias de teor corporativo, para outras já manifestamente políticas, nas quais o problema da guerra – tabu até então respeitado pelas mais diversas áreas da sociedade portuguesa – começa a fazer parte do teor das conversas e encontros entre os militares. *“Estava desencadeado o ‘movimento dos capitães’ cujo pretexto foi, assim, um problema de ordem profissional: o desprestígio que para o Exército resultava de se poder ser oficial mediante o curso de um ano, e a questão das antiguidades”*, escreverá Marcello Caetano.

No dia 21 de Agosto de 1973, uma terça-feira, em Lisboa, dia seguinte à publicação do novo decreto, reunidos no Depósito de Indisponíveis, no Quartel da Graça, em Lisboa, e a propósito do novo diploma, Vasco Lourenço, Diniz de Almeida, Bicho Beatriz, Carlos Camilo, Rosário Simões, irão constituir a *“Primeira Célula do Movimento”*, à qual se juntarão, numa primeira etapa, Antero Ribeiro da Silva, Sousa e Castro, Carlos Clemente e Pita Alves. Ali é proposta por Diniz de Almeida que a reunião alargada para discutir os decretos tenha lugar no Monte Sobral, em Alcáçovas.

Como dirá o então Presidente do Conselho: *“Dentro em pouco eu sabia que o movimento tinha o seu directório e aliciava os militares do quadro permanente (...)”*.

## **Começa a definir-se o ADN do MFA**

Nos primórdios da movimentação dos oficiais do Exército do Quadro Permanente, iniciada na Guiné, em Junho de 1973, e a propósito do Congresso dos Combatentes, podemos constatar que a ideia de fundo evocada para os congregar está relacionada com o ideal de Nação: *“Cerca de quatro centenas de militares dos quadros permanentes e combatentes do ultramar, com várias comissões de serviço (...) não aceitam outros valores nem defendem outros interesses que não sejam os da Nação”*, conforme se podia ler em telegrama enviado em 2 de Junho, desde Bissau, ao Congresso dos Combatentes que iria ter lugar no Porto nos dias 1, 2 e 3 de Junho de 1973.



Três meses depois, na reunião do Monte Sobral – reunião que bem pode ser considerada aquela em que foi firmada a Acta Fundacional do que terminaria

sendo o Movimento das Forças Armadas (MFA) – realizada a 9 de Setembro, já outras ideias surgem, ainda que se mantenham dentro do quadro de um espírito reivindicativo, de carácter corporativo.

Dessa reunião saem, plasmadas nas tradicionais folhas de papel selado, as 136 assinaturas dos capitães, tenentes e alferes presentes, através das quais subscrevem uma declaração dirigida ao Presidente do Conselho, na qual era tratado o assunto dos decretos e que termina afirmando *“Pelo contrário, medidas destas, conducentes à revolta de espírito e à desmoralização, constituem profundo golpe num equilíbrio já de si instável e carecido de uma solução de justiça para os que ingressaram ou venham a ingressar nos QP, depois de terem prestado serviço como oficiais do QC, sem todavia comprometer, nem os interesses dos oficiais do QP nem o prestígio do Exército que devotadamente servem e estão determinados a não deixar alienar.”*

Posteriormente, mais uma centena de oficiais, na Metrópole, cerca de uma centena, em Angola e um número aproximado em Moçambique, irão subscrever a declaração de Monte Sobral.

Nesta importante declaração, não só pelo seu teor mas também pelo significado e peso que representam as mais de quatro centenas de assinaturas de oficiais subscritores, são notórias afirmações cujo conteúdo remete, no essencial e praticamente em exclusivo, para a questão corporativa: a defesa do prestígio da instituição militar e do estatuto dos oficiais dos quadros permanentes. Ainda assim são invocados conceitos como *“Patriotismo”* e *“Nação”*: *“Oficiais do Quadro Permanente que no Ultramar Português honram o Exército a que pertencem, cumprindo com acendrado patriotismo um mandato da Nação Portuguesa”*; *“Esses inconvenientes [publicação dos decretos-lei n.º 353/73 de 13 de Julho e n.º 409/73 de 20 de Agosto], que fundamentalmente afectam o prestígio do Exército, e o moral e sentido de justiça, dos Oficiais do QP”*; *“Que a actual situação do QP (situação*



*deveras lamentável, já que a ele deve a Nação o maior contributo e o mais esforçado sacrifício para a defesa e manutenção da sua Soberania”; “Pelo contrário, medidas desta natureza, conducentes à revolta de espírito e à desmoralização, constituem profundo golpe, num equilíbrio já de si instável”; “Que continuam a existir ultrapassagens mais do que inconvenientes, imorais! por simples alteração de antiguidade de Oficiais do mesmo quadro”.*

Prosseguiam, afirmando que *“Recorrerão para já, e se tal for necessário, às instâncias superiores para defesa dos seus legítimos direitos, que não podem deixar de lamentar terem de tomar tal decisão, dada a situação particularmente grave que a Nação atravessa e dado o momento político presente”.*

Verifica-se, assim, que a primeira fase de consciencialização do Movimento dos Capitães, fase que durará uns escassos três meses, é caracterizada essencialmente por conceitos como *“defesa do prestígio da instituição militar”, “defesa do Estatuto dos Oficiais dos Quadros Permanentes”,* ainda que apareçam referências explícitas à *“defesa dos interesses da Nação”,* ou ao *“contributo do QP e do seu mais esforçado sacrifício para a defesa e manutenção da Soberania”,* sem que questões de ordem socioeconómica jamais sejam enunciadas.

A esta fase de reivindicação, claramente corporativa, segue-se uma segunda, na qual, ao longo dos escassos quatro meses que vai durar, concretamente entre Novembro de 1973 e Fevereiro de 1974, se vão debater ideias e vão ter lugar factos através dos quais o Movimento dos Capitães dá um salto organizativo que vai ser essencial para alcançar aquele que virá a ser o seu objectivo final.

Na reunião realizada na Casa da Cerca, em S. Pedro do Estoril, a 24 de Novembro de 1973, estando 45 oficiais presentes, as intervenções sobem de tom, entrando objectivamente por terminologias – *“regime fascista”,*

“*revolução armada*”, “*conquista do Poder*”, “*eleições livres*” – e propósitos políticos até então banidos na sociedade portuguesas e, muito particularmente, no meio militar, os quais vão desde a “*conquista do poder, para com uma Junta Militar criar no País as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional*”, “*dar oportunidade ao Governo para que se legitime perante a Nação através de Eleições Livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, seguido de um referendo sobre a política ultramarina*”. Porém, mais consequentes com o caminho até ali seguido, “*Reivindicações exclusivamente militares, como forma de prestígio das Forças Armadas, e de pressão sobre o Governo*”, são também discutidas. Enquanto isto, o Movimento, a partir da Metrópole, vai produzindo boletins informativos e comunicados que, levados pelos “Capitães” de mão em mão, percorrem a Metrópole e são distribuídos igualmente pelos três TO’s, através dos quais vão sendo dados a conhecer os assuntos em debate.

Ao longo dos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, com o Movimento já estruturado e dispondo de uma nova “*Comissão Coordenadora*”, eleita pelos delegados das diversas Unidades Militares e Serviços, reunidos em Óbidos, a 1 de Dezembro, as alternativas que haviam sido colocadas pela Comissão Coordenadora anteriormente em exercício, em 24 de Novembro, na reunião de S. Pedro do Estoril, vão sendo discutidas e, se bem que a alternativa da “*Reivindicação*” se mantém como a mais votada, aquela que aponta para a “*Conquista do Poder*” começa a dar passos em frente e a colher cada vez mais adeptos.

A menos de duas semanas do ano de 1973 terminar, o Movimento faz abortar uma tentativa do seu apoderamento por oficiais generais ligados ao regime. E desta maneira o Movimento entra no novo ano de 1974, tendo em Fevereiro começado a avançar na ideia de elaborar um “*Programa Político*”, que lhe possa orientar a marcha, definindo um objectivo.

Com o novo ano entrado, a 22 de Fevereiro, novo e importantíssimo dado é lançado, desta vez apanhando de surpresa a sociedade portuguesa, bastante alheada, ou pelo menos aparentemente ausente dos acontecimentos que se desenrolavam aquém e além-mar: a publicação pelo general António de Spínola, do livro *Portugal e o Futuro*, recém regressado da Guiné, onde como comandante-chefe e governador, se cobrira de glória, e agora, recém-empossado, no acabado de criar, cargo de vice-CEMGFA. A publicação somente será concretizada após a obtenção das devidas autorizações superiores a que as normas militares obrigavam.

Sobre *Portugal e o Futuro* dirá Marcello Caetano, já no exílio, reportando-se à leitura que previamente tinha feito à saída do livro, na noite de 20 para 21 de Fevereiro: “*E ao fechar o livro tinha compreendido que o golpe de Estado militar, cuja marcha eu pressentia há meses, era agora inevitável*”, afirmação que resume perfeitamente a percepção clara que o Governo adquirira então sobre a marcha do “Movimento dos Capitães”.

Com a publicação do *Portugal e o Futuro* um novo impulso é dado ao Movimento, pois tal vai permitir que muitos oficiais até então hesitantes a ele aderirem, ou que se mantinham em posições mais corporativas, passem a participar no Movimento imbuídos de uma determinação política, para além da corporativa, isto por se sentirem cobertos pela tomada de posição pública do vice-CEMGFA.

Assim, no final deste segundo período, as ideias estruturantes do Movimento dos Capitães atingem uma dimensão política até há pouco inimaginável, isto num País onde ao longo de quatro dezenas de anos, desde a implantação do Estado Novo, as conspirações, civis ou militares, haviam sido sistematicamente abortadas.

Nos meses de Março e Abril, clandestinamente, nunca é demais realçar, os capitães “*discutem o futuro do País*”, estabelecendo a necessidade de um “*enunciado do princípio de tomada do poder pelo Exército com o objectivo*

*de criar condições democráticas no País” ou a “necessidade de um programa político prévio à tomada do Poder”.*

Enquanto nas três frentes os combates prosseguem, um número importante de capitães, ao mesmo tempo que fazem a guerra, participam na discussão, sobre o futuro de Portugal, em consonância com o Movimento.



É assim que, a partir de Março de 1974, o Movimento entra na sua terceira e derradeira fase, na qual, a partir da “Reunião de Cascais”, realizada na noite de 5 de Março, mais uma vez clandestinamente, com a presença de cerca de duzentos oficiais do Exército, mas, agora, já contando com a comparência de delegações da Marinha e da Força Aérea, Ramos com os quais o Movimento dos Capitães já havia estabelecido contactos orgânicos desde o mês de Outubro passado.

No final dessa histórica reunião, 112 Oficiais do Exército assinam o documento *“O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”*, preâmbulo daquele que irá ficar na História de Portugal, como o *“Programa do MFA”*. Nesse documento as ideias estruturantes são: *“As Forças Armadas bode expiatório da questão ultramarina”*; *“As Forças Armadas desprestigiadas”*; *“A solução do problema ultramarino é política e não militar”*; *“A solução do problema das instituições no quadro de uma nova democracia política”* (este conceito – *“democracia política”* – é expresso pela primeira vez num documento do Movimento, embora de forma não pacífica); *“Delegação de poderes na Comissão Coordenadora para executar o conteúdo do documento”*.

A partir dos inícios de Março, o Movimento do Capitães, munido das orientações, resultantes da reunião de Cascais, passa a orientar-se por duas linhas estratégicas: a *“tomada do Poder, através de uma Operação Militar”* por ele planeada e conduzida e a *“elaboração de um Programa Político”*, o qual deverá estar terminado e aprovado antes do início da Operação Militar, para ser apresentado ao Povo Português uma vez esta terminada.

Redigido, tendo por base um manuscrito inicial de Melo Antunes e as conclusões do *“Documento de Cascais”*, um projecto de programa político é discutido durante os meses de Março e Abril, não sem que ideias importantes sejam introduzidas ou alteradas, bem como alguma nomenclatura, casos como *“Movimento de Oficiais das Forças Armadas”*, MOFA, que ainda figurou em alguns comunicados e consta no manuscrito inicial, passando a ser designado por *“Movimento das Forças Armadas”* e um previsto *“Directório Militar”* passará a ser designado por *“Junta de Salvação Nacional”*.

No escasso mês e meio que medeia entre a reunião de Cascais e a execução da Operação Viragem Histórica, o Movimento irá concluir, a par do *Programa do MFA*, a redacção e implementação do *Plano Geral das*

*Operações*, que, à medida que vai sendo redigido por Otelo Saraiva de Carvalho, irá sendo apresentado e discutido pelo seu autor com os capitães comandantes das unidades previstas participar na operação militar.

Por razões meramente processuais, o programa inicial acaba por ser desdobrado pela Comissão Redactora em dois documentos: o “*Protocolo do Movimento das Forças Armadas*”, que define uma série de princípios orientadores da política civil e militar a ser seguida no período anterior à vigência da nova Constituição e o “*Programa do Movimento das Forças Armadas*”, que estabelece as grandes linhas políticas sobre o exercício do poder político pela Junta de Salvação Nacional, bem como as medidas a tomar no imediato e no curto prazos, após a conquista do poder pelo MFA, até à aprovação de uma Constituição, documentos estes que vão ser um grito de liberdade num Portugal amordaçado havia 40 anos e representam de forma absoluta o ADN do MFA.

O Protocolo, começa por declarar logo no seu n.º 1: “*O Movimento das Forças Armadas não colaborará na instauração de uma ditadura militar no País, mas lutará pela implementação em Portugal de uma democracia política*” e especifica no n.º 3 que o “*Movimento das Forças Armadas não aceita, por qualquer forma, que nos próximos doze meses, seja resolvido o problema do Ultramar. Este problema será resolvido pela Nação como problema político que é.*”

Esta orientação traduzia o consenso possível no seio do Movimento, a propósito da magna questão que era o Ultramar e que sempre esteve presente do primeiro ao último dia, condicionando-o fortemente. Porém, as alterações ao Programa na noite de 25 para 26 de Abril, ao suprimir a alínea que em que era reconhecido o “*direito dos povos à autodeterminação*”, assim como a realidade política e militar que se gerou nos TO’s imediatamente a seguir ao dia 25 de Abril, obrigou a que o definido pelo MFA no Protocolo e que apontava para um referendo em todos os territórios, Metrópole e colónias,

tivesse que ser rapidamente abandonado e somente a publicação da Lei n.º 7/74, de 27 de Julho, veio resolver a questão “*Ultramar*”, não sem ter deixado pesadas marcas no interior do Movimento.

Explicitados os diversos pontos orientadores da nova política nacional, o Protocolo especifica, no seu n.º 38, o último, que “*O Programa do Movimento das Forças Armadas anexo a este protocolo será publicado em todos os órgãos de informação do País*”.

Através do Programa, o MFA compromete-se perante os Portugueses a que, uma vez terminada a operação militar e através da JSN, a quem fará entrega do poder e, de acordo com as *Medidas Imediatas* nele expressas, a promover o “*Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório Civil*”, bem como decretar a destituição ou dissolução imediata de todos os órgãos que constituíam o aparelho do Estado Novo e o “*anúncio público de convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal direto e secreto*”, “*a extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas de juventude*”, “*a amnistia imediata de todos os presos políticos*”, assim como “*a abolição da censura e exame prévio*”, bem como outras medidas tendentes à democratização do País.

Estipulava, ainda, o Programa que, no “*curto prazo*”, “*o Governo Provisório, a nomear no prazo máximo de três semanas, obrigar-se-á a promover imediatamente a liberdade de reunião e associação*”, permitindo “*a formação de ‘associações políticas’, possíveis embriões de futuros partidos políticos*”, “*a liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma*”, “*a extinção dos ‘tribunais especiais’*”, assim como “*a independência e dignificação do poder Judicial*”.

Mandava o Programa, ainda, nas *Medidas a Curto Prazo*, e na versão oficialmente publicada, integrando a Lei n.º 3/74, que “*A política*

*ultramarina do Governo Provisório” se orientará pelos seguintes princípios: “Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar”, “Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino”, “Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”.*

E desta maneira, na posse de um Programa Político e de um Plano de Operações por eles preparados, com determinação, espírito de missão, sentido do dever, enfrentando o perigo com coragem, imbuídos do sentido de defesa da coisa pública, pondo o interesse nacional à frente do interesse pessoal, os “Capitães de Abril” avançam para uma operação militar que à partida nada garantia vir a ser bem sucedida. O 16 de Março de há um mês atrás, se bem que fornecera lições, mostrava estar o Regime ainda capaz de reagir, como fizera durante muitos anos.



Direitos reservados

### **Depois da Vitória**

Consumada a vitória militar do MFA sobre as forças do Regime, simbolizada pela entrega do poder por parte do Presidente do Conselho ao general



António de Spínola, no Convento do Carmo, eram 16 horas do próprio dia 25 de Abril, os generais Costa Gomes e António de Spínola, entretanto apresentados no Posto de Comando, reúnem-se com os militares que haviam comandado a Operação Viragem Histórica.

Sem dar tempo a que lhe seja explicado ser Costa Gomes o general votado em Cascais para número um da Junta de Salvação Nacional, Spínola começa por pedir aos presentes que entreguem ao tenente-coronel Almeida Bruno, acabado de ser libertado da Trafaria e que o acompanhava, a lista com os nomes dos capitães a promover de imediato, o que foi liminarmente recusado, com protestos e dizendo ao general “*isto não é uma República das Bananas*”.

Seguiu-se uma reunião entre os membros presentes da Junta e alguns dos oficiais que haviam estado no comando da operação, reunião algo tensa, durante a qual os generais conseguem impor alterações ao Programa no respeitante às colónias e à extinção da DGS nos TO’s, alterações que vão ter consequências negativas importantes, essencialmente a que mutilou o Programa da alínea respeitante à questão colonial.

Uma vez terminada a Operação Viragem Histórica, bem como a reunião com os generais, na mesma manhã do dia 26, o comandante da Operação e o seu Estado-Maior, que desde o Posto de Comando, instalado no Regimento de Engenharia n.º 1, na Pontinha, a haviam dirigido, regressam às suas anteriores unidades, tal os comandantes das unidades militares que a haviam consubstanciado, o fazem, acompanhados dos seus soldados, todos eles não alardeando nada mais que o cumprimento da sua missão, ao serviço da Pátria. Porém, nova insistência sobre a lista dos militares a promover e condecorar irá ser feita pelo chefe da Casa Militar da Presidência da República, tenente-coronel Almeida Bruno, a 11 de Junho, numa reunião havida no Palácio de Belém entre os membros da JSN e a CCP.

Mais uma vez o Movimento não abdica da sua posição, conscientemente tomada antes de 25 do Abril, de não aceitar qualquer tipo de promoções ou condecorações, na sequência da sua participação na conspiração ou na operação militar.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
CASA MILITAR

No dia 26 ABR 0

N/Gen. pedei uma  
relação dos oficiais  
do MFA que deviam  
ser condecorados e  
prevididos ou promo-  
vidos. Até aqui, nada!

Reunião PALACIO BELÉM  
JSN + CCP.  
T. Com Almeida Bello +

11/04/74

*[Signature]*

Direitos reservados

Ficará para a História o ADN dos Capitães do MFA, demonstrado na conspiração que desembocará no “25 de Abril”, bem como no período posterior à vitória, ADN que os define como desinteressados servidores da causa pública, pela sua firme convicção em servir e não se servir, pelo cumprimento exemplar da missão que lhe fora determinada, de armas na mão executada, e, não menos importante, pelo cumprimento dum Programa que previamente só entre eles haviam assinado, como forma de juramento de honrar uma causa nacional que, conscientemente, tomaram como sua.

### **Epílogo**

Já com as eleições para a Assembleia Constituinte realizadas, a descolonização efectuada, uma Constituição democrática aprovada, isto é, o Programa do MFA cumprido, tempos passados do dia 25 de Abril, mais cedo ou mais tarde, os Capitães haviam voltado às suas unidades, muitos deles nos postos que tinham no dia 25 de Abril de 1974, ou com aquele que, por rotina do seu estatuto haviam, no entretanto, ascendido, postos em que pela força da lei se vão reformar, mesmo quando alguns deles, por imposição do processo do 25 de Abril, tenham sido, durante e por força do mesmo, graduados em postos de generalato por haverem sido membros da Junta de Salvação Nacional, governadores e comandantes-chefes nas colónias, comandantes de Regiões Militares, comandante de forças em situações de guerra, do mesmo modo que como outros que tinham exercido cargos de ministros, conselheiros de Estado, conselheiros da Revolução.

Os casos de Carlos Fabião, Fisher Lopes Pires, Vítor Alves, Melo Antunes, Otelo Saraiva de Carvalho, José Fontão, Vasco Lourenço, Diniz de Almeida, Sousa e Castro, Salgueiro Maia, e tantos outros, não só no Exército, como na Marinha e na Força Aérea, reformados, caso dos nomeados, no posto de

tenente-coronel ou major, são exemplos da entrega desinteressada, mas consciente e determinada, à causa pública dos Capitães de Abril.

São a prova do ADN do MFA.

### **Nota Final**

Por sua iniciativa, a Assembleia da República, através da Lei n.º 43/99 de 11 de Junho, aprovou medidas tendentes à revisão da situação dos militares que participaram na transição para a democracia iniciada em 25 de Abril de 1974, tendo sido reconstituídas as suas carreiras militares, sempre que o requereram, sendo, em consequência, promovidos a coronel, a partir da data de entrada em vigor da Lei.

Longueira, Almogrove, 17 de Setembro de 2023

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

# ABRIL 50 ANOS

---

# RAÍZES

1974 50 ANOS  
2024 DE ABRIL  
**CONTINUAR!**



ABRIL-50 ANOS  
Suplemento



Direitos reservados

## 25 DE ABRIL

Abril curvou-se perante a virtude,  
e no planalto dessa reverência,  
olhou a paisagem com plenitude,  
e combateu pela paz com ciência.

Abril acordou os lobos celestes  
que habitavam as almas dos soldados,  
e de repente a noite ficou prestes  
a ser madrugada de homens honrados.

Abril abriu o rio mais revolto,

de margens súbitas, equilibradas,  
um turbilhão pela imensidão solto,  
mas sempre com as suas coordenadas.

Abril proveu os anseios dos povos  
agrilhoados à lei da ilusão,  
cedeu aos seus sonhos limites novos,  
e a liberdade como condição.

Na fronteira do dia vinte e cinco,  
póstumo se pôs aquele poente  
que era visão de torpe labirinto,  
e destino de um país indigente.

Abril pôs em xeque o ancião extinto  
que governava com voz espectral,  
no coração do dia vinte e cinco,  
deu-lhe o verdadeiro golpe fatal.

Abril foi o filho pródigo sereno,  
bom aluno das causas luminosas,  
agente da primavera no terreno,  
caleidoscópico de cravos e rosas.

**JOAQUIM SIMÕES, Sócio da A25A**

## **RECUSA A PARTICIPAR NA GUERRA COLONIAL**



Como jovem que ingressou na Academia Militar no mês de Outubro de 1961, o ano do início da guerra em Angola, não encontrei nunca no seio da instituição qualquer adesão entusiástica ao desígnio de combater em África pela grandeza do império português

**FERNANDO CARDEIRA\***

SEMPRE FOI PARA MIM muito claro que a recusa de participação na guerra colonial teve um impacto na duração da guerra que ninguém pode negar. Todos os que recusaram pegar em armas na guerra que Portugal moveu contra



os movimentos de libertação que nas colónias lutavam contra a continuação do domínio colonial português contribuíram, de modo assinalável, para encurtar a duração de uma guerra que tanto sofrimento e morte causou ao povo português e aos povos oprimidos de Angola, Guiné e Moçambique. Sobretudo a estes!

Fosse através da decisão de desertar das fileiras militares, fosse através da não comparência nos quartéis após a inspeção militar ou através da simples não comparência a estas inspeções, as centenas de milhares de jovens que, pelas mais diversas razões, políticas ou de consciência, tomaram estas atitudes contribuíram fortemente para o enfraquecimento do esforço de guerra que o regime fascista de Salazar e Caetano impôs ao povo português. É hoje muito claro, não faltando estudos a demonstrá-lo, que nos últimos três ou quatro anos da guerra o regime se viu a braços com uma enorme dificuldade de recrutamento militar, lutando sobretudo com falta de oficiais para comandar as tropas. Foram estas dificuldades que levaram a hierarquia militar a recorrer à aprovação de leis que, com o intuito de atrair jovens para a carreira militar, criaram no seio das Forças Armadas situações de injustiça que levaram os oficiais do Quadro Permanente a reunir-se para contestar essas leis, iniciando assim um processo que os levaria a concluir que a única solução para os seus problemas, e para os do país, era o derrube do regime pela força. O que acabaram por fazer de modo corajoso, heroico e patriótico no dia 25 de Abril de 1974.

### **Academia Militar**

Como jovem que ingressou na Academia Militar no mês de Outubro de 1961, o ano do início da guerra em Angola, não encontrei nunca no seio da instituição qualquer adesão entusiástica ao desígnio de combater em África pela grandeza do império português. Embora não fosse possível, dada a feroz repressão política conduzida pela PIDE e apoiada abertamente pela hierarquia

militar, enveredar por iniciativas organizadas de contestação ao regime de Salazar e à guerra colonial, o descontentamento com o arrastar das operações militares e das sucessivas mobilizações para a guerra foi-se acentuando ao longo dos anos. Para os cursos de Engenharia da Academia Militar a mudança acelerava-se quando da passagem do quartel para os bancos do Instituto Superior Técnico. O grupo de 10 desertores, de que eu fiz parte, que deixa as Forças Armadas e faz frente ao regime em Agosto de 1970, é apenas o mais espectacular exemplo da recusa da guerra colonial e do regime fascista. Porque foram muitos outros os que o fizeram, antes e depois dessa data.

### **Vinício Alves da Costa e Sousa**

Um exemplo completamente desconhecido ou ignorado pelos historiadores é do major de Infantaria Vinício Alves da Costa e Sousa que, depois de ter desertado, enviou de Paris, em Janeiro de 1972, uma carta dirigida ao Presidente da República, Américo Tomás, explicando as razões da sua decisão. Considerava, entre outras razões, a “guerra injusta porque a sua finalidade consiste em impedir o livre acesso dos povos coloniais à sua autodeterminação...”. Considerava também a “guerra imoral”, dando como exemplo “a violenta repressão cometida pelas unidades militares, autoridades administrativas e colonos europeus armados”; “os bombardeamentos com Napalm de aldeias africanas”; “a criação de aldeamentos forçados da população”. Terminava afirmando que “as Forças Armadas devem representar o povo e não uma casta militarista”.

### **A deserção**

A deserção de um militar, especialmente no caso de ser um oficial, sempre teve um grande impacto nos seus camaradas de armas que não seguiam o mesmo caminho. Quer condenassem, quer aplaudissem a atitude, os que ficavam nas fileiras militares não ficavam alheios às notícias de uma deserção.

Os que ficavam, e acabavam por ser obrigados a embarcar para combater nas colónias africanas, sabiam bem quão difícil era tomar a decisão de partir e deixar para trás, sem saber durante quantos anos, a família, os amigos, os camaradas, o país onde haviam nascido. A deserção era uma opção que envolvia, acima de tudo, a resolução de um problema de consciência. Mesmo quando feita em grupo, o que foi muito raro, a decisão era tomada a nível individual, se esquecermos os poucos casos de deserções resultantes de fuga às perseguições da PIDE ou, muito poucas, as deserções organizadas por organizações políticas partidárias.

Do que não pode restar a mais pequena dúvida é que a deserção, sobretudo a deserção de oficiais, teve sempre um forte impacto negativo no moral das Forças Armadas. Veja-se, como exemplo, o modo violento como reagiu o Ministro da Defesa e do Exército general Sá Viana Rebelo à deserção para a Suécia, em 1970, do grupo de oficiais antigos alunos da Academia Militar, que referi anteriormente. O discurso, publicado na íntegra nos jornais *Diário de Notícias* e *O Século* em 31 de Dezembro de 1970, e referido, entre outros, pelo jornal *Le Monde* em 7 de Janeiro de 1971, ataca os jovens oficiais desertores com veemência: *“Tão nefasta é esta acção que ainda há alguns meses desertaram para a Suécia 6 tenentes milicianos, antigos alunos de Engenharia da Academia Militar que, nos termos da legislação até há pouco vigente, tiveram de frequentar os 3 últimos anos numa escola de Engenharia civil de Lisboa que, neste estabelecimento receberam a inspiração suficiente para trair a Pátria e fazer no estrangeiro uma torpe campanha contra o seu país e contra os seus camaradas do Exército, onde nunca efectivamente serviram.”* Impõe-se um curto comentário a este discurso. O ministro de Caetano refere apenas a deserção de “seis oficiais antigos alunos da Academia Militar” quando na verdade, nesta data, eram 10, sete exilados na Suécia e três exilados na Bélgica. Por outro lado, é ridícula a afirmação de que “nunca

efectivamente serviram” no Exército, pois na verdade tínhamos servido o Exército durante 9 anos, ou mesmo 10 anos em alguns casos!

### **A amnistia**

Os desertores, os refractários e os compelidos foram amnistiados logo a seguir ao 25 de Abril de 1974 e puderam regressar às suas casas e à sua família, sem grandes incómodos na maioria dos casos. Muitos deles, foi o meu caso, foram integrados nas fileiras das Forças Armadas, como milicianos, e serviram ainda durante algum tempo em diferentes missões que lhes foram confiadas. O reconhecimento, a nível institucional, da importância da contribuição dos cidadãos que recusaram fazer a guerra em África, para o isolamento e a queda do regime fascista, ainda está por fazer. Raramente é referida a importância que teve essa componente da luta contra o fascismo e contra a guerra colonial. Uma das muito raras excepções é a mensagem que o coronel Vasco Lourenço, Presidente da Associação 25 de Abril (de que me orgulho ser sócio), enviou a todos os sócios quando do falecimento em 2019 do nosso camarada Fernando Paes Mendes, companheiro de exílio na Suécia entre 1970 e 1974. Escreveu Vasco Lourenço: *“É com profundo pesar que vos informamos do falecimento do nosso sócio Fernando Paes Mendes. Democrata convicto e militante, Paes Mendes foi um dos militares que em 1970, por razões políticas, desertou e obteve apoio na Suécia. Essa sua acção, integrado num grupo de dez ex-alunos da Academia Militar, todos alunos do Instituto Superior Técnico, com o posto de tenente miliciano, teve então enorme repercussão no meio militar e estudantil. Podemos mesmo afirmar, sem receio de errar, que foi fundamental para ajudar a abrir as mentalidades dos oficiais do Quadro Permanente, no que ao regime ditatorial e à guerra colonial dizia respeito, a caminho do que seria a criação do Movimento dos Capitães, do Movimento das Forças Armadas, do 25 de Abril de 1974. Um grande abraço amigo, caro Paes Mendes, Até sempre! Vasco Lourenço”*.

Foto gentilmente cedida pelo município de Figueira de Castelo Rodrigo



Direitos reservados

### **A liberdade**

O Movimento dos Capitães que, através do Movimento das Forças Armadas, o MFA, nos trouxe a Liberdade, a Democracia e o fim da guerra colonial, é ele próprio o resultado de uma longa e muito diversificada luta política do povo português contra o regime ditatorial de Salazar e Caetano. Todos os contributos foram importantes, é tempo de que a contribuição de todos os que recusaram participar na guerra colonial seja também reconhecida e valorizada.

**\* Ex-oficial-aluno da Academia Militar, co-fundador da Associação de Exilados Políticos Portugueses, Presidente da Associação *Não Apaguem a Memória*, sócio da A25A**

## A MINHA LEMBRANÇA DE ABRIL



Foto gentilmente cedida pelo município de Porto de Mós

### ISABEL CID\*

*Lisboa, 24 de Abril de 1974*

*Depois de ter metido num saco roupa para três dias, saímos de casa eu e o meu marido. Deviam ser umas 8h da noite. Os nossos corações batiam mais depressa, enquanto nos dirigíamos para o restaurante e as poucas palavras que dissemos pareciam difíceis de articular. Ao jantar também pouco se falou. Afinal já tudo se sabia... Eu, grávida de 4 meses iria ficar na Av. 5 de Outubro na casa da minha mãe. A despedida foi breve. Havia que esconder certos papéis no meio dos*

*livros da biblioteca do meu pai e estar preparada para me unir com as outras mulheres de capitães de Abril, caso as coisas dessem para o torto. À hora prevista o rádio anunciava:*

*Grândola Vila Morena  
Terra da fraternidade  
O povo é quem mais ordena  
Dentro de ti ó cidade*

*O murro no estômago. Duas lágrimas teimosas deslizaram pela minha face, o estômago revirado, o coração aos saltos. Já nada podia reverter os acontecimentos. E agora? E agora? – perguntava-me sem cessar, numa lengalenga doentia, passos agitados, às voltas no quarto.*

*...Grândola Vila Morena  
Terra da fraternidade*

*Na minha cabeça rodopiavam os momentos mais marcantes da minha vida. Revia tudo num turbilhão.*

Estávamos em Abril de 61 quando o nosso pai chega a casa e participa que tinha sido mobilizado para a Guerra que começara em Angola há pouco mais de um mês. Foi esta a primeira *bomba!*

O pai seguiu de imediato para Sta. Margarida, onde era dada a instrução militar, e embarcou com o Batalhão 114 cerca de um mês depois para Nambuangongo/Quicabo. Era Major na altura. Eu tinha 11 anos.

Aquela despedida foi duma violência indescritível. O navio, atracado no cais da Rocha do Conde de Óbidos, esperava. Eram umas 08:00h da manhã. Ficou para sempre na minha memória aquela imensa mancha amarela com grandes

botas pretas, que depois das despedidas oficiais com marcha pompa e circunstância, mostrava, ora o orgulho adequado a quem estava convencido que ia defender a Pátria, ora a mal disfarçada renitência em se afastar dos seus...

Despedimo-nos do nosso pai dentro do edifício. Uma das últimas coisas que nos disse, foi “portem-se bem” e “tomem conta da mãe”, com uma chamada de atenção para as pinturas das paredes. Eram do Almada!

Na varanda do 1º andar já estavam as carpideiras que entre o naco de pão e o puxão de orelhas que davam às crianças, gritavam que nem umas desalmadas, numa choradeira pegada, como se de um grande desgosto se tratasse... eram pagas para isso. Lembro o cheiro, o ranho naquelas caras encardidas de sujidade acumulada, os pés descalços que só deviam ver água quando chovia... a luta para conseguir um lugar à frente, onde o pudéssemos ver...

### **Lembro os lenços.**

Os lenços brancos a acenar, do cais para o navio... do navio para o cais... autênticos pássaros a esvoaçar! Eram milhares! Ali ficámos afogados nas próprias lágrimas, com a sensação de que o mundo tinha acabado, enquanto o navio desaparecia no horizonte. Era a primeira vez que nos separávamos do nosso pai.

### **Homens a chorar.**

Foi também a primeira vez que vi homens a chorar. “Um homem não chora!” dizia a minha mãe aos meus irmãos quando algum se magoava! Era mentira. Vi muitos a chorar naquele dia; Avôs, pais, irmãos, filhos, de todas as idades. Decorridos uns 8 meses a mãe vai para África onde o marido a esperava com ansiedade, levando o nosso irmão tão pequenino, apenas com 4 anos. Sei que ficaram instalados em pleno mato, no aquartelamento das Mabubas, cercados de arame farpado. Eu e o meu irmão mais velho, só fomos ter com eles no fim



desse ano lectivo, portanto em Julho de 62 agora já para Vila Luso, zona mais calma em termos de guerrilha.

*A Grândola continuava:*

*... O povo é quem mais ordena*

*Dentro de ti ó cidade*

Fomos de navio, o «Angola», entregues a nós próprios e ao cuidado do Comandante com quem apenas fazíamos as refeições. Foi uma viagem inesquecível, não só pela expectativa do reencontro, mas pela emoção e sentimento de liberdade que dois irmãos na pré-adolescência podiam experimentar numa viagem daquelas. Com escala no Funchal e em S. Tomé, foram onze dias de sonho e aventuras que não voltariam a repetir-se.

Tínhamos tempo para tudo. Todas as noites havia ou cinema ou baile com farpelas a rigor. Durante o dia tínhamos a piscina, organizavam-se concursos, jogávamos às cartas, ping-pong e bingo. Por vezes havia até variedades. Os almoços eram sempre acompanhados por música ao piano, e os jantares já com bateria e contrabaixo decorriam ao som dos clássicos blues americanos e de música francesa.

Lembro os tubarões, os golfinhos, os peixes voadores aos milhares. Lembro até que um dia resolvemos passar a noite em claro para ver nascer o sol em pleno oceano! Foram realmente dias inesquecíveis!

De Luanda para o Luso foi outra aventura... fomos numa avioneta da DTA (Transportes de Angola) cuja lotação não excedia as vinte pessoas. Vomitei todo o caminho. Sentia o estômago completamente virado do avesso. Lembro que as pernas a tremer mal me mantinham de pé quando descí as escadas a chorar copiosamente, e me atirei literalmente para cima dos nossos pais que nos aguardavam de braços abertos. Desta vez, chorava de alegria. Finalmente a família estava de novo reunida!

Três meses depois, o filho mais velho regressava ao Colégio Militar. Frequentei então um colégio de padres onde, sem qualquer esforço, eu fui aluna de Quadro de Honra. Valia-me da bagagem que levava do Maria Amália e tinha uma vida santa... Não estudava nada! E assim os dias iam escorrendo muito agradáveis.

A cidade do Luso era pequena. Situava-se no interior leste de Angola e tinha pouco mais de meia dúzia de ruas alcatroadas.

*E a Grândola ecoava ao longe na minha cabeça:*

*...Dentro de ti ó cidade*

*O povo é quem mais ordena*

### **Não consigo dormir, a cabeça continua a reviver tempos de Angola**

Nós estávamos instalados numa grande vivenda que pertencia à Diamang (Companhia dos Diamantes de Angola). Aparentemente tudo estava calmo e como sempre gostei de calor, o clima também não era problema.

A minha guerra era com os mosquitos. Devoravam-me por todo o lado e a qualquer hora do dia! Tinha que me besuntar sempre com um líquido malcheiroso a que chamavam repelente, mas que deixava muito a desejar. Acho mesmo que aquilo para eles era um bom tempero para o petisco...

Havia também aquele comprimido de quinino que me obrigavam a engolir uma vez por semana, para proteger do paludismo, azedo como fel, que se colava à língua e se recusava a seguir ao seu destino, deixando-me na boca aquele sabor amargo durante todo o dia... depressa inventei uma maneira de o engolir de forma mais eficiente e sem causar mal-estar. Embrulhava-o em miolo de pão perante os sorrisos trocistas dos meus pais... O que eles não sabiam é que muitas vezes eu disfarçadamente o atirava para o cinzeiro de pé alto que estava à entrada da sala...

Nem sei como nunca tive paludismo.

*E a Grândola persistia indiferente à minha aflição:*

*...Terra da fraternidade*

*Grândola Vila Morena*

### **Tudo era novidade para mim**

Lembro o cheiro da terra molhada quando chovia, a cor vermelha da terra, as trovoadas secas com trovões violentíssimos e relâmpagos que rasgavam o céu em todas as direcções, as cores do céu ao pôr do sol, as crianças descalças e seminuas com ventres enormes e hérnias umbilicais como eu nunca imaginara.

Lembro os macacos que saltitavam nas árvores dos subúrbios.

As baratas. Era outra guerra permanente contra as baratas que eram imensas, enormes e...voavam! Dizia-se que os negros as comiam..., mas eu nunca vi tal coisa. Eles apanhavam-nas vivas à mão. Isso, eu vi muitas vezes!

Lembro as mulheres.

As adolescentes e as mais novas eram esbeltas, muito direitas, embrulhadas em panos coloridos com turbantes artisticamente armados em volta da cabeça. O seu ar altivo emprestava-lhes qualquer coisa de nobreza. Eram autênticas figuras de contos de princesas só que... de pés descalços. Todas elas transportavam tudo à cabeça, muitas vezes carregos com uma altura impressionante que nunca deixavam cair embora parecesse iminente o desmoronamento. As mãos iam sempre livres ou puxavam pelos filhos que já sabiam andar.

*... Em cada esquina um amigo*

*Em cada rosto igualdade*

## **Os pés descalços**

Ninguém tinha chanatas, sandálias e muito menos sapatos. Eram acessórios considerados sinais exteriores de riqueza, ostentados com orgulho pelos que tinham emprego na casa do patrão branco, a servir às mesas dos cafés ou como porteiros das escolas e do liceu. Só os homens desempenhavam estas funções. Elas eram essencialmente lavadeiras, vendiam produtos nas ruas ou no mercado e faziam tudo com os filhos às costas, por vezes até mais do que um em simultâneo.

Perguntava-me como é que as crianças dormiam com tanto enconção... acho que adoravam aquilo!

Já na altura também me perguntava porque é que não se viam negros arquitectos, engenheiros ou médicos... Mesmo os funcionários das repartições eram sempre brancos!

Lembro os bebés e as crianças com dois ou três anos. Eram lindos. Pareciam bonequinhos de chocolate, com olhos enormes muito tristes e meigos.

Só muito mais tarde tive conhecimento dos perigos por que passáramos.

*Ainda a Grândola:*

*...Grândola Vila Morena*

*Terra da fraternidade*

O pai teve o 1.º enfarte em Janeiro. Dois dias antes tinha sido descoberta uma tentativa de ataque. Foram apanhadas aos guerrilheiros umas listas com os nomes das pessoas a abater... sei que eram muitas e que numa dessas listas estavam também os nossos nomes... acho que o pai não aguentou. Esteve mais de um mês entre a vida e a morte com o médico em alerta permanente.

Quando a crise passou, quis a todo o custo regressar com os seus homens, com o seu batalhão, mas os médicos não lho permitiram e acabou por ser evacuado pouco antes do fim da comissão. As lesões no coração seriam irreversíveis.

Voltámos então com ele de navio para Lisboa, pois o seu estado não lhe permitia o regresso de avião. Estávamos em Abril de 63.

De novo volto para o Liceu Maria Amália para acabar o ano lectivo mas agora para o 3º período, já com o ano passado devido às notas que trazia.

Quando tudo fazia crer que não estava fisicamente com capacidade de enfrentar de novo a frente de guerra – as indisposições eram muitas e o cardiologista particular tinha dito à mãe que o coração dele estava por um fio – o nosso pai é promovido a tenente-coronel, vai a uma junta médica militar que o considera apto para todo o serviço, e em 1965 segue novamente para Angola, desta vez para Cabinda, como comandante de batalhão. Era assim para qualquer militar de carreira, dois anos lá...dois anos cá...dois anos lá...e quando estes dois anos não se arrastavam meses por atrasos na rendição era uma sorte!

*A cabeça continua num turbilhão impondo as recordações.*

*...Terra da fraternidade*

*Grândola Vila Morena*

**Eu, numa ligeira agonia. As mãos na barriga em jeito de protecção**

Nova despedida... no mesmo cais... as mesmas crianças encardidas e ranhosas a serem tratadas aos repelões pelas mães que, com a mesma gritaria desenfreada, fingiam o desespero que era de todos os outros.

As mesmas recomendações – estudem e ajudem a mãe!... Os mesmos lenços. Desta vez havia uma novidade: ouvia-se em altos berros através de altifalantes estrategicamente colocados, um novo hino “Angola é nossa”. Ficava no ar aquele grito de vozes sem rosto que, ao som dos tambores, ia repetindo em crescendo e marcando o compasso da marcha: “Angola, é nossa! Angola! É nossa”! Como é difícil descrever o arrepio que provocava em todos nós...

À chegada do nosso pai a Cabinda, aguardavam-no em perfiladas caixas de

pinho, uma série de militares que tinham sido vítimas duma emboscada na véspera. Havia que lhes prestar a última homenagem...

Mal o pai arranjou casa, lá seguiu a mãe com o filho mais novo, o único que a podia acompanhar por ainda não ter responsabilidades escolares.

Nós, os mais crescidos, continuávamos em Lisboa, entregues à avó materna e a nós próprios, sem outro remédio senão aguentar e esperar pelo fim do ano lectivo para irmos ter com eles.

*...Em cada rosto igualdade*

*O povo é quem mais ordena*

Mais uma vez, tudo se repete embora sem a emoção da novidade. Lá vamos nós de navio, desta vez rumo a Cabinda, pelos princípios de Julho e à chegada lá estavam todos à nossa espera. Novamente chorei de alegria.

Aqui terminei de novo um ano lectivo com óptimas notas.

O que mais recorde são as mesmas baratas, os mesmos mosquitos, mas outro clima muito mais húmido que, com as elevadas temperaturas, provocava uma sensação de desconforto permanente.

Lembro a atmosfera amarela quando não chovia. Era o pó. Como sentia o corpo sempre sujo e pegamento! Estava sempre morta por tomar banho.

Lembro os cachos de morcegos enormes que se amontoavam naquelas mangueiras também enormes da curva da estrada a seguir à nossa casa. Nunca pensei que pudesse haver morcegos tão grandes. Era ali que eles dormiam durante todo o dia. Eram centenas e pareciam ratos no meio da folhagem abundante. Pelo pôr-do-sol, voavam em debandada e desapareciam no horizonte. A dada altura havia sempre um que voltava para trás. “Olhem! Aquele esqueceu-se da escova de dentes...” dizia o meu pai sempre brincalhão.

Entretanto ninguém estava autorizado a sair da cidade. Não se falava em

guerra, mas não raro tínhamos conhecimento de emboscadas. A Messe era então invadida por oficiais completamente exaustos, que traziam aquele ar distante, camuflados cobertos de pó e barba de três dias. Relatavam então uns aos outros o que se passara, mas com cuidado pois não queriam que as mulheres que por ali estavam se apercebessem dos horrores por que tinham passado.

No final de 1967 lá voltámos nós para Lisboa. Meu pai não nos acompanhou na viagem, mas pouco tempo depois regressava também, desta vez com os seus homens. Com o seu batalhão.

*E a Grândola, sempre a Grândola:*

*...À sombra duma azinheira*

*Que já não sabia a idade...*

O meu regresso ao Maria Amália era sempre trágico porque era chumbo garantido. Era um liceu feminino, claro, que primava pelo rigor e exigência – paranão dizer outra coisa. Acho que havia lá empregadas que eram da PIDE. Com as idas para África eu perdia totalmente o ritmo de estudo, como já expliquei atrás e as amizades de turma ficavam pelo caminho. Estas mudanças constantes com as incursões necessariamente mal sucedidas por este liceu que eu sempre detestara, deixaram assim marcas definitivas na minha formação académica. Por mais que eu implorasse à minha mãe que me inscrevesse no Liceu Filipa de Lencastre, que até era mais próximo da nossa casa, ela foi sempre irredutível “Se eu fiz lá o Liceu, tu também podes fazer” ...Os meninos não têm querer... Era assim naquele tempo!

E assim sendo, o curso de Arquitectura ficou-se pela miragem. Não podia pensar em continuar a estudar, na expectativa de nova comissão daí a dois anos. Parecíamos uns saltimbancos, sempre com as malas preparadas para partir...lá ficávamos nós sem o pai, lá ia de novo a mãe. Voltava o medo de

perder o nosso pai...que fosse apanhado nalguma emboscada e o medo do futuro...o não saber sequer se haveria futuro...

Portanto, quando acabei o Liceu, fui para a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, fazer um curso de Artes Decorativas muito apreciado e adequado às meninas da altura. Sempre era menos exigente e ficava despachada em três anos.

Só não voltei a África porque, entretanto, o pai morreu. Tinha 48 anos acabados de fazer... foi o descalabro! A mãe viúva aos 46 e com três filhos. Só o mais velho já estava na Academia Militar.

Tudo me leva a crer que o mobilizariam de novo. Que iria novamente a uma junta médica militar que o consideraria apto para todo o serviço...

*...Jurei ter por companheira*

*Grândola a tua vontade*

Em Agosto de 71 eu casara com um oficial da Armada, que um mês depois embarcara para a Guiné. Tínhamos então 22 anos.

Casámos apenas pelo registo pois, não sendo nós crentes, seria uma hipocrisia um casamento religioso. Esta foi outra *bomba* numa família tradicional como a minha.

*- Mãe, a Revolução está na rua! - Disse eu saindo do quarto correndo ao seu encontro.*

*- Não digas disparates, já te disse que essas coisas quando se sabem nunca acontecem! Vê se descansas que já é tarde!... Mais um beijinho de boa noite.*

O namoro fora muito contrariado pela minha mãe pois o meu namorado não escondia as suas convicções políticas. Era extremamente crítico em relação



aos nossos governantes e pela primeira vez eu começava a ouvir falar em fascismo...

Só depois do casamento me reconciliei com ela, que estava nos antípodas de todas aquelas ideias com as quais eu já ia concordando. Ferviam discussões intermináveis, que me ajudavam a crescer, mas que muitas vezes acabavam mal, em relações cortadas durante uns tempos... mais tarde percebi que a mãe adorava este confronto de ideias, a que eu ia acrescentando, aqui e ali, mais uma acha para a fogueira, perdendo progressivamente o medo de a enfrentar. Chegámos a pôr a hipótese da deserção. O meu marido fora a Londres pouco antes do casamento, onde tinha alguns conhecimentos, mas depressa concluiu que o seu papel seria muito mais útil cá onde estaria em contacto directo com os seus camaradas de armas.

*...Grândola a tua vontade*

*Jurei ter por companheira*

*Finalmente o cansaço começa a vencer-me. Enterro bem a cabeça na almofada, o rádio com a sua programação de sempre como se nada de novo se passasse... A cabeça parecia querer estostrar...*

De novo o pó amarelo da Guiné.

Fora no dia 24 de Dezembro de 1971 que eu chegara à Guiné.

Lembro aquele bafo quente que me ia sufocando quando me acerquei da escada para desembarcar.

Num saco levava rabanadas, sonhos e um frasco cheio de calda de açúcar feitos pela minha mãe.

E que bem nos souberam!

Na outra mão levava a minha viola. Nunca poderia sobreviver sem música. O meu marido era imediato de uma lancha de fiscalização e embarcou logo no

dia seguinte. O dia do regresso era sempre uma incógnita...

...Nada era branco naquela terra a começar pela farda branca da Marinha. O pó amarelo instalara-se em toda a parte.

O clima era muito semelhante ao de Cabinda, mas aqui havia tornados. Assisti a vários.

Fiquei sozinha na nova casa alugada, com pouquíssimas condições. Não tinha ainda nem fogão nem frigorífico, nem sequer um filtro para poder beber água da torneira. Os dias foram passando e a certa altura já não havia senão a calda de açúcar que eu ia comendo ao pequeno-almoço com as tostas que também trouxera de Lisboa... Todos os dias um amigo e camarada do meu marido, me ia buscar de moto para me levar a almoçar à messe da Marinha. À noite levava-me a casa uma marmita com o jantar.

As portadas das janelas estavam cheias de ninhos de marimbondos, nome dado a uns abelhões gigantescos com umas pernas enormes penduradas que eu já conhecia de Angola. Nem as abria!

Nas ruas conviviam connosco os jagudis, pássaros horrendos que se passeavam paulatinamente aos pares, escolhendo os caixotes do lixo das zonas mais porcas como seus locais de eleição. Eram aquilo que nós conhecemos por abutres. Enormes, pareciam perus. Ali andavam no telhado até da nossa casa, com o à-vontade de quem cuida da sua própria propriedade. Por brincadeira dizíamos que eram dos serviços de saneamento da Câmara...

Depressa percebi que os africanos com quem nos cruzávamos na rua eram muito mais esclarecidos do que os que eu conhecera anteriormente. Víamos-los ao longe em grupos, a conversar animadamente em crioulo, e quando nos aproximávamos calavam-se e ficavam a olhar para nós até nos afastarmos para retomarem então a conversa... causavam-nos um enorme desconforto.

Sentia-se no ar a proximidade do confronto. Da nossa casa era frequente vermos ao anoitecer, clarões ao longe, que se prolongavam muitas vezes pela noite dentro. Tite ou o Cumeré estavam a ser bombardeados.

A nossa casa era uma vivenda em frente ao liceu, entre o palácio que era a residência do Spínola e a estrada que levava ao hospital militar e ao aeroporto, numa zona já bastante afastada do centro.

Lembro a angústia que sentia quando ouvia passar os helicópteros para o hospital. Quem viria ferido ou até morto desta vez?

Eu tinha arranjado trabalho numa empresa de publicidade, no centro da cidade para onde me deslocava numa motoreta que fazia as minhas delícias e, entretanto, também fora contratada para fazer o projecto de decoração da messe da Marinha.

Lembro aquele dia de Janeiro em que, pela tardinha tínhamos ido tomar uma bebida fresca ao Hotel, quando passou por nós um vendedor de artesanato que nos disse à boca pequena. “- Mataram Homem Grande! Mataram Amílcar Cabral!”

Entretanto a situação militar ia-se agravando.

*A Grândola terminava ao longe:*

*...Á sombra duma azinheira*

*Que já não sabia a idade*

Eu tinha vindo a Portugal para escolher móveis, tecidos e outros acessórios para os meus trabalhos e aproveitei para reforçar a minha colecção de discos com as últimas novidades de músicas de intervenção, muitas delas proibidas, que rapidamente aprendi e cantava a plenos pulmões fazendo-me acompanhar pela minha viola. Adriano, Zeca Afonso, José Mário Branco...

O meu irmão mais velho que casara um mês depois de nós, era alferes e estava em Bula, uma pequena terra a uns 50 quilómetros de Bissau, com a mulher e uma filha de meses. O meu irmão mais novo era refractário. Tinha ido para Nova York e por lá ficara. Era assim. Só não ia para a guerra quem tinha deficiências consideradas impeditivas ou quem dava o *salto*...

Lembro que a partir de Março de 73 se instalou o medo e a incerteza quando começaram a cair os aviões. Tinham sido abatidos pelo PAIGC. A consternação era visível nos rostos dos brancos, mas poucos comentários se faziam. O navio do meu marido não parava, do Cacheu para o Cacine subia os rios sem descanso, de Norte a Sul do território pantanoso da Guiné.

### **Era o inferno. Era o medo.**

Bissau estava na altura cercada de duas fiadas de arame farpado com campo minado entre elas. Os navios começaram a ser atacados com mais frequência e foram pintados de verde-escuro para melhor se confundirem com a densa vegetação das margens dos rios.

*...Ecoavam no ar os passos dos típicos cantares alentejanos que se afastavam devagar, mantendo o compasso da marcha.*

*Fiz uma festa na barriga aconchegando o meu filho... Consegui fechar os olhos, o rádio a tocar baixinho debaixo da almofada.*

*A cabeça efervescente. O corpo todo dormente... E sempre as recordações.*

É, pois, num período de acentuado agravamento da situação militar na Guiné que a comissão do meu marido termina em fins de Julho de 73. Eu regressara um mês antes.

Ainda revejo o meu regresso de Bissau; Desembarquei na Portela com o coração apertado deixando o meu homem a preparar as coisas para vir também, mas que ultimamente, perante as perguntas que eu lhe fazia, ou se calava ou disfarçava as respostas para não me preocupar...

Quando chegou a Lisboa um mês depois, já eu fui buscá-lo ao aeroporto na Diane que comprara com o dinheiro que juntáramos! Foi então que dividimos o resto das nossas poupanças por dois envelopes, metade em cada um, metemo-

nos no nosso carro com uma pequena tenda e o roteiro dos parques de campismo e aí vamos nós Europa fora, sem horários, sem destino certo. Quando acabasse o dinheiro do primeiro envelope... voltaríamos para trás.

Finalmente íamos ter a nossa lua de mel...

Os dois anos de comissão foram particularmente intensos. Naturalmente que, se à nossa partida para a Guiné dois anos antes já o regime e a guerra eram postosem causa, agora, com o conhecimento dramático da realidade vivida no terreno, as convicções da necessidade de derrube do regime colocavam-se com maior urgência.

Estava cansada de guerra. Começara com doze anos a ir para a guerra com o meu pai, tinha perdido o meu pai em consequência da guerra. Um irmão estava na guerra. Outro era refratário. Continuava na guerra com o meu marido. Até quando? Até quando?....

O nosso regresso coincide com a realização das primeiras reuniões do Movimento dos Capitães, e é com o estado de espírito de grande radicalização contra o regime que o meu marido, ainda 2.º tenente e apenas com 24 anos, irá fazer parte do primeiro grupo de ligação da Marinha ao Movimento dos Capitães, grupo a que não mais deixará de pertencer. Fará também parte da comissão que redige o Programa do MFA com Vítor Alves, Melo Antunes, Costa Braz, Franco Charais, Vítor Crespo e Almada Contreiras.

Foi um período de constantes reuniões, quer em nossa casa quer noutros locais, reuniões essas que o faziam muitas vezes regressar de madrugada.

Ainda há bem pouco tempo me zangara com ele. Para tudo há limites! O 'jantar-fora' já tinha sido marcado e falhado por três vezes por conta das inúmeras reuniões clandestinas. Nesse dia eu esmerara-me na maquilhagem e na toilette, era uma 6ª feira. As horas passavam e a ansiedade aumentava até que pelas 9h00 da noite me aparece em casa com mais três camaradas "Desculpa lá miúda mas vê lá se nos arranjas alguma coisa para trincar... Estamos cheios de fome"... Só alguns dias depois fizemos as pazes.

*Acordei pelas 7 da manhã.*

*“Aqui Posto de Comando das Forças Armadas...”*

*Meu filho não iria para a guerra!*

*Meu filho ia nascer num PAÍS LIVRE!*



Foto gentilmente cedida pelo município de Setúbal

Direitos reservados

**\*Isabel Cid é decoradora de interiores, filha e esposa de ex-combatentes da guerra colonial**



## As mães de abril

Quem me ditou este poema

Foram as mães da liberdade.

Diz aos capitães:

- Estais aqui no coração das mães!

Aos dezoito anos de idade

Morria na família

A ideia de felicidade.

Aos dezoito anos de idade

Morria na família  
A chama da alegria.  
Vamos escrever,  
Vamos recordar,  
A mensagem das mães:  
- Heróis da Paz,  
- Heróis da Liberdade,  
- Obrigado capitães.

**25 de abril de 2023**

**RAUL MENDES, Professor, poeta**



## **A IMPRENSA DE UM CAPITÃO DE ABRIL**

*Neste tempo de retrospectivas de todos os ângulos de análise que se podem imaginar, a Imprensa é talvez um dos que mais informação objectiva nos traz sobre o tempo anterior ao 25 de Abril, o tempo da Censura, do lápis azul, da proibição de livros e revistas, dos exílios forçados daqueles que não se conformavam com tanta opressão, até ao limite do castigo dos prevaricadores com as prisões e, nalguns casos, com a morte. E depois do 25 de Abril com a chegada da Liberdade e da Democracia, outra vez a Imprensa a mostrar-nos o que mudou e como mudou na sociedade portuguesa. E, sobretudo, como é que a Imprensa reagiu à Liberdade de expressão, de opinião, de reunião e à abolição do visto da Censura!?*

*Uma história destas deveria ser objecto de um trabalho aturado e demorado de pesquisa e de análise por onde perpassaria necessariamente a própria História do Regime pró-fascista e do Regime Democrático, em cuja narrativa se inscreveriam os actores e o povo, os factos e os sobressaltos da revolução, as notícias e os registos fotográficos e figurativos, a literatura e a cultura em geral, num registo de quase História Cultural nas suas mais variadas vertentes. Tal não é o objectivo deste texto. Apenas vou passar em revista que Imprensa tínhamos antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril e, em ambos os casos, **como foi que eu a vi e vivi.***

## JORGE GOLIAS\*

VOU SITUAR-ME NO FIM DA DÉCADA DE 60, quando finalizava o curso de engenharia no Instituto Superior Técnico (IST). Na altura frequentava o café Copacabana, ali na Rua Guerra Junqueiro, já inexistente, onde pontificava um núcleo de esquerda do IST, mistura de alunos da Academia Militar (AM) e do IST, em contraponto com o núcleo de direita que se instalava no café logo acima, a Mexicana, com os seus belos painéis de cerâmica de Querubim Lapa, um modernista que criou o *sol mexicano* desse café, ainda hoje magnífico.

Pois as nossas fontes de informação cultural e política eram mesmo os jornais diários. Havia ao tempo os matutinos *Diário de Notícias* e *Diário Popular*, aquele o jornal preferido pelos quartéis, talvez pelo seu menor comprometimento político. E havia os vespertinos *Diário de Lisboa* e *A Capital*. Eram estes os nossos jornais, numa primeira fase o *Diário de Lisboa* cujo director era o grande jornalista, oposicionista, Norberto Lopes. Diariamente líamos com sofreguidão as suas *Notas do Dia*, onde em linguagem subliminar se passavam informações sobre o Regime, que eram depois profusamente comentadas e que nos alimentavam a utopia de um dia não ser preciso falar quase em código. Depois, no mesmo jornal, líamos a crítica de Televisão do Mário Castrim, um intelectual conotado com o Partido Comunista. Esta crítica tinha sempre, ou quase, um tom marcadamente progressista, onde com habilidade se ia falando de televisão para se falar de política interna. Um dia veio a Lisboa o ballet do Moscovo, cuja estrela principal era Rudolfo Nureyev e a peça era o bailado Giselle, do período romântico, mas a PIDE proibiu a exibição na própria noite do espectáculo. Ora aconteceu que o Mário Castrim já tinha a crítica escrita, que acabou por sair no dia seguinte no DL com grande escândalo, porque o espectáculo não se realizou! Afinal, alguém veio a público explicar que estas

situações eram correntes, de os críticos, conhecendo o espectáculo e sabendo que a alta performance destes grupos de bailado permitia sempre exhibir o espectáculo exacto, escreviam a crítica mesmo sem o ver. Descansaram os que admiravam o homem e o escritor, o crítico e o poeta, casado com a escritora Alice Vieira que, na altura, saiu do DL para o DP para evitar um conflito de interesses.

Mas a nossa atenção ia também para a crítica social da autoria de Vera Lagoa por onde perpassava um olhar mordaz sempre que reportava as festanças do Regime.

E ainda lembro aqui, pela capacidade criativa e com grande carga humorística, os textos do Luís de Sttau Monteiro (o autor de *Angústia para o Jantar*, *Um Homem não Chora* e *Todos os Anos pela Primavera*) escritos no suplemento do DL, *A Mosca*, dirigido pelo José Cardoso Pires, sob o título de *Redacção da Guidinha*, uma menina com graça nascida no Bairro da Graça. Retiro do *Google* esta explicação oportuna: «Nesse tempo, Marcelo Caetano tinha substituído Salazar à frente do governo e tinha prometido uma abertura política do regime, a que se deu o nome de «Primavera marcelista»". Foi no sentido de aproveitar esta efémera abertura que o suplemento "A Mosca" se publicou, procurando dizer a rir algumas das coisas que até então não se podiam dizer, nem a rir nem a chorar».

Quanto ao outro vespertino *Diário Popular* não tinha a carga política do DL, mas também tinha bons colaboradores opositores do Regime. Recordo aqui com saudade o meu conterrâneo Arnaldo Pereira, simpatizante comunista, que pela primeira vez em Portugal estudou e escreveu sobre a alienação no Trabalho, tendo publicado um livro alusivo sob o título *O Conceito e o Actual*. Convivi com este jornalista que se espantava por eu ser militar e ir ter com ele fardado ao Bairro Alto.



Mais tarde, em 1968 e por cisão no DL, surgiu *A Capital*<sup>1</sup>, sob a direcção de Norberto Lopes e subdirecção de Mário Neves, através de uma **Cooperativa de Jornalistas**<sup>2</sup>, que adoptou uma linha política semelhante à do DL antigo, que viria a sofrer forte perseguição pelo Regime de Caetano. No dia de lançamento deste jornal surgiu em Lisboa a informação ou boato de que a PIDE iria apreender os jornais nas bancas. Lembro-me de o meu grupo do Técnico se ter dirigido à estação do Cais do Sodré porque se dizia que as apreensões iriam incidir na Baixa lisboeta. Lá adquirimos o jornal, mas sempre na expectativa de podermos ser incomodados.

Em 15 de Outubro de 1911 surgiu o jornal *República*, fundado por António José de Almeida, de cunho liberal e laico em conformidade com os valores do 5 de Outubro de 1910. Em 1972 o jornal pela mão de Raúl Rêgo, maçom, na redacção Mário Mesquita, com a colaboração de Mário Soares, Gustavo Soromenho, Arons de Carvalho, Jaime Gama, António Reis, J.J. Letria e Álvaro Guerra. Assim chegavam os socialistas ao espaço público nacional. Este jornal teve uma acção semelhante à do DL e à de *A Capital* no combate

---

<sup>1</sup> Lançado em 1929 ficou conhecido como o jornal republicano da noite tendo fechado em 1938. Foi seu primeiro director Manuel Guimarães, pintor neorrealista e teve como principal colaborador Júlio Dantas, polígrafo.

<sup>2</sup> Escrevo em maiúsculas, COOPERATIVA DE JORNALISTAS, a primeira que se fez em Portugal, para sublinhar uma possível solução nestes tempos de grande incerteza do futuro da Comunicação Social. Uma ideia que o Estado pode apoiar transversalmente, equitativamente, para se evitar a degradação e descaminho de muitos órgãos de comunicação social, que devem ser considerados os maiores suportes de um Regime Democrático. Sem jornais e sem jornalistas não há Democracia!

ao Regime do Estado Novo. Após o 25 de Abril rebentou uma forte crise, iniciada em 19 de Maio de 1975, na sequência de divisões político-partidárias e o jornal acabou suspenso.

Finalmente, ainda antes do 25 de Abril, surgiu o *Expresso*, que fez agora 51 anos, e que foi desde logo um grande sucesso não só porque se apresentava com um novo ar e novas dimensões, desusadas, mas também, e principalmente, porque deixou a percepção de se tratar de um jornal sério, independente, tanto quanto era possível naquele tempo e ainda por ter por detrás um grande nome desta área de negócio e, bem assim, ilustrado por ter pertencido à ala liberal do Regime, Francisco Pinto Balsemão. Estava em Bissau quando o *Expresso* surgiu em Janeiro de 1973. Passou a ser o jornal de leitura obrigatória, com a vantagem para quem estava fora, e em guerra, de ser semanal e resumir as notícias, que não se tinham, da semana.

Quando se fala em imprensa da Resistência deve incluir-se, por mérito próprio o jornal desportivo *A Bola*. Semanário fundado em 1945 por Cândido de Oliveira e Ribeiro dos Reis que foram os seus primeiros directores. Seguiu-se depois Vítor Santos até 1992, que fez um trabalho notável pois se dizia que era um jornal de alto nível não só desportivo, mas também cultural, porque oferecia muitos artigos de análise do desporto sob o ponto de vista de fenómeno de massas e com conteúdo claramente progressista. Passou a quadrissemanário e depois a diário, em 1995. Seguiu-se depois Vítor Serpa, numa linhagem de grandes jornalistas desportivos. Desde 2002 que João Bonzinho é seu director.

Fora de Lisboa há duas marcas que fizeram história no combate à Ditadura. São o *Comércio do Funchal* e o *Jornal do Fundão*. O CF, fundado em 1934, era o jornal cor-de-rosa onde pontificou Vicente Jorge Silva. O JF foi fundado em 1946 pelo histórico Paulouro das Neves.



O título, *O Século*, fundado em 1880 por Magalhães Lima, foi um dos maiores diários nacionais que resistiu até 1977 e que ergueu uma grande obra social, a Colónia Balnear Infantil de O Século. A Sociedade Nacional de Tipografia, proprietário de *O Século* fundou a revista semanal *Vida Mundial* que inaugurou em Portugal, 1941, o estilo magazine.

Os históricos jornais do Porto, *Primeiro de Janeiro*, *Comércio do Porto* e *Jornal de Notícias*, fundados no século XIX, o primeiro já extinto, são jornais independentes, mas ainda assim perseguidos pela Censura tiveram de retroceder nas poucas iniciativas desfavoráveis ao antigo Regime. No *Primeiro de Janeiro* inicial colaboraram os melhores escritores portugueses nortenhos e nacionais. Houve um tempo, 1986, em que Agustina Bessa Luís foi directora, mas sem sucesso, tendo-lhe sucedido o jornalista José Manuel Barroso, capitão de Abril, que o rejuvenesceu, chegando a mudar o grafismo histórico azul pela cor vermelha, mais progressista, mas o surgimento do *Público* disputando o mesmo público-alvo acabou com a viabilidade deste jornal. Ao tempo havia boas revistas, com muita saída, a mais antiga *Seara Nova*, mais à esquerda, a *Vértice* (mais intelectual, que “emitia juízos fora do contexto do Estado Novo”, cf. o Prof. Reis Torgal) e a *Análise Social*,

progressistas. Nesta última pontificou o Prof. Adérito Sedas Nunes, fundador da SEDES e meu professor de Sociologia na AM<sup>3</sup>.

Não resisto a colocar aqui a revista satírica quinzenal *Gaiola Aberta*, de José Vilhena, na linha do *Cannard Enchainé*, iniciada em 1973 em folhetim e depois em Maio de 1974 em formato de revista já semanal. José Vilhena foi escritor, pintor e cartoonista, esteve três vezes preso pela PIDE, mas nunca desistiu de provocar o Estado Novo, proclamando que “gostava de lhe dar cacetadas”. Mas continuou depois do 25 de Abril glosando e gozando com os principais actores da revolução.



Tal como aconteceu com *A Capital* também um dia constou que a *Gaiola Aberta* ia ser apreendida pela PIDE. Lá fui com o meu grupo desta vez para

<sup>3</sup> No 1º número o Prof. Sedas Nunes apresentou um texto “Introdução ao estudo das Ideologias”, onde em nota de rodapé refere o seguinte: “O presente artigo constitui o texto ampliado de uma conferência pronunciada, em 6 de Março de 1961, perante o comando, os professores e os alunos da Academia Militar, em Lisboa”. E foi com este texto que grande parte da minha geração de militares aprenderam este lado oculto do saber socio-político. Recordo como se fosse hoje a aula em que o ouvi falar das ideologias e da cena que se passou no anfiteatro da AM, onde os alunos de Eng<sup>a</sup> ocuparam posições no anfiteatro como se estivessem num parlamento, com uma maioria à esquerda!

a estação de Sta. Apolónia, onde a PIDE não deveria ir. Mas foi, e para o meu grupo já chegou tarde, pois já tínhamos a Gaiola na mão.

*O dia inicial inteiro e limpo*, no imortal verso de Sophia, foi notícia de todos os jornais do tempo, uns mais afoitos do que outros e, dentre eles, destaco uma vez mais *A Capital* que passou o 25 de Abril incólume sob a direcção de grandes nomes como Cáceres Monteiro e Manuel Beça Múrias, depois David Mourão Ferreira e Francisco Sousa Tavares, dedicando-se às notícias e à reportagem, hoje quase abandonada.



Capa de *A Capital* na edição das 12 horas do dia 25 de Abril de 1974

Logo após o 25 de Abril colocou-se a muitos de nós a pergunta como é que os jornais, habituados a fazer habilidades para enganar a Censura e o lápis azul dos coronéis, com grandes jornalistas treinados a redigir textos meio cifrados e a fazerem passar mensagens subliminares, iriam reagir com a Liberdade de Imprensa, que ora chegara de rompante?

Pergunta difícil e a prova disso é que caíram quase todos os títulos em poucos anos, não resistindo ao período das privatizações no final dos anos 80. O DN resistiu mal a uma direcção mais colada ao PC de José Saramago. Anos mais tarde destacou-se no DN o jornalista Ferreira Fernandes que se afirmou como um dos melhores cronistas portugueses e que, sendo já um veterano, continua a destacar-se com iniciativas histórico-culturais de grande visibilidade.



O título de *A Capital* foi comprado por Francisco Pinto Balsemão e entregue a Helena Sanches Osório, sem grande sucesso, tendo acabado em 2005 sob a direcção de Luís Osório. Vale sublinhar os grandes nomes da cultura e do jornalismo que se concentraram só neste jornal!

Em 2016 escrevi em *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães* o seguinte: “Na Segunda-Feira seguinte ao 25 de Abril chegou o jornal *Expresso* reportando os ventos de liberdade, configurados na libertação dos presos políticos, e logo no dia seguinte, 30 de Abril, a cidade de Bissau, que parecia adormecida, acordou e explodiu em manifestações e incidentes”. Ficámos a saber que, afinal, aquela juventude que se manifestou em frente ao Palácio do Governo clamando pela independência e vitoriando o PAIGC, lia o *Expresso* e reagiu em massa depois da sua leitura.

O *Expresso* cresceu com o 25 de Abril, sendo na altura do PREC o “barómetro” da revolução. Dizia-se nas Assembleias do MFA, às Sextas, que o que se estava ali a passar iria sair no *Expresso* do fim de semana. E era verdade. O jornal entrava em todas as sedes de movimentações revolucionárias e dizia-se ainda que o que não vinha no *Expresso* não era verdade. Este jornal, que leio desde o seu primeiro número, já passou por melhor jornalismo do que hoje apresenta. Ressalvo, no entanto, a Revista que me interessa sob o ponto de vista cultural e de grande entrevista.

Outros jornais que transitaram para depois do 25 de Abril como *O Diabo*, com Vera Lagoa na direcção, que tomou uma linha fortemente conservadora, quase sem público, *O Tempo*, outro da linha mais conservadora de então, o *Jornal Novo*, mais independente, tiveram existência efémera. Acabaram por se projectar com sucesso o semanário *O Independente*, sob a direcção de Miguel Esteves Cardoso e colaboração de Paulo Portas e que fizeram escola e estragos no meio político dos anos 1988 a 2006, ano em que fechou.

De todos os jornais que se projectaram depois do 25 de Abril o *Correio da Manhã*, fundado por Vítor Direito em 1979, sensacionalista e conservador, foi o que teve maior sucesso e hoje o de maior volume de vendas.

Em 1975, no meio da grande euforia política nasceu o jornal semanário *O Jornal*, de feição social-democrata, fundado por um conjunto de grandes jornalistas como José Carlos de Vasconcelos, Afonso Praça, Joaquim Letria, Manuel Beça Múrias, Fernando Assis Pacheco, Inês Pedrosa, Maria Filomena Mónica, Hélia Correia, Miguel Esteves Cardoso e outros, com grande alarido social, mas de vida efémera, pois durou escassos 17 anos.

Logo depois, em 1980, surgiu o *Tal & Qual*, semanário, tabloide, dirigido por Joaquim Letria, onde se destacou Mário Zambujal e que explorou alguns casos sociais como o da ligação Sá Carneiro-Snu Abecassis e depois a denúncia do esquema da fraude piramidal Dona Branca. Sensacionalista, acabaria por fechar em 2007.

De feição mais progressista e com grande circulação no País surgiu também no pós 25 de Abril o diário *O Público*, fundado em 1990 por Vicente Jorge Silva, com um excelente naipe de jornalistas, tendo sido pioneiro na distribuição de colecções de livros e CD's. Com um excelente histórico grupo de jornalistas como Nuno Pacheco, Nicolau Santos, J. M. Fernandes, David Dinis, Manuel Carvalho, Ana Sá Lopes, David Pontes, muitos agora em outros projectos, tem-se destacado por receber um grande número de prémios.

Cinquenta anos depois, a Imprensa deu muitas voltas, muitos jornais fecharam, outros abriram, os jornalistas têm formação superior, os meios tecnológicos são usados com profissionalismo, há computadores e bases de dados para consulta imediata e alternativas de publicação online. Aliás, o

digital é hoje a valência decisiva para o sucesso empresarial da Imprensa. Há como que uma selecção natural, aliás como no meio empresarial, ditando casos de sucesso e de insucesso. E vem aí a IA que pode ser uma arma de apoio à excelência ou o seu contrário, dependendo sempre do uso que se lhe der.

Diz-se muitas vezes que a Imprensa é o **4.º poder**, depois do Legislativo, do Executivo e dos Tribunais, mas como que contraditoriamente, fala-se e pensa-se, com grande receio, da existência precária de títulos de referência e no fim da liberdade de imprensa. Este direito, como todos os democráticos, nunca está adquirido. A Democracia vai-se aperfeiçoando e exige ser defendida todo o tempo. O Estado pode ter também aqui o seu papel de apoio transversal exercendo também ele a defesa dos activos democráticos.

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

ABRIL-50 ANOS

Suplemento

## VOLTAIRE ADIADO



Direitos reservados

Foto gentilmente cedida pelo município de Lagos

Cesina Bermudes fora a primeira mulher doutorada em Medicina em Portugal, corria o ano de 1947, e logo em 1949 participara activamente nas eleições do Norton de Matos. Expulsa da Faculdade de Medicina, a nota de dezanove do doutoramento não fora suficiente para lhe compensar as ideias subversivas. A jovem médica não demorou a ser presa.

### TERESA MARTINS MARQUES\*

CORRIA ENSOLARADO o mês de Maio de 1973. Leonor, apressada, corria também da Faculdade para o Colégio. De manhã era aluna, pela tarde,

professora. O companheiro terminava o curso de Direito na Universidade Clássica, os escritórios da TAP pagavam-lhe um parco ordenado de subsistência. Vinte e dois anos, grávida de dois meses, a jovem mulher, casada de fresco, deitara mãos ao trabalho, liberdade não é dependência dos pais.

Almoço no bar da cantina, corria para o autocarro 35, que seguia ronzeiro entre Sapadores e o Hospital de Santa Maria. Leonor descia em frente ao Técnico, logo no início da Alameda, era assim desde Outubro passado, quando aluna, professora e quase-mãe, tinham começado as aulas. O mistério de três pessoas numa só verdadeira.

Sorriu ao lembrar-se da infância protegida, da madrinha catequista:

– Quantas são as pessoas da Santíssima Trindade?

– Três, madrinha: o Pai, o Filho e a Pomba.

Sorriso maroto da menina, gargalhada estancada à pressa da madrinha catequista, esta menina é um mafarrico, pensou.

– Então, são três pessoas e são três deuses, não é verdade? Interroga a madrinha catequista, não para examinar a criança em matéria de fé, apenas para ver o que dali saía ... e logo o mafarrico galhofeiro:

– Ah! Ah! Isso é que era bom! Se fossem três pessoas e três deuses, lá ia o mistério de patas ao ar!

### **Vocação para o protesto**

A jovem mulher continua a sorrir lembrando a criança que foi. Conserva dela a garridice e sobretudo a vocação para o protesto. Naquele dia, mal conseguira engolir o almoço, os enjoos matinais duravam até tarde, a médica Cesina Bermudes dizia-lhe que iam passar depois dos três meses. Acolheram-se mutuamente num sorriso cúmplice desde a primeira consulta, na Rua Santos Dumont. Cesina Bermudes fora a primeira mulher doutorada em Medicina em Portugal, corria o ano de 1947, e logo em 1949 participara

activamente nas eleições do Norton de Matos. Expulsa da Faculdade de Medicina, a nota de dezanove do doutoramento não fora suficiente para lhe compensar as ideias subversivas. A jovem médica não demorou a ser presa. Estava no Aljube quando, no ano seguinte, Leonor nasceu.

Proibida de exercer a profissão nos Hospitais Civis, Cesina Bermudes ajudava as crianças a virem ao mundo na Clínica Cabral Sacadura, propriedade de gente abastada, uma casa cor-de-rosa junto ao metro do Parque, onde as mulheres controlavam como podiam as contracções, graças ao parto sem dor, que Cesina Bermudes introduzira em Portugal.

Leonor confiava na médica mais do que em si mesma. Ela acalmava-lhe o medo, lembrança remanescente do parto complicado, o cordão enrolado à volta do pescoço, nascera quase morta, a mãe contava: - O médico disse, que pena, é uma menina morta! Mas um som estridente quebrou o silêncio de chumbo e o pai aliviado do susto a rir, a rir muito: - Para morta ainda grita muito bem!

Nunca mais se calou. Aos oito anos fez a sua primeira revolução na escola primária. A professora, informadora da PIDE, soube-o mais tarde, defendia e praticava o método pedagógico da reguada a torto e a direito. Quem tivesse mais de dois erros no ditado podia preparar as mãozitas que muitas vezes nem chegavam a desinchar de uns dias para os outros. Como as da Zé, a sua melhor amiga, o bombo da festa, que nunca acertava com os “SS” e o “Ç”. A companheira de carteira de Leonor era a Fernandinha, filha da professora, que dava erros como a mãe dava reguadas. Mas não nas mãos dela. Oito erros, contou Leonor nesse dia no caderno de capa amarela da Fernandinha, que a mãe rapidamente escondeu na gaveta da secretária para lhe poupar as mãos de seis reguadas. Não podia ser! Aquilo tinha de acabar! De hoje não passa! - pensava a pequena Leonor. E, se bem pensou, melhor o fez. Chegou a hora do recreio. A Zé esfregava as mãos doridas das reguadas e a Fernandinha esfregava-as de contente. Leonor aproveitou a ausência da

professora que fora tomar o costumeiro café, esgueirou-se para dentro da sala e certificou-se: oito erros, sim senhora, marcados a vermelho com uma grande roda à volta!

Entraram de novo para a sala de aula. Antes que o diabo esfregasse um olho, Leonor abria a gaveta da secretária e tirava de lá a prova do crime.

– Ponha já isso no lugar! – grita-lhe a professora com olhar fulminante.

– Não ponho nada! – gritava também Leonor a plenos pulmões e brandia, possessa, o caderno de capa amarela.

A professora avança então para Leonor de mão no ar. Não conseguiu baixá-la, porque já Leonor saltava para cima de uma cadeira, e gesticulava em fúria:

– Vou contar tudo ao meu pai! Vou contar tudo! Ele vai acusá-la ao inspector! Bate nas outras e não bate na sua filha! Vou contar! Vou contar! – gritava a pequena *Pasionaria* de cabelo desgrenhado, laçarote a desfazer-se.

A professora abriu os olhos e as narinas de raiva:

– Desça já daí imediatamente!

Leonor fuzilou-a com os olhos, desceu e correu porta fora com o caderno amarelo na mão. Chegou a casa esbaforida e mostrou-o ao pai. Na semana seguinte a professora recebeu um telefonema do inspector escolar e as mãos da Zé finalmente conseguiram desinchar.

### **Estudantes presos**

Estava quase na hora marcada para o *meeting* de protesto, como tantos outros. A cantina ia enchendo aos poucos. Do alto da parede da sala de convívio pendiam grandes cartazes com a longa lista de nomes dos estudantes presos. Liberdade! Liberdade! E a palavra não passava de palavra escrita no cartaz. Que pena não poder ficar para o *meeting*, pensou Leonor, mas a aula de Francês sobre o *Micromégas*, de Voltaire esperava-a no

Colégio. Nesse tempo ainda se aprendia língua e literatura francesa no ensino secundário.

Passo apressado, Leonor olha o relógio, cinco minutos para apanhar o autocarro 35. À saída do refeitório, trava-lhe o passo a Rita, colega nas aulas de Latim:

– Leonor, hoje faltei à aula. Emprestas-me a tradução?

– Amanhã falamos, vou dar aula, não posso perder o autocarro, respondeu Leonor e nem parou. Rita fez uma cara de poucos amigos, paciência, pensou Leonor, levanta-se tarde, não põe os pés nas aulas, anda na ramboia pela noite fora. Espere até amanhã, se quiser. Aos vinte e quatro anos continuava a ser sustentada pelos pais, sabia lá a Rita o que era estudar e dar aulas ao mesmo tempo, uma criança a caminho, as consultas, as compras, a comida, a casa para arrumar. Dinheiro contado, o que valia era a cantina, 8\$00 o almoço. Na semana anterior, de boicote às aulas, exigindo a libertação dos colegas presos, a menina Rita já conseguiu levantar-se cedo, para furar a greve, pois claro.

Os estudantes vão-se concentrando para o *meeting*, desde a sala de convívio até à porta da entrada onde os porteiros, em vão, fazem esforços para arredar os jovens.

– Saiam daqui! Tenham paciência! Cumprimos ordens!

Já defronte à porta envidraçada, Leonor vê as tais ordens aproximarem-se, ordens fardadas, de viseira transparente caída, armas em riste. A jovem mulher não tem tempo para pensar, o coração aos pulos, faz uma fuga em frente, precipita-se pela escada abaixo, assusta-se com o estrondo de uma bala atirada para a bandeira da porta. Escorrega-lhe uma sandália, desequilibra-se e rola até ao fundo da escada. Ouvem-se gritos, canalhas, fascistas, assassinos! Alguns estudantes, que os porteiros não conseguiram arredar, ficaram feridos pelos estilhaços dos vidros. Mas nesse dia ninguém morreu. A poeira misturada com o sangue dos arranhões no braço, nos



joelhos, conspurcam a brancura do vestido. Voltaire teve de esperar para outro dia.

Leonor está agora na Rua Santos Dumont, a médica entrecorta o discurso: - Fascistas! Fascistas! Desta vez não foi nada, mas podias ter perdido a criança! Oh, se podias! Quando é que conseguiremos correr com esta corja?!



Direitos reservados

São oito da manhã do dia 25 de Abril de 1974. Leonor acabou de dar banho à filha, a papa espalhada por todo o lado. Mudou-lhe a fralda, meteu-a no carrinho para a deixar no infantário, antes de seguir para as aulas, na Faculdade.

Toque estridente da campainha. Era a Dona Angelina, a vizinha do lado:

– Menina Leonor, tem o rádio ligado?

Não tinha. Não sabia de nada, não senhora.

– Está uma revolução na rua! Sabe-se lá o que virá aí!

– Pior do que já temos não pode vir! Olhe que não pode, não, Dona Angelina!

– Sabe-se lá, menina Leonor! Sabe-se lá! Ele há coisas...

A vizinha atravessou o patamar pouco confiante: - Estes estudantes são sempre contra o governo, esta Leonor estudante e professora será de confiança? Simpática ela é, sim senhora, e prestável, por mais de uma vez me ajudou a trazer os sacos das compras da loja ali em frente. Mas se for política, cruz credo, Deus me livre e guarde! E benzia-se, invocando Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Dona Angelina franzia o sobrolho enquanto dava duas voltas à chave, não fosse o diabo tecê-las, e a revolução entrar-lhe de portas adentro. Sabe-se lá!

Leonor liga o rádio, “posto de comando das Forças Armadas”, e o coração enche-se de esperança. Chegou ao infantário e deu com o nariz na porta. Um letreiro dizia: «Encerrado por segurança.» Voltou para casa. Viu as imagens do Carmo na televisão, avistou o companheiro em cima de uma árvore, olha o pai, olha o pai... O pai à noite chegou cansado.

– Conta lá, conta lá, tive de ficar aqui em casa todo o santo dia, o infantário fechado, a menina a pedir colo num berreiro desatado!



Direitos reservados

Foto gentilmente cedida pelo município de Setúbal

## 1.º de Maio

Seis dias depois, Leonor embrulhou a filha num xaile traçado entre a cintura e os ombros, e levou-a à manifestação do 1.º de Maio. Para se habituar à Liberdade, pensou. A criança não chorava nem tinha medo da vozearia dos altifalantes. Fixava os olhos muito abertos ora nas bandeiras vermelhas, agitadas pelo vento da esperança, ora nos cartazes que não podia ler: «O povo já não tem medo!», «Fascismo nunca mais!», «25 de Abril sempre!»

\* **Escritora, Presidente da Assembleia Geral do PEN Clube Português**

ABRIL-50 ANOS

Suplemento

## DEMOCRACIA, LIBERDADE E TOLERÂNCIA NA TOPONÍMIA PORTUENSE



Ao celebrar mais um aniversário da Revolução dos Cravos, sugerimos uma passeata pelas ruas da Invicta, verificando como a toponímia portuense reflete o persistente apego à democracia, à liberdade e à tolerância

**ROSALVO ALMEIDA\***

JÁ TEM SIDO DITO QUE O 25 de Abril começou no “24 de Agosto”!  
Parece não haver lógica em relacionar acontecimentos com mais de 150 anos

de separação, contudo, podemos ver que os conspiradores do Sinédrio, que prepararam o fim do absolutismo régio vigente, e os do MFA, que conseguiram o fim da ditadura, tinham muito em comum.

Esta ligação não se limita a uma semelhança de revoluções. Ao longo desse século e meio, há um contínuo de movimentos e de personalidades que faz da cidade do Porto e das suas forças um interessante caso no estudo da história das ideias progressistas. Ao celebrar mais um aniversário da Revolução dos Cravos, sugerimos uma passeata pelas ruas da Invicta, verificando como a toponímia portuense reflete o persistente apego à democracia, à liberdade e à tolerância.

### **Os liberais**

A fixação de nomes e de datas na designação dos arruamentos é muitas vezes fruto das épocas que se vão vivendo. A cidade continua a recordar o início do movimento constitucionalista com o Campo 24 de Agosto (1820), homenageando os seus promotores ou concretizadores na rua Barros Lima (1763-1843), rua Fernandes Tomás (1771-1822), rua Ferreira Borges (1786-1838) e rua Mouzinho de Silveira (1780-1849), mas também os que se lhe opuseram como na rua general Silveira (1763-1821), que foi conde de Amarante, e na rua Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), que foi deputado miguelista. Além de D. Pedro IV (1798-1834) (nome de avenida e homenageado a cavalo num cavalo na praça da Liberdade), permanecem os nomes dos participantes no Exército Libertador (nome de praça), chegado ao Porto no 9 de Julho (1832) (nome de rua) e confinado no Cerco do Porto (1832-33) (nome de rua e de bairro), que o acompanharam nas lutas pela reversão da reversão imposta pelos miguelistas, assim como os nomes dos que marcaram as reviravoltas políticas subsequentes. Estão na rua Agostinho José Freire (1780-1836), praça Almeida Garrett (1799-1854), rua professor

Câmara Sinval (1806-1857), rua Conde de Castro (1794-1878), rua Costa Cabral (1803-1889), rua Duque de Loulé (1804-1875), rua Duque de Palmela (1781-1850), rua Duque de Saldanha (1790-1876), aliás repetido na rua marechal Saldanha, rua Duque da Terceira (1792-1860), rua Faria Guimarães (1807-1881), rua Francisco da Rocha Soares (1806-1857), rua Gustavo de Sousa (1818-1899), que combateu no Cerco ainda adolescente, rua Joaquim António de Aguiar (1792-1884), rua José da Silva Passos (1802-1863), rua Luz Soriano (1802-1891), praça coronel Pacheco (?-1833), rua Passos Manuel (1801-1862), rua Rodrigues Sampaio (1806-1882), rua Sá da Bandeira (1795-1876), rua professor Vicente José de Carvalho (1792-1851), rua Visconde de Bóveda (1777-1838), rua Visconde de Setúbal (1774-1847) e rua Vitorino Damásio (1807-1875). O final da guerra civil (1932-1934) entre as forças dos reis irmãos só se alcançará nas batalhas de Almoester e de Asseiceira (1834) (também elas nomes de ruas). É esta galeria de bravos que justifica também os topónimos encomiásticos: rua da Alegria, rua da Firmeza, rua do Heroísmo...

### **Os republicanos**

O Porto do liberalismo político, assim tão assinalado, é também o Porto do republicanismo. Desde a primeira tentativa de implantação de República (nome de praça), recordada na rua 31 de Janeiro (1891), à queda da monarquia, lembrada na rua 5 de Outubro (1910), passando pelos seus conspiradores ou sucessivos apoiantes da causa, como acontece na rua sargento Abílio (1862-1923), rua Albertina de Sousa Paraíso (1864-1954), rua doutor Alves da Veiga (1849-1924), rua Aníbal Cunha (1868-1931), rua António José de Almeida (1866-1929), rua Aurélio da Paz dos Reis (1862-1931), rua Basílio Teles (1856-1923), rua Bernardino Machado (1851-1944), rua Dionísio Santos Silva (1853-1920), rua Felizardo de Lima (1839-1905),

rua José Falcão (1841-1893), rua alferes Malheiro (1869-1924), alameda Manuel d'Arriaga (1840-1917), rua Ricardo Severo (1869-1940), avenida Rodrigues de Freitas (1840-1896), rua Sampaio Bruno (1857-1915) e rua Teófilo Braga (1843-1924). Acrescentem-se a rua Azevedo de Albuquerque (1839-1912) e a rua Morais Caldas (1846-1914), personalidades que cedo se distanciaram da revolta, e a rua António Cândido (1852-1922), rua António Enes (1848-1901) e avenida D. Carlos (1863-1908), personalidade ligadas ao poder então abalado. Outros monárquicos eminentes estão gravados nas placas toponímicas da rua Aires de Ornelas (1866-1930), rua Azevedo Coutinho (1865-1944), rua Carlos Malheiro Dias (1875-1941), rua Joaquim Leitão (1875-1956), rua Moreira de Assunção (1861-1925) e avenida Paiva Couceiro (1861-1944). Ao mesmo tempo, a deriva autoritária e populista do presidente-rei continua celebrada na avenida Sidónio Pais (1872-1918), juntamente com a memória dos seus simpatizantes ou ministros na rua doutor Alfredo de Magalhães (1870-1957), rua D. António Barroso (1854-1918), rua doutor Carlos da Maia (1878-1921), rua doutor Correia Pinto (1897-1943), praça professor Egas Moniz (1874-1955), avenida Francisco Xavier Esteves (1864-1944), rua doutor Marques Carvalho (1900-1953) e rua particular Novais da Cunha (1857-?).



## **A oposição**

Mais tarde, são as lutas contra o regime salazarista que veem os seus protagonistas reconhecidos na toponímia. Começando pelo largo 3 de Fevereiro (1927) referente à primeira tentativa de repor o regime constitucional de 1911, comandada pelo general Sousa Dias (1865-1934), contando com a participação civil de Jaime Cortesão (1884-1960) e de José Domingues dos Santos (1885-1958), logo contrariada pelo coronel Raul Peres (1877-1961) (todos com nomes de ruas), a série dos oposicionistas é lembrada na rua Álvaro Ferreira Alves (1915-1992), alameda doutor António Macedo (1906-1989), rua doutor António Ramos de Almeida (1912-1961), alameda Aquilino Ribeiro (1885-1963), rua professor Bento de Jesus Caraça (1901-1948), rua doutor Carlos Cal Brandão (1906-1973), alameda doutor Fernando Azeredo Antas (1897-1974), rua Guilherme da Costa Carvalho



(1921-1973), rua coronel Hélder Ribeiro (1883-1973), praça Irene Castro (1895-1975), rua José da Silva (1894-1970), rua arquiteto Lobão Vital (1911-1978), rua Maria Lamas (1893-1983), rua doutor Mário Cal Brandão (1910-1996), rua engenheiro Mem Verdial (1887-1974), rua Raul Castro (1921-2004), alameda Ruy Luís Gomes (1905-1984), rua tenente Vidal Pinheiro (1903-1950) e rua Virgínia de Moura (1915-1998). Também temos a rua general Norton de Matos (1867-1955), frustrado candidato presidencial, e a praça Francisco Sá Carneiro (1934-1980), deputado na falhada primavera marcelista, que se acrescentam à rua Henrique Galvão (1895-1970) e à praça general Humberto Delgado (1906-1965), personalidades saídas do regime para o combater, mantendo-se, curiosamente, a avenida marechal Gomes da Costa (1863-1929), o comandante do 28 de Maio (1926). A dança dos nomes e a quedas das estátuas estão muito ligadas aos períodos pós-revolucionários, mas muitos dos vencidos permanecem homenageados, constituindo uma prova de tolerância coletiva.



Direitos reservados

## **Glória e Honra**

Honra à memória de todos os que prepararam o terreno para a implantação da democracia e da liberdade, faz agora 50 anos! Glória aos que materializaram esse desígnio! A exemplo de tantas outras terras por esse Portugal adentro, o Porto tem a data gravada na avenida 25 de Abril, na alameda 25 de Abril, na alameda dos Capitães de Abril e na rua Salgueiro Maia (1944-1992), um dos mais corajosos capitães. Valeu a pena!

**\* Neurologista aposentado, ex-militar médico em Angola (1973-74), sócio da A25A**

## LIBERDADE



Foto gentilmente cedida pelo município de Pinhel

### JACINTO DE ALMEIDA \*

NÓS SOMOS EM GRANDE PARTE o que os outros acham que nós somos e quando vivemos o presente em situação limite – como sucedeu há meio século em Portugal, em 25 de Abril –, é difícil pressentir com clareza o que se está a passar. Só mais tarde, quando refletimos a respeito do passado, percebemos a real importância histórica do que se passou.

Mas numa realidade como a dos nossos dias, com os valores éticos fragilizados e as democracias em risco de se perderem, ocorre-me Jorge de Sena, um dos mais influentes intelectuais portugueses do século passado. Em 1959, após o seu envolvimento numa fracassada revolta para derrubar a

ditadura de Estado Novo, exilou-se no Brasil e depois nos E.U.A. Regressou a Portugal depois da Revolução de Abril

Escreveu poemas, lúcidos e robustos, que mantêm uma extraordinária atualidade face às ameaças à democracia.

Excerto (composto) dos poemas “Nunca Pensei Viver” e “Cantiga de Maio”:

*Nunca pensei viver para ver isto:*

*A liberdade – (e as promessas de liberdade)*

*restauradas. Não, na verdade eu não pensava*

*- no negro desespero sem esperança viva –*

*que isto acontecesse realmente. Aconteceu.*

*(...)*

*E agora, povo português?*

*(...)*

*Liberdade, liberdade,*

*Tem cuidado que te matam.*

*Na sombra dos seus salões*

*de mandar em companhias,*

*poderosos figurões*

*afiam já os facões*

*com que matar alegrias.*

*Liberdade, liberdade,  
tem cuidado que te matam.  
Com desordens, falsidade,  
economia desfeita;  
com calculada maldade,  
promessas de felicidade  
e a miséria mais estreita.*

*Liberdade, liberdade,  
tem cuidado que te matam.*

Jorge de Sena faleceu em 1978.

**\* Escritor, sócio da A25A**

**ABRIL  
50 AÑOS**

---

**LIBERDADES  
E FUTUROS**

**ABRIL-50 ANOS**

**Suplemento**

## **50 ANOS APÓS ABRIL**



Muitos sonharam num dia semelhante e anterior, mas parece seguro acreditar que foram os Capitães, na sua maioria, que materializaram aquele sonho!

### **FRANCISCO FIALHO DA ROSA\***

TERÁ RESULTADOS DE SONHOS?

Aquele dia tão diferente de todos os dias!

Sonhos, conforme Pessoa ou conforme Gedeão?

Muitos sonharam num dia semelhante e anterior, mas parece seguro acreditar que foram os Capitães, na sua maioria, que materializaram aquele sonho!

Com ele morreram quereres e pensares do Dinossauro Excelentíssimo, (conforme lhe chamou José Cardoso Pires), e seus seguidores, numa mudança pacífica e calma, onde as armas só dispararam cravos e milhares de pessoas, curiosas e actuanes, a validar o que desse dia iria resultar.

A paz, finalmente, substituiu a guerra de uma década, a palavra, nas pessoas, foi encontrada tomando o lugar da sua ausência e o governo, sem soluções para os problemas, foi tranquilamente desobrigado.

Os países da Europa e do Mundo aplaudiram de pé! Embora por razões nem sempre iguais...

No entanto, alguns-idosos-residentes-no-Restelo acharam, no imediato continuado, que esta mudança feria valores sempiternos e mutilava de morte o Império.

Mas a aceleração temporal verificada fez notar que o sonho sonhado por muitos nunca é o mesmo sonho e que o querer de cada um não raras vezes conflitua com o querer dos outros.

Os "Heróis do mar" sentem que o mar se agita e que os tempos que sucederam ao "dia inicial inteiro e limpo" tomam tonalidades cinzentas, havendo Juntas que não salvaram, Processos em curso sem direcção nem rumo e, finalmente, um Conselho que pacificou uma revolução, entregando ao mundo civil e aos políticos a condução de um país e de um povo que muito procurava uma continuidade segura, desenvolvida e democrática.

O voto, a arma que Abril nos legou, estaria na base dessa continuidade, pacífica e transformada.

Importaria, no entanto, acreditar (e acreditamos) que as mulheres e homens que nos governam são pessoas superiores, gente de bem, sem interesses pessoais, porque valores democráticos e altruístas constituem as suas permanentes referências.



Acreditamos que as mulheres e homens que nos governam dedicam toda a sua energia e tempo à melhoria de vida das pessoas por si governadas, pena é que seja quase sempre na forma tentada.

Não podemos ter dúvidas (nem temos) que quem valida os nomes das mulheres e homens responsáveis pelas políticas sectoriais seja um ser consciente, atento, criterioso, firme e determinado, embora, muitas vezes, estes exigentes dotes estejam sujeitos a inexplicáveis perturbações.

E, a par do que se passa pelo mundo, estamos solidários por reconhecer juventude nos dirigentes políticos.

A grande vocação e saber que possuem e os valores que os enformam, nasceram com os novos tempos, onde as crianças tudo sabem porque as novas tecnologias e precocidade política para isso contribuíram.

A determinação e eloquência que, em permanência, exibem deixam-nos verdadeiramente confiantes.

Não podemos exigir que "Roma e Pavia se façam num dia", o mundo torna-se mais e mais complexo e as mulheres e homens nossos governantes estão sempre a trabalhar para o tão desejado e almejado mundo melhor.

Acreditamos que estão a consegui-lo mesmo com a ausência da definição de que mundo melhor se trata!

Apesar de tudo, das "portas que Abril abriu" nem todas estão franqueáveis. Governam-nos com certezas e ausências de dúvidas e, com palavras parcas ou longas oratórias, só temos que estar agradecidos por possuímos a arma do voto.

Mas o que ouvimos são sempre palavras muito próximas e parecidas que persistem como se de uma litania se tratasse.

Porque Abril foi uma alvorada de sentimentos únicos, puros, humanistas, sociais, culturais, económicos e políticos, porque Abril foi um sonho para quem o promoveu e viveu, após 50 anos devemos continuar a sonhar!

Em 2024, em 25 de Abril, deve ser invocada a data passada.

Abraçando os amigos que o são e os amigos que o foram, com emoção sentida e verdadeira como verdadeiros e sentidos foram os abraços de 1974.

Olhamos para trás e observamos 50 anos de História, olhamos os momentos em que fomos actores e interventores, com justificado orgulho.

Acreditamos que "a carta está entregue a Garcia" e acreditamos que os sucessivos governos sempre trataram dignamente os militares e as Forças Armadas, embora o façam à sua maneira. Ou não soubéssemos todos o que foi escrito há 350 anos pelo Padre António Vieira: "Se serviste a Pátria e ela te foi ingrata, tu fizeste o que devias, ela o que costuma".



E agora? O que podemos vislumbrar para futuro?

Pessoalizando, diria:

Olhar para a frente e para os outros, sempre com amizade. E enquanto uma centelha de vida me animar, preparar a viagem que tenho marcada e cuja data desconheço.

Tentar perceber um mundo onde tudo gera polémica, dando espaço à imbecilidade e retirando-o à liberdade.

Tentar descortinar como viver com IA (Inteligência Anulada - a nossa) porque a outra, com idêntica sigla, tudo vai controlar e gerir.

Poder-se-ia incluir neste muito sucinto vislumbre para futuro, a discussão de como os Capitães de Abril poderiam, de "motu proprio", fazer o seu "testamento". As comemorações dos 50 anos poderiam ser apelativas e oportunas para o efeito.

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

**ABRIL-50 ANOS**  
**Suplemento**

**25 DE ABRIL DE 1974,**  
***VERSUS***  
**25 DE NOVEMBRO DE 1975**



Direitos reservados

**MANUEL DURAN CLEMENTE\***

OS CAPITÃES QUE FIZERAM O 25 de Abril, tiveram de se organizar. A capacidade organizativa resultou da estreita unidade conseguida em torno de um objectivo comum, assente em duas razões primordiais:

- 1) acabar com a Guerra Colonial;
- 2) libertar o país da Ditadura.

Uns foram mais incitados pela primeira das razões, e outros pela segunda, que era fundamental à concretização da primeira. A tarefa de agregação de esforços e vontades entre os militares começou a tomar consistência em meados de 1973, após o III Congresso da Oposição Democrática de Aveiro, que teve como objetivo central preparar um programa comum e listas unitárias para defrontar a Ação Nacional Popular nas eleições, bem como a contestação “dos futuros capitães do MFA” ao Congresso dos Combatentes de Junho (Porto) e à publicação do célebre Decreto-Lei nº 353/73.

### **Movimento conspiratório**

Apesar de já existirem focos dispersos de conspiradores há alguns anos antes, no meio militar, os núcleos dinamizadores desta contestação foram formados inicialmente na Guiné-Bissau (Agosto de 1973) e em Portugal (Setembro de 1973), e alastraram rapidamente a Angola e a Moçambique. À medida que os militares concluía as suas missões nas colónias, e outros partiam para elas, aumentava o intercâmbio do movimento conspiratório.

No final de 1973 a conspiração ganhava solidez e tornou-se uma realidade, com os capitães decididos a derrubar o regime ditatorial! Mas, até ao desejado dia da Liberdade, aconteceram muitas peripécias que foram controladas e neutralizadas, ou asfixiadas pela organização e unidade do MFA. O mais significativo desses intentos foi a divulgação, por parte de Carlos Fabião em Dezembro de 1973, no Instituto de Altos Estudos Militares, da preparação de um golpe por Kaúlza de Arriaga. Bem como a precipitação, a 16 de Março, de spinolistas apressados (Monge e Casanova Ferreira), regressados de Bissau a 4 de Março, apesar dos meus avisos por escrito a Otelo e a Hugo dos Santos. Mas sobre isso está quase tudo escrito. Quase...! (Ver por exemplo, *30 anos do 25 de Abril*, de Manuel Barão da Cunha, 2005).

Alguns dos sobressaltos, anteriores ao 25 de Abril de 1974, anunciavam já os conflitos que viriam a ocorrer entre essa data e o 25 de Novembro de 1975, no que concerne à tão falada e propagandeada (e verdadeira) divisão entre os militares...! Por um lado, Spínola fazia avançar os seus homens de confiança... para travar os objectivos mais amplos do MFA. Por outro, Otelo (que começou a conspiração comigo e outros, como Salgueiro Maia, por exemplo, em Bissau) denunciava algumas das suas contradições. Para além dos futuros “Melo Antunistas” e “Gonçalvistas” era nítida a influência de posições ou simpatias ideológicas demarcadas, no confronto tipo entre o MDP/CDE (PCP) e a CEUD (PS). Estas duas correntes, que estiveram unidas em questões essenciais... até ao 28 de Setembro, viriam a divergir no último trimestre de 1974, resolvida a estratégia política (Democratização e Descolonização), e o tentar acertar do passo na estratégia económica (Desenvolvimento). Que não se conseguiu atingir.

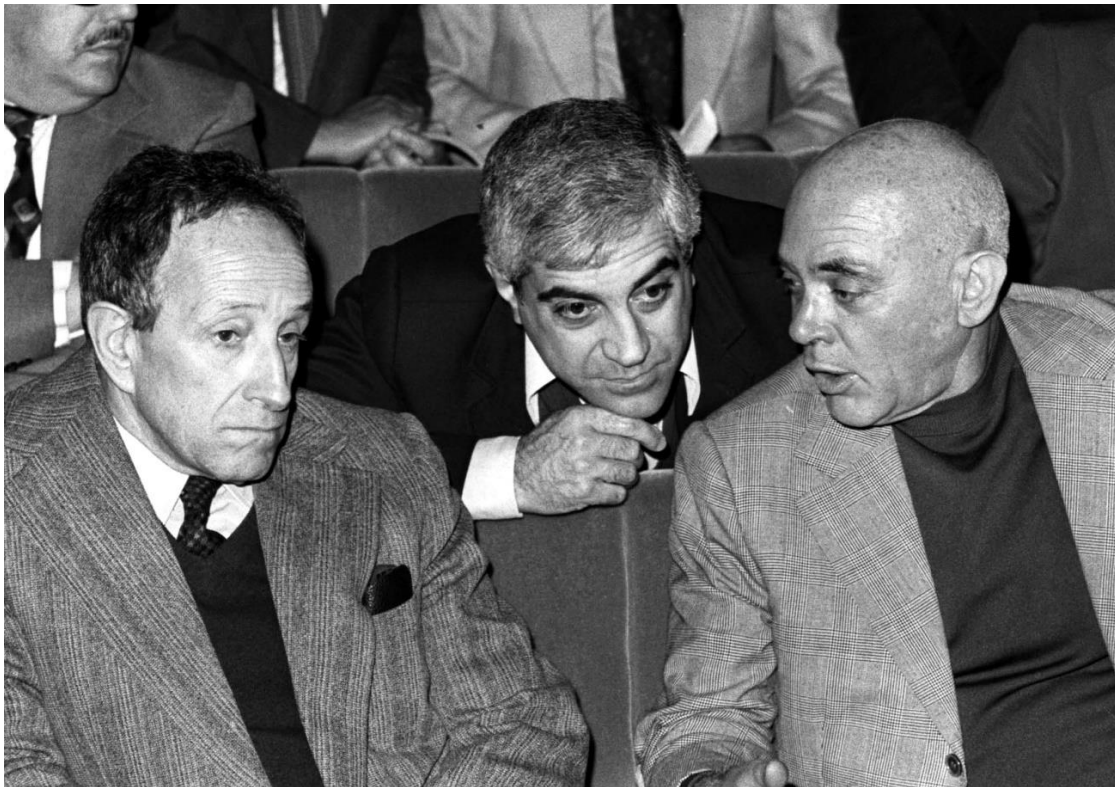
A reprovação “precipitada e esquerdista”, pela Assembleia do MFA, do Programa de Política Económica e Social (Plano Melo Antunes), aprovado a 7 de Fevereiro em Conselho de Ministros, agudizou a situação política que veio a ser mais contundente com a provocação da “Spinolada” a 11 de Março... permitindo aos “Gonçalvistas” e forças políticas aderentes (mas também aos mais radicais, “Otelistas” e outros) avançar com os seus projectos de cariz revolucionário. Neste contexto, nasceu o Conselho da Revolução, avançaram as nacionalizações nos sectores fulcrais da economia, implementou-se a reforma agrária a sul do país e tentou-se que um projecto inovador, de cariz sócio/político, tivesse pernas para andar.

Com as eleições para a Assembleia Constituinte... em que o MFA, com alguma ingenuidade, se fez promotor do SOCIALISMO... (ver cartazes da época) veio a vitória nas urnas dos socialistas (PS), a surpresa (?) de poucos votos para os comunistas (PCP) e de um número significativo para os

partidos da direita (PPD, CDS,...) revelador do obscurantismo e dos fantasmas de meio século de ditadura e da forte influência do clero e dos caciques locais e regionais.

Mas a Democracia representativa é isto mesmo...!!! Só que a esta democracia respondiam outros ânimos que consideravam (mal ou bem) não dever perder, nos actos burocráticos e formais, aquilo que “As Portas Que Abril Abriu”. Respirava-se, sentia-se... que os poderosos, que haviam perdido privilégios, se organizavam para os recuperar... e tudo iriam fazer, com justificações habilidosas (entre as quais o papão do comunismo e da guerra civil)... e tudo fizeram para criarem a desunião entre os elementos do MFA, não sem a forte colaboração dos militares (quarta corrente) os “spínolistas” e os que tinham estado de fora da conspiração e da acção libertadora.

Todo o chamado “Verão Quente” de 1975 foi incendiado com uma acentuada dissidência entre os que queriam reformas profundas no sistema e os que se contentavam com uma leve brisa de mudança... Uns entendiam que as organizações de base populares, em são convívio com os partidos e uma disciplina militar consentida, poderiam ser os pilares da arquitectura de um novo sistema político-social, enquanto outros se satisfaziam com os modelos tradicionais de uma Europa... mais rica e preparada.



Direitos reservados

Vasco Gonçalves, Otelio Saraiva de Carvalho e Rosa Coutinho

Paralelamente aos avanços revolucionários dos governos do general Vasco Gonçalves, caminhavam, a diferentes velocidades, os militares “ditos moderados” e as forças políticas mais conservadoras (provocadores, extrema-direita, saudosistas, etc.) e as de centro-esquerda ou mesmo esquerdistas... (onde cabiam diversas tendências com graus de consciencialização política díspares).

A partir do momento em que se permitiu que a direita e os saudosistas do passado cavalgassem a seu belo prazer [com apoio directo e/ou indirecto dos militares “ditos moderados” (onde já cabe tudo)] iniciou-se uma espécie de “cruzada” com o propagandear de um iminente golpe de esquerda... (a criação de uma “Comuna de Lisboa”, etc. etc.!!!).

Tal ideia parece não ter sentido hoje, mas teve! E serviu de fundamento e justificação para a preparação do golpe contrário (contra-revolucionário). Podem chamar-lhe um “golpe de defesa” para rechaçar o outro. Podem chamar-lhe o que quiserem, pois podem, mas a verdade é que tudo se



preparou. Basta ler o livro *A Resistência/Verão Quente* (1976), do comandante Gomes Mota, que nos dá conta de todos os pormenores. E, anos mais tarde, Melo Antunes, Jaime Neves, Ramalho Eanes, e mais recentemente Vasco Lourenço e Sousa e Castro, não se coibiram de narrar os pormenores. Mas também o livro do Prof. Avelãs Nunes *O Novembro que Abril não Merecia*, editado em 2022, muito nos esclarece após uma longa e cuidada investigação.

No seu livro *Interior da Revolução* (2009) Vasco Lourenço afirma que os preparadores do golpe defensivo não tinham outros objectivos se não os de conseguir que a Assembleia Constituinte culminasse os seus trabalhos. E, que os objectivos do designado “Plano dos Coronéis” eram:

- 1) afastar Fabião e Otelo;
- 2) controlar o SDCI (Serviço de Detecção e Controlo de Informação);
- 3) criar o AMI (Agrupamento Militar de Intervenção/órgão superior ao COPCON):
- 4) destruir a 5ª Divisão / EMGFA;
- 5) alterar a nossa política com o MPLA;
- 6) controlar a comunicação social;
- 7) resolver os casos do jornal “República” e da Rádio Renascença.

Mas alguma vez o MFA quis impedir os trabalhos da Assembleia Constituinte, quando tanto se bateu por eleições livres? Nunca.

Num debate comigo na RTP2, já em 2010, Vasco Lourenço, perante a pergunta do entrevistador Carlos Pinto Coelho (de frases do seu livro páginas 501-502), sobre quem eram os coronéis, respondeu: “- Ramalho Eanes,

Tomé Pinto, Aurélio Trindade, Loureiro dos Santos, o José Pimentel e todos os que se vêm a envolver no 25 de Novembro, que estavam no grupo Militar. (...) As pessoas eram as mesmas”. Porque diz então que não era o mesmo plano?, retorquiu o entrevistador. Resposta de Vasco Lourenço: “- Pela nuance que já lhe referi. No 25 de Novembro não assumimos a iniciativa de ataque...”.<sup>1</sup>

No entanto, Vasco Lourenço afirmou, nesse mesmo livro, e talvez distraído: *"Otelo, sempre tenho sido leal contigo. Sempre te tenho informado do que vimos fazendo. Mas a lealdade tem dois sentidos. Da tua parte quebraste-a. Pois bem, se daqui a cinco minutos te vierem dizer que estou metido em qualquer coisa que tu não saibas, admite que possa ser verdade!"*

Como se depreende, temos um “gato escondido de rabo de fora”, e certas justificações não coincidem ... De facto, quem deu o pretexto para este golpe se efectuar? Seria a saída dos Paraquedistas de Tancos, decidida em plenário, no contexto da época, em resposta à dissolução desta força militar? A verdade é que devido a uma provocatória e autoritária decisão superior, centenas de militares e chefes de família ficaram desempregados (eram como os marinheiros profissionais contratados). E foi exactamente isso que os paraquedistas tentaram explicar na RTP, no dia 25 de Novembro, à tarde, quando me pediram para lhes facultar o direito à palavra nos Estúdios do Lumiar, em Lisboa. Para eles era uma mera reivindicação e manifestação contra o seu CEMA, Chefe do Estado Maior da Força Aérea, General Morais Silva, que foi publicamente explicada no comunicado que emitiram a 27 de

---

<sup>1</sup> Ver “Operação Especial: 25 de Novembro”. Debate em estúdio moderado por Carlos Pinto Coelho, sobre os acontecimentos que marcaram o dia 25 de novembro de 1975, com os convidados Coronel Vasco Lourenço e Coronel Duran Clemente, emitido a 24-11-2010, disponível aqui: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/operacao-especial-25-de-novembro/>

Novembro em Tancos (ver comunicado no meu livro *Elementos para Compreensão do 25 de Novembro, 1976*).

Mas quem os fez sair???

Numa entrevista, há dez anos, ao jornal *Público*, Vasco Lourenço disse que Otelo lhe confessou ter sido ele a dar a ordem, para mais tarde vir desmentir o que afirmara... justificando essa sua afirmação como defesa dos paraquedistas. No entanto, tratou-se de uma falsa questão, porque a esquerda não tinha em preparação qualquer golpe, ao invés do outro lado.

A questão crucial foi que os poderosos de então, das mesmas famílias dos poderosos de hoje, tiveram o braço amigo de uns quantos imprudentes, e de todas as forças reaccionárias nacionais e internacionais; que tudo fizeram para travar a genuína REVOLUÇÃO PORTUGUESA e iniciarem um processo que podia estar para o 25 de Abril como o 28 de Maio de 1926 esteve para a 1ª República... e só não foi assim porque os tempos e as circunstâncias eram muito diferentes. E ainda porque alguns militares se aperceberam dos perigos que corriam... e conseguiram travar atempadamente os fortes ímpetos de vingança.

Neste contexto, foi exemplar a intervenção de Melo Antunes e a acção posterior de alguns dos militares moderados, como Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Victor Alves, Victor Crespo, Sousa Castro, Costa Neves... e até de Ramalho Eanes. Para além disso, as forças progressistas não desistiram nem desistem e têm lutado com todas as forças e meios disponíveis... apesar da insistência com que o sistema capitalista selvagem e predador, com suas manhas e artimanhas, tenta liquidar a nossa Liberdade, matar o nosso 25 de Abril... que temos de defender e reconquistar todos os dias!!!

Nas batalhas há vitórias e há derrotas... mas uma guerra só se ganha lutando.

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

## 25 DE ABRIL E OS OFICIAIS MILICIANOS DO QUADRO PERMANENTE

Nós, os empenhados na tarefa da consolidação da vida livre e democrática, caminhamos hoje para o fim da vida. Mas sempre, enquanto vivos, teremos de honrar a palavra dada.



Direitos reservados

### MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS\*

FAZ 50 ANOS QUE NOS LIBERTAMOS da ditadura salazarista. Tudo aconteceu num golpe genial de uma mão cheia de militares, sem confrontos demorados, sem sofrimentos impiedosos, sem uma revolução propriamente dita.

Abriam-se as portas às prisões, ofereceram-se as chaimites às populações e aprendeu-se a dizer «somos livres, somos livres» debaixo de uma chuva de cravos vermelhos, da cor do sangue não derramado. Foi uma elegia à capacidade dos militares transformarem uma ditadura numa democracia, sem gritos de dor. Mas depois veio a forçosa devolução do poder à sociedade civil, rapidamente organizada em Partidos, sem uma preparação adequada para pegar no país e levá-lo para a frente de acordo com o Programa do MFA.

Foi árdua essa tarefa? Sim, sem dúvida que foi. Muitos problemas relacionados com o refazer da Liberdade foram sendo resolvidos com o objectivo... sempre e ainda com o objectivo imposto pelo 25 de Abril, de se erguer o edifício da Liberdade, esse delicado edifício feito de vidros de cristal, com o propósito inabalável de o levar para a frente sob o jugo implacável de uma Democracia verdadeiramente democrática.

Em todo esse processo, com horas, dias e noites de reuniões e sempre sob a batucada das permanentes manifestações populares, estiveram sempre juntos oficiais, sargentos e soldados. E quando cito os oficiais, não é possível esquecer o papel dos oficiais do QP oriundos de milicianos.

Cito estes porque sou um deles e porque não esqueço as medidas necessárias para a sua completa reintegração no Quadro de antiguidades do Exército Permanente, que o é de todos nós.

Tal não aconteceu. Aconteceu mesmo o levantamento de um muro entre o QP e os ex-QC. O muro diga-se, da vergonha. 50 anos não foram suficientes para que as promessas de então chegassem a bom termo. Nós, os empenhados na tarefa da consolidação da vida livre e democrática, caminhamos hoje para o fim da vida. Mas sempre, enquanto vivos, teremos de honrar a palavra dada.

Sou um militar que ama o «mistério», a busca da realidade imponderável, tão grande ou tão pequena, que a visão humana não alcança, ai de nós, a nossa pobre imaginação.

Sou um «miliciano», pois nunca deixei de o ser. Foram alguns anos de paixão que o tempo não remove.



Direitos reservados

Os milicianos de Abril, os que impulsionaram a Revolução e souberam abrir os caminhos da Liberdade e da Democracia, não esqueceram o seu papel, as suas origens, o tempo dado à «tropa» antes que alguém alimentasse o sonho do 25 de Abril.

Os chamados ex-milicianos estiveram em todas as ocasiões que nos conduziram aos caminhos da Liberdade.

Eles foram e são «Capitães de Abril». E no entanto foram esquecidos e enganados. Estão por cumprir, 50 anos depois da palavra dada.

A desilusão e o amor-próprio ferido, levaram-me a esse amor que me impele a não deixar passar um só dia sem que os meus olhos se extasiem com as verdades ocultas por entre os números ou com a beleza vertiginosa da imensidão cósmica.

Só assim consigo manter, na área do consciente que mais me afecta, um equilíbrio estável capaz de me redimir de todas as humanas hesitações, entre o Sagrado e o Profano.

Entre Deus e a Razão.

Um dia esta história terá o seu fim.

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

## ABRIL-50 ANOS

### Suplemento



Direitos reservados

## Ó MEUS CAPITÃES DE ABRIL \*

Primavera a florescer, alegre canto das gentes, água pura, liberdade, sem algozes nem prisão.

Armas de canos libertos, Chaimites a passear, fardas, bandeiras de Abril no meio da multidão.

Alvorecer da canção, como sinal bem guardado, por anjos reais ouvida para nossa libertação.

Tantas lutas e até mortes nas masmorras das prisões, agora glorificadas na voz firme da razão, na unidade do povo.

Antes, a ditadura voava pela areia, pela serra, pela cidade, pelas filas alinhadas aquando das fingidas eleições, retirando-me da fila por ir votar em mangas de camisa.

Em Coimbra levantou-se a voz do estudante na crise de 69.



O ministro falava, falava em Lisboa pela televisão e nós, estudantes, ouvíamos aquela palhaçada, na associação académica, frente à televisão e aos gestos ditatoriais do falante, aumentava a nossa revolta. Nem os polícias a cavalo valeram nada mesmo acirrados quando dizíamos “olha um a cavalo doutro”.

Em Mafra, saía e entrava de noite na mala do carro do meu aspirante, onde um núcleo restrito de oficiais e cadetes falavam da situação e a criticavam. Soube da revolução na manhã de 25, era Delegado do Procurador da República em Melgaço, ainda não há um mês e, embora não pudesse participar nas barreiras aos traidores que fugiam para Espanha, era constantemente informado pelo oficial que as coordenava e dava as minhas opiniões.

Seguiram-se muitas concretizações do sonho de Abril, como a terra é de quem a trabalha, o acesso da mulher à magistratura judicial, liberdade do canto, de reunião, dos afazeres revolucionários...

Formaram-se partidos políticos quase todos a alinhar pela “esquerda”, indo pouco a pouco, cada um seguindo o seu ideário, onze de Março, o 25 de Novembro, os assaltos às sedes do partido comunista, apoiados pela reacção de cariz católica e fascista e a morte do padre Max.

Eleições livres com o centro a governar.

Houve e há até maiorias absolutas com alguns laivos ditatoriais.

Muito melhorou o povo, o salário mínimo que, em vez de continuar a aumentar, se foi mantendo mesmo no mínimo.

Os grupos económicos ganham rios de dinheiro, os bancos e a corrupção campeia, enquanto o povo aperta o cinto.

A venda de empresas estratégicas a grupos económicos estrangeiros, a mais valia segue para outras paragens.

Tudo se concentra em Lisboa e junto ao poder, a desertificação aumenta e vende-se a nossa natureza por tuta e meia, minas a céu aberto, degradação

do ambiente, poluição da água, mentiras descaradas como a de dizer que somos o país da Europa com mais lítio, lixo do mundo depositado no nosso território a preço de saldo.

Quem governa nomeia, além de gente séria, corruptos e amigos para cargos importantes sem o mínimo conhecimento.

Enfim, Portugal não tem emenda, a falar em nome do povo com promessas para as eleições e eleitos fazem seu o que é de todos nós.

Ah 25 de Abril, 25 de Abril que tardas a voltar.

Vinde capitães de Abril de novo numa nova madrugada.

Viva o 25 de Abril!!!



Foto gentilmente cedida pelo município de Vila Franca de Xira

Direitos reservados

## 25 de Abril \*

Novo dia a começar  
Desde o seu alvorecer  
Noite estrelada a findar  
Clarões que pairam no ar  
Flores de abril a crescer

Nasce o cravo nasce a rosa  
A papoila e o jasmim  
A manhã esperançosa  
Cheira a flor de abril ditosa  
Aromas e cheiros mil

Tambores na madrugada  
Água fresca no cantil  
A paz em tudo espelhada  
Linda moira encantada  
E companheira de abril

Se das armas brotam flores  
Logo acorre a multidão  
Andam no ar só amores  
Ouvem-se então os cantores  
Desperta abril na canção

Em abril canta-se o amor  
Com mais prazer e afinco  
Surge o sol com esplendor

A liberdade ao dispor  
Chega o dia vinte e cinco

Mas cuidado, atenção  
Vigilância com ardor  
Que é tendência da nação  
Virar após eleição  
O eleito ditador ...

**\* CUSTÓDIO MONTES, Juiz conselheiro, escritor barrosão**

## O PÓS-25 DE NOVEMBRO

**Livre não sou, que nem a própria vida  
Mo consente.  
Mas a minha aguerrida  
teimosia  
É quebrar dia a dia  
Um grilhão da corrente.**

**Miguel Torga**



Foto gentilmente cedida pelo município do Cartaxo

## **NUNO SANTOS SILVA\***

POR FORÇA DAS CIRCUNSTÂNCIAS, este é um depoimento amargo. Sanado e reconciliado, mas amargo.

No período da conspiração e até ao momento da participação na operação militar, todos nós estávamos animados de propósitos nobres, partilhávamos uma imensa identificação sobre questões essenciais à vida e ao futuro do nosso país e eu, muito simplesmente, tinha a disponibilidade e a vontade de integrar esse conjunto de pessoas, de vontades e valores. Tinha consciência dos riscos, mas eles eram submersos pelo apelo e pela consciência do dever. Posteriormente, até ao 25 de Novembro, muitas e diversificadas foram as missões que o MFA me atribuiu, nomeadamente a Comissão “Ad hoc” para a comunicação social, Secretaria de Estado para a Habitação e Urbanismo para emparceirar com o Arq. Nuno Portas na tentativa de resolução da ocupação da habitação social (brincando disse-lhe um dia que ele era o secretário da habitação e eu o da ocupação), em conflitos laborais de empresas e, finalmente, na criação do SDCI com ênfase na investigação da rede bombista.

Mas depois veio o 25 de Novembro e com ele a vontade de “normalizar” a recém nascida democracia, expurgando-a, exactamente de muitos dos que haviam participado generosa e desinteressadamente no 25 de Abril. Eu fui um deles.

Em 8 de Dezembro de 1976, por ordem do general Morais da Silva, cerca das 2 horas da manhã, fui preso por uma força comandada por um capitão e por um exagerado número de outros militares paraquedistas.

Esta força, de forma ignóbil, violou o meu domicílio e a minha privacidade familiar onde estavam os meus filhos de tenra idade, que, felizmente, não acordaram.

O comandante da força, por exigência minha, exibiu a ordem de captura afirmando que o Moraes da Silva tinha ordenado a “caçada” (sic) àquela hora. Acresce referir que estava legalmente apresentado no Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) para onde me deslocaria, se tal me fosse ordenado, mesmo que para ser preso, de forma voluntária e disciplinada.

A minha libertação ocorreu cerca de três meses depois sem nunca ter sabido das razões que fundamentaram a minha prisão.

Costumo dizer que saí de Caxias e fui de seguida matricular-me no ISEG, onde, volvidos alguns anos, me licenciiei em Economia.

Depois de libertado fui impedido de exercer as minhas funções e proibido de entrar em unidades militares durante cerca de três anos.

Esta foi a expressão da autoridade que emergiu do 25 de Novembro, fazendo tábua rasa de princípios que interiorizei desde que abracei a carreira militar.

Na última etapa da minha carreira militar, no julgamento em Conselho Superior de Disciplina da Força Aérea (CSD), fui julgado com base numa alegada subscrição de um “Manifestos dos oficiais revolucionários aos soldados, marinheiros, classe operária e povo trabalhador”.

Mas o que é verdadeiramente inaudito é que, perante a incapacidade de provar uma subscrição que não fiz (nunca soube quem lá colocou o meu nome), perante a incapacidade de reunirem uma única prova ou um único testemunho acusatório, perante a incapacidade de demonstrarem uma adesão que não era compatível com o meu comportamento político em todo o período pós 25 de Abril, em pleno decurso da sessão, os membros do CSD alteraram o conteúdo da acusação, que passou a ser entendido não como a subscrição mas como a omissão de uma atitude de demarcação do seu conteúdo.

Este documento foi divulgado alguns dias antes do “25 de Novembro”, numa época em quase todas as unidades militares, sectores da sociedade, e quadrantes políticos emitiam comunicados, manifestos, documentos e toda

uma imensa profusão de opiniões, no que me parece hoje ter sido a mais compreensiva e inócua das sequelas de um país mergulhado dezenas de anos na “tranquilidade” de uma opinião única.

Aquele particular documento não promoveu ou inspirou qualquer acto de violência, não agitou consciências ou atemorizou alguém, não galvanizou qualquer radicalismo. A sua história, a sua marca mais evidente, foi o de um esquecimento inconsequente.

Na sentença, uma vez que nenhuma das acusações formuladas foi provada, os generais que compunham o CSD, afirmam que haviam inferido da minha não identificação com a estrutura militar e, conseqüentemente, passaram-me compulsivamente à reserva. Não foi necessário provarem algo, bastou inferirem.

No decurso da sessão do CSD insurji-me com frontalidade (e com convicção) contra os processos que estavam a ser usados e os fundamentos da acusação.

A sentença do CSD reflecte esta atitude nestes termos; “...*não se coibiu mesmo de apodar o processo de injusto, imoral e desonroso para os seus promotores, lançar com arrogância graves suspeições sobre membros do conselho e tentar apoucar a nobre missão a que este legalmente incumbe*” ...

Tenho um particular orgulho nesta deliberação e na atitude que a justificou. “Apoucar a nobre missão”... Um texto inquisitorial em pleno século XX. Amém!





## Ventos de Novembro

Os aspectos muito particulares de todos estes processos demonstram para que norte sopravam os ventos de Novembro.

A reacção a esta sentença valeu-me quinze dias de prisão disciplinar agravada por alegado desrespeito ao responsável último pela decisão, o CEMFA, general Lemos Ferreira, e posteriormente mais cinco pela mesma razão. Ambas as punições foram cumpridas no cárcere da Base do Lumiar.

Em Março de 1990, encontrei-me ocasionalmente no Hospital da Força Aérea com um dos membros do CSD que me julgou: o brigadeiro Honorato, que estava lá internado com uma doença muito grave. Chamou-me e, perante o meu embaraço, estendeu-me a mão, cumprimentou-me de forma afectuosa e, tratando-me pelo nome próprio, disse-me o seguinte (sic): “Nuno, quero felicitar-te porque te portaste com grande dignidade”.

Fiquei comovido, muito comovido. Retribuí o cumprimento. Entendi-o e aceitei-o como um gesto de reconciliação. O brigadeiro Honorato, que era o director do meu serviço, conhecia-me muito bem. Faleceu alguns dias depois.

Após o decreto “redentor” que reconstituiu a minha carreira, impus a mim próprio dirigir uma carta ao responsável último pela decisão, o general Lemos Ferreira, e fi-lo, entre outros, nos termos que transcrevo:

*“O 25 de Abril não me proporcionou ascensão na carreira, acesso a cargos de relevo, nem honrarias, nem benefícios de qualquer espécie. Trouxe-me, isso sim, a satisfação de uma missão que muito me honro de ter cumprido.*

*De uma missão de transcendente importância para o Portugal que hoje somos.*

*Trouxe-me, isso sim a aprendizagem do que é lutar, em absoluta desigualdade de circunstâncias, com a prepotência e com o abuso de autoridade.*

*Trouxe-me, isso sim, a possibilidade de sair desta luta desigual de cabeça erguida e com ânimo para, quase a partir do início, reconstruir a minha vida.*

*Saí refeito desta luta desigual e, convicto das minhas capacidades, reconstruí a minha vida, licenciiei-me em Economia e construí uma nova carreira profissional, com gosto e com brio.*

*V. Excia terá sido o único chefe militar do regime pós 25 de Abril que, em plena democracia e, objectivamente, por delito de opinião, puniu subordinados, manietou os seus direitos, condicionou a capacidade de se defenderem e usou, de forma injusta, abusiva e prepotente, a autoridade que a democracia lhe outorgou.*

*V. Excia nada teve a ver com a mudança que instalou a democracia em Portugal e, conseqüentemente, nunca conseguiu aplicar os seus princípios na sua difícil relação com aqueles que nela se empenharam.*

*V. Excia foi o único chefe militar que assumiu o compromisso público de avaliar comportamentos em Tribunal e que depois se furtou a esse compromisso para, ao arrepio da sua palavra, usar processos de “justiça”*

*sumária, seguramente mais adequados aos seus intentos, aos seus preconceitos e à sua intransigente animosidade para com os militares que se envolveram na democratização do país.*

*V. Excia foi, em pleno regime democrático, o paradigma do chefe militar do regime deposto e exacerbadamente mais injusto, mais repressivo e mais afrontoso que muitos deles.*

*Esperei, pacientemente, quase 24 anos, para lhe escrever esta carta, mas eu tinha a certeza absoluta de que lha iria escrever.*

*Os valores que dignificam a condição humana acabam sempre por se distinguirem, por se fazerem notados. E terão sempre alguns defensores, naturalmente...”*

Morreu sem se pronunciar.

Depois de arrumar o passado e ganhar um novo fôlego para o percurso do futuro, muitos e gratificantes foram os passos e os caminhos andados.

Em Fevereiro de 1986 fui agraciado com a Ordem da Liberdade, Grande-Oficial.

No bom jargão militar, uma vez mais, missão cumprida!

**\* Capitão de Abril, sócio da A25A**

## Então



Direitos reservados

Então

era um o povo que sofria

tempo em que o dia

nem com a noite terminava

de sol a sol

e mais além

na cata do pão que lhe faltava

ou muito curto

acabava

antes de nascer

quando o esbirro à porta lhe batia  
lhe dizia  
a desgraça  
de haver ousado romper com a mordança  
março  
e sinos badalaram  
que eles julgaram que calaram  
a prometer  
um dia novo a nascer  
abril rompeu  
prenhe de maios a parir  
maios  
sempre maios a florir  
tantos maios  
maio  
vai a meio  
não termina  
há muito maio por cumprir ainda

23-03-2023

**GUSTAVO PIMENTA, Docente do ensino superior, escritor, ex-deputado à Assembleia da República, sócio da A25A**

ABRIL-50 ANOS

Suplemento

## AS MINHAS INTERVENÇÕES NO COMANDO E DIRECÇÃO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS



Direitos reservados

**FRANCO CHARAIS\***

*O período que mediou entre o fim da ditadura, no dia 25 de Abril de 1974, e o dia 25 de Abril de 1976, data em que entrou em vigor a nova Constituição da República Portuguesa, assumiu a designação de*

*“Revolução dos Cravos”, originando o nosso actual regime político, uma democracia plena e pluripartidária.*

*Período extraordinariamente rico em acontecimentos políticos, iniciado por umas centenas de militares do quadro permanente, fundadores do Movimento das Forças Armadas (MFA) e que cumpriu todos os objectivos previamente definidos pelos próprios militares, nomeadamente a democratização da sociedade portuguesa, o fim de uma guerra em três distintos teatros africanos de operações e a criação de condições para o desenvolvimento económico e social do país, em especial para as classes mais desfavorecidas da população.*

*Para a consecução dos objectivos programados, o MFA teve o claro apoio do Povo, das forças políticas livremente criadas, organizadas em partidos, sindicatos e outra formas sociais e, durante todo o período revolucionário, o permanente apoio da esmagadora maioria das unidades militares e dos seus oficiais, sargentos e praças.*

### **Do Movimento dos Capitães ao 25 de Abril**

Convidado a aderir ao Movimento dos Capitães (designação anterior do MFA) pelo meu subordinado, major do Estado-Maior Vítor Aves, com a finalidade de colaborar na redacção de um programa de acção que desse um sentido à decisão dos capitães de acabar com a ditadura, que durante perto de meio século dominou o país e as colónias, tive oportunidade de acompanhar todo o processo revolucionário integrado e eleito nos seus órgãos de comando e direcção, nomeadamente na Comissão Coordenadora (CC), no Conselho de Estado (CE), no Conselho dos 20, no Conselho da Revolução (CR), na Assembleia do MFA (AMFA), na Assembleia do Exército (AEx) e no primeiro Conselho da Arma de Artilharia.

O Movimento dos Capitães, desde o momento que tomou a decisão de confrontar o anterior regime político, teve por costume organizar Comissões Coordenadoras

(CC) pelo que, perto do dia 25 de Abril de 1974, dispunha de uma CC na Metrópole e em todas as colónias africanas. Em 5 de Março de 1974, a CC da Metrópole reuniu em Cascais várias centenas de capitães onde foi tomada a decisão de assumir o controlo político do país através de uma acção exclusivamente militar, que deveria ter como principais orientadores os generais Costa Gomes e António de Spínola. Na mesma CC foi decidido elaborar um documento que serviria de carta de comando para os generais e para todos os militares que interviessem nas operações militares.

Assim, colaborei com outros jovens militares na redacção desta carta, que assumiu a designação de Programa do MFA (PMFA) onde foram definidas tarefas para serem cumpridas por militares e por civis. Exigências de secretismo e o curto período entre estas decisões e o lançamento da operação militar, não permitiram que o PMFA fosse levado ao conhecimento de todos os militares do Movimento. Em linhas gerais, o PMFA impunha tarefas a todos. Aos militares era cometida a condução e direcção do Movimento, a capacidade exclusiva da aprovação de Leis Constitucionais e de legislar para as Forças Armadas; aos civis o exercício do poder executivo com a obrigação da produção de legislação para a devolução de todas as liberdades políticas e sociais subtraídas ao Povo pelo regime anterior, a preparação de eleições totalmente livres para a eleição duma Assembleia Constituinte e, posteriormente, para uma Assembleia Legislativa, o lançamento de uma política económica em apoio das classes mais desfavorecidas e, ainda, a adopção de uma política ultramarina que conduzisse à paz. Com a aprovação da nova Constituição, as Forças Armadas subordinar-se-iam ao poder executivo.

O dia D surgiu vitorioso em 25 de Abril de 1974. Vítor Alves levou-me ao posto de comando do MFA onde fiquei a conhecer o major Otelo (o comandante), os tenentes-coronéis Lopes Pires e Garcia dos Santos, o oficial da Armada Vítor Crespo e, para minha surpresa, um outro meu subordinado, o capitão do estado-maior Sanches Osório. Assisti à chegada do General Spínola, já no fim das operações, que felicitou, superficial e sobranceiramente, os oficiais que a



comandaram. Esta atitude e a forma como tinham decorrido as suas intervenções na elaboração do Programa do MFA, propondo sucessivas alterações e, de repente (sublevação de Regimento das Caldas da Rainha), informando o seu apoio, deixaram-me desconfiado em relação ao General.

Nesse mesmo dia, pouco antes das 22H00, hora para apresentação na TV da Junta de Salvação Nacional (JSN) ao País, sabendo que os seus membros partiriam do Quartel da Pontinha, resolvi ir assistir à sua partida e informar o general Spínola que iria distribuir o Programa do MFA (PMFA) pelos jornalistas presentes na Pontinha. Fui proibido de o fazer dizendo-me discordar do seu conteúdo e, perante a minha determinação, saiu do automóvel que o levaria à TV e fomos para o gabinete do comandante do Regimento de Engenharia, onde li aos generais da JSN, linha por linha, o teor do PMFA, porque alguns generais da JSN ainda não o conheciam. Dado o decorrer do tempo, sugeri que a JSN fosse à TV e que voltasse à Pontinha para continuarmos a análise do documento o que aconteceu, já com a presença de outros militares como Vítor Alves, Vasco Gonçalves e Vítor Crespo. Por esta razão o aparecimento da JSN na TV teve um atraso, creio de hora e meia, e o PMFA acabou por ser distribuído aos jornalistas ao início da manhã do dia 26 de Abril.

Penso que esta minha intervenção foi importante pois funcionou como um aviso dos militares à JSN de que teriam de cumprir o determinado no PMFA. Os acontecimentos da noite de 25 de Abril eram sinal de que o General Spínola, nas funções de Presidente da República (PR), não iria cumprir o disposto no Programa, pelo que a sua defesa, da responsabilidade da CC, só seria efectiva se esta dispusesse de real força militar que, naturalmente, teria de ter por base as unidades militares que intervieram nas operações do dia 25 de Abril.



Direitos reservados

### **As primeiras medidas**

Como o general Costa Gomes iria ser assoberbado com uma catadupa de problemas do foro militar, internos e relacionados com as colónias (o que o tornou quase incontactável) e porque a CC acompanhou a JSN para o palácio de Belém, decidi assessorar o seu gabinete e substituí-lo em decisões de problemas urgentes, mantendo permanente contacto com a CC através do major Vítor Alves.

Assim, em nome do MFA intervim, nomeadamente, em vários assuntos como no acelerar da libertação dos presos políticos, na organização do COPCON, no saneamento das Forças Armadas. Também a necessidade de haver um serviço junto do CEMGFA que elucidasse a população sobre as actividades das Forças Armadas, problema que me foi posto pelo coronel Varela Gomes, levou-me a propor ao general Costa Gomes a criação no EMGFA de uma 5ª Divisão (Assuntos Cívicos) sob a chefia do próprio Varela Gomes, o que foi imediatamente aceite.

Na libertação dos presos políticos recebi um telefonema do oficial da Armada, a quem foi atribuído o comando da prisão de Caxias, altamente preocupado pois tinha recebido ordem do general Spínola para libertar apenas os presos políticos que não tivessem acusações de crimes de delito comum. Dizia-me que não tinha meios para fazer uma análise rápida dos processos de todos os presos enclausurados em Caxias e que estava a ser pressionado pelos familiares dos presos. Ciente de que o anterior regime da ditadura, perante a comunidade internacional, não se atreveria a oficializar a existência de presos políticos, sendo obrigado a condená-los por qualquer tipo de delito comum, decidi não levar o caso ao general Costa Gomes e enviei o capitão Menino Vargas a Caxias com ordem minha para a libertação imediata de todos os presos políticos com o argumento de que, se houvesse algum preso por delito comum, depois “iriamos atrás dele”.

Uma das primeiras decisões do PR foi passar à reserva todos os oficiais generais com excepção dos da JSN e dizer aos membros da CC que saneassem os outros quadros das Forças Armadas (FA's). Recebi um telefonema do Vítor Alves pedindo-me que fosse ao Palácio de Belém, onde um grupo alargado de capitães estava a cumprir esta missão, de forma pouco ortodoxa. De facto, discordei do método adoptado (polegares para cima ou para baixo), pelo que pedi a Vasco Gonçalves, que chefiava a sessão, que a interrompesse, comprometendo-me a arranjar uma solução mais digna. A solução que encontrei passou por criar, em cada Ramo e Serviços das FA's, uma Comissão com um representante por cada um dos postos, chefiada por um oficial general. Eu próprio representei os tenentes-coronéis na primeira Comissão da Arma de Artilharia e pude constatar a lisura com que decorreu o primeiro processo de saneamento, em que os representantes dos postos mais baixos eram os mais exigentes na obtenção de informações para votarem o saneamento de qualquer oficial.

Para a elaboração de documentos em condições de serem aprovados e publicados, nomeadamente os já referidos e os relativos ao COPCON (Comando Operacional do Continente, uma organização do CEMGFA criada para apoio dos GP que se

viam a braços com exigências de saneamento das forças militarizadas e, portanto, sem meios para imporem a sua autoridade) obteve autorização do general Costa Gomes para recorrer ao apoio dos professores do Instituto de Altos Estudos Militares, inactivos por terem sido suspensos todos os cursos que ali se realizavam.

Mas, com o passar dos dias, as tropas que tinham operado no dia 25 de Abril corriam não só o risco de se desmobilizarem, como assumirem comportamentos indesejáveis. Poucos dias depois do 25 de Abril, surgiu no gabinete do General Costa Gomes um capitão regressado dos Açores, para onde havia sido enviado castigado pelo anterior regime, por pertencer ao Movimento dos Capitães. Era o capitão Vasco Lourenço e, rapidamente, pude constatar tratar-se do mais importante dinamizador do Movimento e o oficial que maior prestígio detinha entre todos os capitães. Assediado pelos seus camaradas, principalmente pelos que prestavam serviços nas unidades fora da região de Lisboa, centro nevrálgico das transformações resultantes de uma eminente revolução política e social, também ele era de opinião que o MFA tinha de manter um poder militar próprio, que acompanhasse e controlasse o desenvolvimento dessas transformações. Assim, a partir de um gabinete que partilhámos no CEMGFA, lançámo-nos no objectivo de reunir esse poder nas mãos do MFA ou seja, inicialmente, nas mãos do próprio Vasco Lourenço, o que foi conseguido através de reuniões de informação, durante vários dias, com grupos de capitães, vindos de várias regiões do país.

Pelo seu lado, a CC, no Palácio de Belém, acompanhou a elaboração da Lei 3/74 de 14 de Julho, Lei que permitiu a transformação do Programa do MFA em Lei Constitucional e a inclusão da CC no Conselho de Estado (CE). Com o apoio da maioria dos conselheiros civis e de três generais da JSN, a CC passou a contar com a maioria de votos no CE. Tal permitiu à CC dispor de força efectiva para anular as primeiras tentativas do PR para alterar o disposto no PMFA, ou seja, na Lei 3/74, propondo a sua eleição por sufrágio directo e universal, o que lhe

proporcionaria total liberdade e legitimidade para neutralizar o MFA e alterar o rumo que lhe era imposto pelo Programa do MFA.



### **A Comissão Coordenadora e o general Spínola**

A formação do segundo Governo Provisório (GP), sob a chefia de Vasco Gonçalves e tendo como ministros vários militares da 1.<sup>a</sup> CC, exigiu a eleição de substitutos, pelo que fui eleito com Vasco Lourenço e Pinto Soares para a CC, que vai confrontar-se com a continuação das manobras do PR para controlo total do poder político e militar, da condução do processo de descolonização, tentando evitar as independências de Angola e de Moçambique apesar de, pela Lei 7/74, por ele próprio promulgada, o país ter reconhecido o seu direito à autodeterminação e independência. Para melhorar o conhecimento da CC, em relação à actividade do governo propus ao 1º Ministro Vasco Gonçalves a realização semanal de uma reunião informal com a CC, à qual imediatamente acedeu.

O culminar da oposição a estas manobras foi conduzida pela CC, nas vésperas da realização da manifestação de apoio ao general Spínola, designada por “maioria silenciosa”. Foi preparada a possível intervenção das forças militares que tinham actuado em 25 de Abril, sob o comando de Vasco Lourenço (tendo a garantia da não intervenção da Armada e da Força Aérea) e a retirada da confiança do MFA a três generais da JSN, para deixar Spínola em minoria nas previsíveis votações no CE. A CC tinha informações que, no decurso da manifestação, iriam ser provocados alterações da ordem pública, pretexto para o PR declarar o estado de sítio, o que lhe permitiria alterar o disposto na Lei 03/74.

Como militar mais graduado da CC coube-me apresentar, por telefone, um ultimato ao General Costa Gomes para que conseguisse que o PR desconvocasse a manifestação. Para lhe facilitar a missão informei-o que o MFA tinha decidido retirar a confiança a três generais da JSN (CEME, CEMFA e Galvão de Melo) o que lhe permitiria, com o apoio dos generais da Armada, ter maioria na JSN para convencer o PR a proibir a manifestação. Interrogando-me sobre quem era eu para lhe fazer ultimatoss, respondi que tínhamos o MFA sobre rodas. A reacção do PR, naturalmente informado pelo general Costa Gomes, foi quase imediata. Convocou a CC para uma reunião e nesta, antes que falasse, entreguei-lhe um documento escrito, assinado por todos os militares da 2ª CC, na qual declarávamos retirar a confiança aos três generais da JSN, informando-o de que a CC desejava que fosse criada uma estrutura de informação dos militares das Forças Armadas, para evitar qualquer confrontação que pudesse desembocar numa guerra civil, ou sejam, a Assembleia do MFA e as Assembleias dos Ramos. Pelo seu lado, as populações, por decisão própria ou dinamizadas por partidos, montaram barreiras de controlo de armas nos acessos à cidade de Lisboa.

## **Organização do MFA**

Com a resignação do general Spínola e a sua substituição pelo general Costa Gomes sugeri a este que criasse, informalmente, um Conselho dos Chefes de Estado-Maior, para uma melhor coordenação das chefias militares, e a implantação de um esquema de troca de informações entre os militares do MFA e os seus órgãos de comando e direcção, PR, CE e GP. Ainda, por iniciativa minha, a CC propôs que, antes das reuniões do CE, os representantes militares daqueles órgãos reunissem para preparar as decisões constitucionais a votar pelo CE. Surgiu, assim, informalmente, o Conselho dos 20 e a constituição da Assembleia do MFA, composta pelas Assembleias do Exército, da Armada e da Força Aérea.

O Conselho dos 20 assumiu a direcção da Assembleia do MFA e a direcção das Assembleias dos Ramos foram assumidas pelos Chefes de Estado-Maior e conselheiros militares dos respectivos Ramos. A Assembleia do Exército tinha 120 elementos e as da Armada e Força Aérea 60 cada (oficiais, sargentos e praças). A reunião das três Assembleias formava a Assembleia do MFA. Esta organização, aparentemente complexa, funcionou apenas para a transmissão e recolha de informações, desempenhando uma missão extraordinariamente importante, durante o período entre os primeiros meses do ano de 1975 e o 25 de Novembro do mesmo ano, na contenção de uma qualquer possível guerra civil.

De facto, este período designado por “verão quente” ou, depreciativamente, por “PREC”, sujeito a uma violenta sabotagem económica e financeira, interna e externa, pelas forças ligadas ao anterior regime, a lutas entre partidos para controlo do poder executivo e da comunicação social, muitas vezes desfavorável ao MFA, e uma descolonização contestada por interesses dos colonos brancos e assimilados exigiu, não só uma forte concentração do poder armado nas mãos da direcção político-militar (PR/JSN/CC), como a sua criteriosa utilização.

## **Descolonização**

O processo de descolonização foi dirigido primeiro pelo general Spínola e, após a sua abdicação, pelo general Costa Gomes e foi cumprido pelos GP's. Nos primeiros GP's, de acordo com o disposto no Programa do MFA, a descolonização deveria orientar-se pelo reconhecimento de que a solução era política e não militar, pela criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional e pelo lançamento de uma política ultramarina que conduzisse à paz. Os I e II GP procuraram cumprir o preceito, mas esbarraram com a determinada oposição dos movimentos de libertação, com a impossibilidade de consulta das populações dos diferentes territórios, dadas as suas extensões e dificuldades de as contactar, com a animosidade das populações de etnia branca contra o processo e, principalmente, com a oposição dos efectivos expedicionários recusarem a mobilização e a guerra contra os movimentos de libertação. Colaborei nesta fase, acompanhando o CEMGFA a Angola e Moçambique para, em palestras com militares, pedir-lhes o apoio para o processo de descolonização e, um pouco mais tarde, acompanhando uma missão do CEMGFA que se deslocou à Jamba para reconhecer a UNITA como movimento de libertação e, principalmente, para evitar as baixas que aquela causava nas nossas guarnições militares, existentes na sua área de acção.

E a necessidade de protecção da vida dos nossos militares de possíveis acções dos movimentos de libertação e dos ataques infligidos pelas populações de etnia branca principalmente nas cidades de Luanda, Lourenço Marques e Beira obrigaram Spínola e o II GP a reconhecerem, através da Lei 07/74, o direito dos povos ultramarinos à sua autodeterminação e independência. Com a substituição do general Spínola pelo general Costa Gomes os III e IV GP's, através da criação de relações mais favoráveis com os movimentos de libertação, conseguiram condições para uma passagem acordada das administrações dos territórios ultramarinos para os movimentos que reclamaram o direito à independência de cada um dos territórios, com excepção de Angola, cuja gestão do seu território foi



disputado por três movimentos apoiados, respectivamente, pelos Estados Unidos e pelo general Spínola (FNLA), pela União Soviética (MPLA) e pela China (UNITA). No entanto as relações mantidas com estes partidos permitiram ao PR e GP um mínimo entendimento entre eles, através da assinatura dos Acordos de Alvor.

Assisti no Hotel da Penina (Alvor) à cerimónia da assinatura. No decorrer dos discursos, um elemento do protocolo de Estado abordou-me dizendo que eu, como elemento da CC teria que proferir algumas palavras. Porque a CC não tinha colaborado no processo, tentei recusar mas, como a cerimónia estava em curso, decidi intervir e, dirigindo-me aos chefes dos partidos, disse-lhes que nem Portugal nem a comunidade internacional acreditavam que eles cumprissem os Acordos que acabaram de assinar. Respondeu-me Savimbi garantindo que eles os iriam cumprir, o que de facto não aconteceu. O PR, Costa Gomes, também o previa, razão por que, ao fazer-me intervir na cerimónia, colou também a CC, como representante do MFA, aos acordos de Alvor.

Com o repúdio do recurso à guerra diluíram-se ódios ancestrais e foram criadas condições de amizade com os povos africanos. Como importantes excepções, o comportamento e opções políticas das comunidades brancas em Angola e Moçambique (alterações da ordem pública em Luanda, assalto ao Rádio Clube em Moçambique, más escolhas políticas em relação aos três partidos angolanos), do PR (general Spínola) e dos primeiros Governos Provisórios. Não evitaram a independência das ex-colónias, mas provocaram um inevitável êxodo das populações brancas que, somadas ao regresso dos efectivos expedicionários, exigiu uma ponte aérea apoiada pela comunidade internacional e integração, num curto espaço de tempo, no território português, de cerca de um milhão de portugueses.

Notável esforço de uma comunidade que atravessava uma crise económica, resultado de crises petrolíferas e sabotagens económicas das forças ligadas ao anterior regime. E, num espaço de poucos meses surgiram como países

independentes, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Julgo que a criação de condições de amizade resultantes do fim da guerra contribuiu também para que os novos países adoptassem o Português como língua oficial.

### **A questão do Desenvolvimento e o 11 de Março**

A violenta sabotagem política e económica incrementada pelo abandono de Spínola do cargo de PR, teve repercussões a níveis interno e externo. A Administração dos Estados Unidos, envenenada com acusações de que a direcção da Revolução era comunista, apesar da sua Lei 03/74 declarar que seriam respeitados os compromissos decorrentes dos tratados em vigor (manutenção na NATO, tratados de amizade com os Estados Unidos da América, Reino Unido, adesão à Comunidade Europeia, etc.) duvidando das informações que recebia da sua embaixada em Lisboa, substituiu o embaixador por um elemento ligado à CIA e perito na alteração, na América Latina, de políticas progressistas por outras do interesse dos Estados Unidos, com a missão de erradicar do nosso país o PCP e, também cerrou fileiras com os outros países europeus para que não fosse prestada qualquer ajuda financeira ao nosso país.

Como consequência da sabotagem do poder económico monopolista e a subida brusca do preço dos combustíveis, o GP foi pressionado, internamente, para assumir o controlo do poder económico, o que implicaria a nacionalização do poder financeiro. Recordo uma reunião com Vasco Lourenço e os economistas Veiga de Oliveira (PCP), João Cravinho, (PS) e Pereira de Moura (MDP/CDE) para nos informarmos sobre a solução mais adequada e o melhor conselho que conseguimos foi-nos dado por Veiga de Oliveira “se não têm força militar não se metam nisso”. Mas, com o golpe militar de 11 de Março, conduzido por Spínola, pressionado pelo poder económico, os trabalhadores assumiram o controlo da Banca, pelo que recebemos, do Banco de Portugal, um aviso “ou nacionalizam já,

ou nacionalizarão paredes”, pelo que a Banca foi totalmente nacionalizada, pois nela apenas restavam poupanças de pequenos accionistas.

De facto, em 11 de Março de 1975, o MFA foi confrontado com a tentativa do general Spínola interferir no percurso da Revolução, tentativa gorada pelas próprias tropas, aparentemente sob o seu comando, ao constatarem estarem a operar contra o MFA e contra o PR. Spínola fugiu para Espanha, acompanhado de alguns militares. O MFA, mantendo o cumprimento do Programa do MFA e a Lei constitucional 03/74 transformou, através da Lei 05/75, o CE num órgão composto apenas por militares, o Conselho da Revolução, tornando constitucional o órgão informal conhecido por Conselho dos 20 e criou as Assembleias dos Ramos e a Assembleia do MFA. Foi, ainda, garantida a realização das eleições para a Assembleia Constituinte. O PR passou, assim, a dirigir um forte órgão de comando e direcção.

As nacionalizações da Banca e das indústrias base, realizadas após o 11 de Março e apoiadas pela quase totalidade dos partidos, provocadas pela forte sabotagem que forças políticas e económicas ligadas ao anterior regime continuavam a exercer sobre a fraca economia do país, foram imprescindíveis para o cumprimento dos objectivos impostos ao GP pela Lei 03/74. E este foi, também, confrontado com os resultados eleitorais para a Constituinte, que mediram a força relativa dos diferentes partidos. Este facto teve como consequência que os partidos mais votados procurassem desalojar forças e/ou personalidades que se haviam instalado no aparelho de Estado e na comunicação social, maioritariamente ligadas aos partidos PCP e MDP/CDE, os únicos com existência real no primeiro período da Revolução.

Também as populações, dinamizadas pelos partidos e por iniciativa própria, encetaram acções de rua para lutarem por objectivos como melhores condições de habitação, de saúde, de escolaridade, de salários, etc. Comportamentos inadequados vão provocar desconfiança entre partidos, entre partidos e populações, entre militares e partidos, entre os próprios militares e, naturalmente,

vão surgir propostas revolucionárias para a consecução dos objectivos da Revolução. No próprio CR, militares convictos de que os partidos não estavam interessados nos objectivos previstos na lei 3/74 apontaram caminhos para os atingir, por eles considerados mais revolucionários do que o Programa do MFA, traduzidos em vários documentos, como o Plano de Acção Política, o Documento do COPCON, o Documento Guia da Aliança Povo-MFA e outros que subiram ao CE e CR para análise, mas que nunca foram aprovados pelo órgão dirigente da Revolução.

A situação agravou-se com a procura de armas entre civis e partidos, prefigurando o acontecido na Primeira República. Temendo a possibilidade de uma guerra civil, decidi propor no CR que conselheiros da revolução, em acumulação, comandassem as Regiões Militares, a fim de as manter unidas e o mais afastadas possível da fogueira política que era a Região de Lisboa, proposta imediatamente aceite pelo PR. Ficou assim o MFA no comando directo das Regiões Militares do Norte, Centro e Sul, e em melhores condições de fazer face a “ameaças possíveis” como as que menciono em seguida:

- Ofensiva das forças paramilitares do general Spínola e forças ligadas ao regime anterior, apoiadas (ou não) por elementos ligados à Igreja e aos partidos da extrema-direita (possivelmente com o apoio de elementos do PS e do PPD/PSD).
- Ofensiva do PCP e bases dos partidos PS e da extrema-esquerda, apoiados pelas unidades RPM, RALIS, EPAM e, possivelmente, por militares das unidades de paraquedistas e fuzileiros, com os possíveis objectivos de colocar Vasco Gonçalves no comando da revolução e dissolver a Assembleia Constituinte.
- Ofensiva dos partidos da extrema-esquerda, descrentes da capacidade do CR dominar a situação política e militar, apoiados por militares dos RPM, RALIS, EPAM, COPCON e de militares das unidades de paraquedistas e

fuzileiros com os possíveis objectivos de colocar Otelo no comando da revolução, dissolver a Assembleia Constituinte, substituindo-a por uma solução política de poder popular.

- Ofensiva dos partidos mais à direita, PS, PSD e CDS, apoiados por elementos da extrema-direita e organizações apoiadas pelo general Spínola, com os apoios da RMN, Regimento de Comandos e de oficiais superiores das FA's, com o objectivo de ilegalizarem o PCP e partidos da extrema-esquerda e, também, promoverem alterações na composição do CR.



Direitos reservados

### **O Papel das Regiões Militares**

A solução da colocação de conselheiros da Revolução no Comando das Regiões Militares (Corvacho na RMN, Franco Charais na RMC e Pezarat Correia na RMS), a que se acrescentou o Comando da Academia Militar (onde se tinham verificado perturbações entre os cadetes), pelo conselheiro Pinto Soares, a quase

garantia de não intervenção das unidades da Armada em acções militares conduzidas pelo Exército, conferiu ao MFA uma esmagadora maioria militar e ao PR a capacidade real de intervir directamente no comando de qualquer das Unidades Militares das Forças Armadas. E, na realidade, nenhum militar ou unidade militar se atreveria, ou melhor, se atreveu a actuar contra a Presidência da República, nomeadamente na data crítica de 25 de Novembro de 1975.

Por outro lado, a minha proposta (acompanhando a decisão dos capitães do MFA de não quererem qualquer tipo de benesses, por serem responsáveis pela revolução) para que os conselheiros não fossem promovidos a generais, mas apenas graduados em brigadeiros (com excepção do capitão Pinto Soares, graduado em general), permitiu que não fossem criadas resistências visíveis no interior das Forças Armadas. Eu próprio tive como segundo-comandante o brigadeiro Vieira, o primeiro comandante da primeira companhia de paraquedistas criada no país e, na Região Militar, dois Regimentos comandados por oficiais que tinham sido meus professores nos meus cursos de Estado-Maior. Na realidade, a solução fortaleceu a defesa militar do MFA contra a concretização de qualquer das hipóteses de “ameaças possíveis” atrás referidas, e a liberdade de acção para o controlo das movimentações político-sociais que se desenrolaram naquele período, no país e nas ex-colónias.

Enquanto o Governo Provisório (GP) procurava cumprir o programa que lhe foi imposto pelo MFA que, além do apoio à descolonização, lhe exigia o apoio á Assembleia Constituinte, encarregada da elaboração da Constituição do País e o lançamento dos fundamentos de uma política económica que tivesse como prioridade o apoio às classes mais desfavorecidas, tive que repartir o meu tempo pelas missões de conselheiro da revolução (actividade prioritária por lei revolucionária constitucional), de comando da RMC e de membro das Assembleias do MFA e do Exército.

No que diz respeito a estas Assembleias, qualquer tentativa de tomada de decisões esbarrava com o teor da Lei 5/75 que determinava como único órgão deliberativo

constitucional/revolucionário o CR. Inicialmente realizadas no então denominado Instituto de Sociologia Militar mas, verificando-se que o que se passava no interior das reuniões era, praticamente, do conhecimento imediato dos partidos políticos e da comunicação social, propus ao general Costa Gomes que as mesmas fossem realizadas no Alfeite (Armada), depois em Monsanto (Força Aérea) e, a última, na minha Região Militar, no Regimento de Engenharia de Tancos. Acompanhei com toda a atenção o seu funcionamento para que não se verificassem tentativas de tomada de decisões que contrariassem o disposto nas Leis 3/74 e 5/75 e tenho a obrigação de aqui reconhecer a combatividade e determinação do capitão Vasco Lourenço que, presente em todas as reuniões, em muito contribuiu para evitar que tal acontecesse.

No comando da Região Militar tive o apoio do segundo-comandante (brigadeiro Videira), do chefe do Estado-Maior (tenente-coronel Álvaro Seco, meu colega nos cursos da Academia Militar e Artilharia), de todos os comandantes das unidades e de todos os capitães do Movimento dos Capitães (com quem me reuni várias vezes fora das horas de serviço). Tive, ainda, o apoio da PSP e da GNR com quem foram criadas operações conjuntas de defesa de pontos sensíveis e barragens nas estradas. Sujeitas a inopinadas visitas e palestras do comandante da Região e a um intenso programa de exercícios de fogos reais envolvendo duas baterias de Artilharia e um batalhão de Infantaria (o último exercício realizado teve a cooperação da Força Aérea), as unidades da RMC atingiram um aceitável nível operacional e disciplinar.

Na RMN, o brigadeiro Corvacho, condicionado na sua actividade operacional contra actividades subversivas desencadeadas por Spínola e forças ligadas ao anterior regime, por informações prestadas pelo PCP, incluiu representantes deste partido na sua Repartição de Informações. Um dia, 10 capitães, representando 10 Unidades da RMN, discordando das decisões do comando da Região, que consideravam partidárias, apresentaram-se em Coimbra colocando-se sob o meu comando, informando-me que ou eu aceitava esta sua decisão ou desencadeariam

uma operação de assalto ao Quartel-General da RMN. Para evitar o agravar de discussões políticas, decidi dar-lhes condições de alojamento e de ligação às suas Unidades e instiguei o Chefe do Estado Maior do Exército a resolver o problema, que terminou com a substituição do brigadeiro Corvacho pelo brigadeiro graduado Pires Veloso, o qual, em vez de assumir uma posição equidistante de todos os partidos políticos, como lhe era devido, tornou clara a sua preferência pelo PPD e pelo PS.

Estes acontecimentos vão ter consequências na disciplina das Forças Armadas. Impulsionado por movimentos políticos da esquerda surgiu um movimento de militares auto-denominado SUV (Soldados Unidos Vencerão) que tinha como palavra de ordem “Reaccionários Fora dos Quartéis Já”, visando o afastamento dos comandos que consideravam não identificados com a Revolução e que teve repercussões preocupantes no Quartel da Serra do Pilar em Gaia. A RMN foi incapaz de resolver militarmente o problema, que acabou por terminar em confrontações com manifestações de civis mobilizados pelo PPD e pelo PS que, junto do Quartel da Serra do Pilar, exigiam o afastamento daqueles militares.

Convicto de que acontecimentos do mesmo tipo se viessem a verificar em Coimbra, com o apoio das associações de estudantes, recebi no meu gabinete dois alferes do Regimento de Coimbra e dois furriéis do meu Quartel-General enviados, a meu pedido, pelo comandante do Regimento e pelo meu chefe do Estado-maior. A imediata resposta ao meu pedido era sinal que os comandantes conheciam os seus subordinados e, pessoalmente, pude aperceber-me do baixo grau de politização dos SUV porque, na curta conversa que tive com alferes e furriéis, esta não foi além daqueles “slogans” pelo que, na tarde do mesmo dia, em reunião geral de militares no Regimento de Coimbra expliquei, clarinho para militar perceber, que eu e os meus comandantes apoiávamos a revolução, eu fazia parte do comando e direcção do MFA pelo que quem estivesse contra nós era reaccionário e devia sair dos quartéis “JÁ”, dando-lhes ordem para comunicarem ao comandante quem atentasse contra os comandantes, contra a disciplina nos



quarteis ou contra a revolução. E, até ao fim do meu comando, não houve qualquer perturbação nos meus quartéis pois, em todos eles, em reuniões com todos os militares, iniciava as minhas intervenções com a frase “Reaccionários fora dos quartéis Já”.

Como refiro mais à frente, a agitação continuou, com mais uma consequência pessoal que desejo salientar. Neste ambiente vi desfeita uma organização, também informal, que englobava a RMC, os Governadores de Distrito, a Universidade de Coimbra e a Associação Académica, criada para apoio das populações da área da Região Militar. Com excepção dos Governadores ligados ao PS, os outros comunicaram-me que deixariam de comparecer às reuniões. Também o reitor da Universidade de Coimbra, professor Dr. Teixeira Ribeiro, bastante pesaroso, me apresentou um documento no qual era declarada a suspensão das relações entre o comando da RMC e os diversos departamentos da Universidade e da Associação Académica, documento que me recusei receber por não ter qualquer valor jurídico. E eu, até hoje, continuo saneado pela Universidade de Coimbra e pela sua Associação Académica, por ter assinado o documento dos 9, que refiro mais à frente.

### **Do Verão de 1975 ao 25 de Novembro**

Entretanto, o IV Governo Provisório, confrontado com a demissão dos ministros sem pasta, representantes dos partidos PS e PPD, teve que ser extinto. O PR indigitou, contra a opinião da maioria dos conselheiros, Vasco Gonçalves para a constituição de um V GP, embora o declarasse como solução de emergência. Mas o novo GP iria ter o apoio do PCP e MDP/CDE e a oposição dos partidos PS e PPD, estes largamente maioritários na representação dos eleitores. Assim, a permanência de Vasco Gonçalves à frente de um GP, com apoio minoritário da população, foi objecto de reuniões das Assembleias do MFA e do Exército (na RMC, no Regimento de Engenharia, em Tancos) que concluíram pelo seu afastamento, quer do GP, quer de qualquer solução de chefia militar, não pelas

suas capacidades políticas e militares, mas porque dividia os militares, o que poderia pôr em causa o cumprimento dos objectivos do MFA. E para evitar o arrastar do problema, um grupo de conselheiros, cientes de representarem a grande maioria dos militares do MFA, assinou um documento, que ficou conhecido por “Documento dos 9” que obrigou o PR, general Costa Gomes, a dar posse a um VI GP chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo. Assinei o documento e, um ou dois dias depois, recebi um telefonema do general Costa Gomes ordenando-me que me apresentasse em Belém. Sabendo que tinha sido suspenso do CR informei-o de que não cumpriria a sua ordem, por a considerar ilegal mas, no dia seguinte, resolvi ir a Belém. No palácio assisti a parte da discussão entre Costa Gomes e os conselheiros suspensos mas, sabendo que o CR estava reunido, resolvi entrar na sala e ocupar o meu lugar habitual. Nem o almirante Pinheiro de Azevedo, que presidia, nem qualquer dos conselheiros se atreveu a colocar em causa a minha presença. De facto, a suspensão tinha sido decidida pelo Triunvirato, uma organização informal (PR, 1º Ministro e Comandante do COPCON) proposta do tenente Marques Júnior, com a missão de conciliar e fundir vários textos revolucionários sendo, portanto, inconstitucional a sua decisão, pois era da exclusiva competência do CR a suspensão ou expulsão de qualquer dos conselheiros.

Estes acontecimentos reflectiam o “choque” entre três soluções revolucionárias. A Constitucional, representada pela Lei 03/74 que obrigava o CR, defendida pelo Grupo dos 9 e apoiada (aparentemente) pelos partidos PS, PPD e CDS; a Gonçalvista representada por Vasco Gonçalves e apoiada pelo PCP e MDP/CDE e a Otelista representada por Otelo Saraiva de Carvalho e apoiada pelos partidos da extrema-esquerda revolucionária. Todas com apoio popular e de militares do MFA, todos necessários para combaterem as acções terroristas, vindas de Espanha, da iniciativa da extrema-direita e do general Spínola, com destruições das sedes do PCP, de organizações de esquerda e atentados bombistas, mas todos divididos pelas lutas partidárias.

Enquanto o CR procurou enfrentar a situação político-militar com “punhos de renda”, os partidos PS, PPD e CDS apoiados por toda a direita, extrema-direita e pelos apoiantes do general Spínola, recorrendo à política salazarista de considerar comunista quem discordasse das suas opiniões, incendiaram o país com a tese de que o PCP preparava, com o apoio de militares, a institucionalização dum regime comunista em Portugal, o que dividiu o país entre “comunistas e reaccionários”. Como exemplo, a grande manifestação promovida pelo PS na alameda Afonso Henriques, em Lisboa, onde era notório o apoio da maioria silenciosa ligada à extrema-direita, dos partidos PPD e CDS, com Mário Soares a exigir que o PR se definisse, demitindo o 1.º Ministro Vasco Gonçalves.

Mas os partidos, insistindo na política salazarista do perigo da implantação do comunismo em Portugal, porque o PR não se definia, procuraram armar-se, o que ampliou a agitação social do país. Para mim, como comandante da RMC, a situação não me preocupou pois, quando assumi o comando da RMC, com o acordo do CEME foram retiradas todas as culatras das armas do Depósito de Material de Guerra que foram escondidas na minha Região Militar. As disponíveis estavam na posse das unidades militares e, a esmagadora maioria, subordinadas ao comando das RMN, RMC, RMS e algumas unidades da RMLisboa.

Evidentemente que a tese de comunização do país não era credível, pois a NATO e os países europeus nunca o permitiriam e, a própria União Soviética, numa visita de Estado de Costa Gomes àquele país, emitiu a opinião, pelo seu dirigente máximo, de que Portugal não deveria abandonar a NATO e manter-se no seio da comunidade dos países europeus. Por outro lado, o PCP tinha feito alterações nos seus Estatutos, nomeadamente excluindo a ditadura do proletariado, sinal de que se preparava para integrar um sistema político pluripartidário, o que de facto veio a acontecer. Muito do que se passou no verão quente de 1975 teve a ver com a luta do Povo pela consecução dos seus objectivos políticos e sociais, luta em que o PR e CR não intervieram, para que melhor fosse compreendido que “ninguém

dá nada a ninguém” e que as populações apenas alcançariam os seus objectivos se, todos unidos, lutassem pela sua concretização.

Quando propus que o comando das Regiões Militares fosse assumido por conselheiros da Revolução, tinha ficado decidido que Vasco Lourenço assumiria o comando da RML (Lisboa), o que exigiria o afastamento de Otelo dessas funções. Substituição considerada necessária, dada a sua ligação estreita a partidos e movimentos políticos ligados à extrema-esquerda, mas que poderia provocar divisões entre militares e unidades existentes naquela que era a Região mais militarizada do país, dada a presença de importantes unidades pertencentes aos três Ramos das Forças Armadas, pelo que a operação teria que ser executada com o máximo cuidado. Para tal, ficou previsto que Vasco Lourenço reuniria na área da RML o apoio militar necessário para garantir uma substituição de Otelo sem confrontação entre militares. Para o evitar, Vasco Lourenço, com o apoio do PR, preparou um pequeno grupo militar de intervenção para actuar, em caso de necessidade, na área de Lisboa. A seu pedido, recebi em Coimbra os tenentes-coronéis Ramalho Eanes e Garcia dos Santos, que tinham recebido a missão de constituir aquela força de intervenção, aos quais garanti o apoio militar da RMC (mas sob o meu comando) e cedi as informações necessárias para que Garcia dos Santos pudesse garantir as transmissões entre todas as unidades do Exército.

Dias antes dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 fui convidado para assistir a uma reunião de sargentos dos três Ramos das Forças Armadas, que se realizou no Regimento de Engenharia de Tancos. Quando proferia algumas palavras fui confrontado com a intervenção de um sargento paraquedista, que protestava porque estava ali para discutir assuntos dos sargentos e não para ouvir discursos dum brigadeiro (em resumo, ou eu me calava ou eles abandonariam a reunião). O assunto foi sanado pela mesa, eu completei a minha intervenção e o acidente terminou com o abandono da reunião dos sargentos paraquedistas e com calorosos pedidos de desculpa por todos os sargentos, principalmente os pertencentes à Força Aérea.

Evidentemente que acompanhei os acontecimentos ocorridos em 25 de Novembro, ciente de que a luta dos paraquedistas não constituía qualquer perigo para o cumprimento dos objectivos da Revolução. A sua luta restringiu-se a objectivos corporativos, sem apoios dos outros sargentos das FA's. Por outro lado, a esmagadora maioria das unidades do país estava ao lado do PR e do CR, pelo que as movimentações militares na área da RMLisboa englobaram um reduzido número de militares.

Aliás, o general Costa Gomes estava ciente daquela maioria, pois teve o cuidado de previamente analisar bem a situação e só accionar o agrupamento tático, chefiado pelo tenente-coronel Ramalho Eanes depois de uma reavaliação dos militares, unidades e apoiantes civis que, actuando sem a autorização do comando e direcção do MFA, visivelmente ampliaram e apoiaram aqueles acontecimentos, como o COPCON, 5ª Divisão, SDCI, CODICE, EPAM, RALIS, RPM etc.

De facto, nenhuma das movimentações destes militares e destes órgãos teve como objectivo o ataque à Presidência da República, ao CR, à Assembleia Constituinte ou ao GP, os principais órgãos de soberania do país. O dispositivo militar utilizado pelos militares dos órgãos atrás referidos visando as saídas da auto-estrada Porto-Lisboa, as suas portagens, o aeroporto, a Televisão e a ocupação pelos paraquedistas do Comando da Força Aérea em Monsanto e de duas ou três Bases Aéreas, exigindo a reversão da ordem do CEMFA para a dissolução da força paraquedista, abandonada pela quase totalidade dos seus oficiais, visava ou evitar a perda da sua boina verde, ou fazer face a um possível ataque de “unidades reaccionárias” vindas do Norte.

Como resultado, três militares mortos e 118 militares e civis presos. Situação dolorosa para uma Revolução que não matou ou encarcerou responsáveis do regime deposto, mas assistiu à morte e prisão de seus militares e à prisão de cidadãos que lutavam pela criação de um novo regime político. A correcção possível desta injustiça, assumida pelo CR, foi não deduzir acusações dos seus

actos, permitindo, assim, que não fosse prejudicado o seu futuro profissional, mantendo incólumes os seus registos criminais.



### **O pós-25 de Novembro**

Ramalho Eanes assumiu a chefia do EME e Vasco Lourenço a chefia da Região Militar de Lisboa e os partidos, após o “grande susto” por que devem ter passado, abandonaram a política de terra queimada que, aliados à extrema-direita, vinham promovendo e dedicaram-se a cumprir a missão que o MFA lhes tinha imposto, através da Lei 3/74 para, na Assembleia Constituinte, escreverem a Constituição da nova República Portuguesa. De facto, em apoio da minha tese do “grande susto”, de um momento para o outro, os partidos PS, PPD e CDS deixaram de acusar o PCP de querer instaurar um regime comunista no país e a Constituição foi ultimada e aprovada por todos os partidos (com excepção do CDS), dentro do prazo previsto por aquela Lei, uma Constituição altamente progressista.

Ainda como consequência destes acontecimentos, o MFA foi confrontado com duas realidades: a necessidade de rever o Pacto MFA/Partidos, uma vez que

alguns militares da Assembleia do MFA tinham sido presos, o que implicaria um processo de substituição que poderia ser causador de novas confrontações. De facto, o órgão de comando e direcção do MFA sabia que era necessário tempo para sarar feridas, para tornar possível a transferência para o poder político civil, de umas FA's devidamente estruturadas e adaptadas aos novos preceitos constitucionais, necessidades também entendidas pelos partidos políticos, pelo que foi negociado um segundo Pacto que passou a fazer parte do texto da Constituição de 1976.

As minhas missões de conselheiro da Revolução e de comandante da RMC iriam, assim, terminar com a eleição do novo Presidente da República, pois este iria ter como órgão de conselho, uma nova estrutura que manteria a designação de Conselho da Revolução, cujas novas missões não incluíam tarefas revolucionárias, apesar de ser composto apenas por militares, ou seja, iriam desempenhar funções de conselheiros de Estado e de Juízes de um primeiro Tribunal Constitucional. Ramalho Eanes deixou aos militares, que comandavam Regiões Militares, a decisão de continuarem como conselheiros de Estado ou como comandantes das Regiões Militares, pelo que a composição do novo órgão de comando e direcção do país continuou sem grandes alterações em relação à anterior estrutura. A decisão do novo PR compreendia-se, pois as novas missões constitucionais seriam desempenhadas por militares com dois anos de conhecimento e experiência em tarefas políticas e militares, táticas e estratégicas. Tarefas que me orgulho ter desempenhado, durante cerca de oito anos com outros camaradas, nos diferentes e principais órgãos de soberania. Fui conselheiro de Estado de dois Presidentes da República, desempenhei funções de legislador de Leis revolucionárias e constitucionais, de leis e decretos-lei para as Forças Armadas, de conselho para a indigitação de primeiros-ministros de quatro governos provisórios e de onze constitucionais, de comando de uma Região Militar, de juiz do primeiro Tribunal Constitucional instituído na democracia portuguesa, entre outras numerosas actividades de menor importância. Tarefas

que nos foram facilitadas pelo apoio de técnicos jovens e seniores, de elementos de todos os partidos e, principalmente, da maioria da população portuguesa e, também, dos nossos emigrantes. Sobre estes últimos recorro a admiração, amizade e gratidão com que éramos recebidos nas suas comunidades no exterior porque, desprestigiados pelas populações a quem prestavam serviços, considerados menores, passaram a ser respeitados e admirados. Em consequência, confiando nos jovens militares revolucionários, não diminuíram o envio, para Portugal, das suas poupanças monetárias.

### **Um olhar final**

Todas as tarefas desenvolvidas por militares e por muitos civis foram de forma “pro bono”. Como recompensa, para militares e civis, a elaboração e aprovação pelos 116 deputados do PS, 61 do PPD, 29 do PCP, 17 independentes, 5 do MDP/CDE, 1 da UDP e 1 de Macau e de 6 do CDS (estes apenas na elaboração) de uma Constituição que consolidava a criação de um sistema democrático pluripartidário, privilegiando a protecção das classes mais desfavorecidas e a subordinação total do poder económico ao poder civil. Como recompensa, também, todos viveram os momentos das primeiras eleições totalmente livres, para a primeira Assembleia Legislativa, primeiro Presidente da República e para os responsáveis das autarquias e das regiões autónomas. Assistiram, ainda, à criação do primeiro Tribunal Constitucional e ao nascimento de cinco novas nações independentes que se ligaram por laços de amizade à anterior potência colonial.

Mas as novas classes política e militar não podiam perdoar o facto dos jovens militares do Movimento das Forças Armadas terem realizado uma revolução que deveria ter sido desencadeada e dirigida pela sociedade em geral e não perdoaram o acto, que consideravam de grave indisciplina, por terem desenvolvido uma operação militar à revelia das chefias militares. Como consequência, durante os seis anos seguintes à aprovação da Constituição de 1976, os militares do novo



Conselho da Revolução, cumprindo a missão que lhes foi cometida pela Constituição de 1976, vão ser confrontados com tentativas de alteração ou desrespeito pelos novos preceitos constitucionais, por parte dos governos constitucionais, e com o cometimento de injustiças, por parte das chefias militares, contra alguns dos camaradas que se tinham empenhado no planeamento e condução da revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, conflito mais tarde minimizado por uma decisão do governo socialista de fazer aprovar uma lei que amnistiava os delitos militares, apesar da declarada oposição das chefias militares. O Conselho da Revolução, recorrendo às suas competências constitucionais, nomeadamente de juízes do primeiro Tribunal Constitucional, declarou a inconstitucionalidade de todas as tentativas de alteração da Constituição através de leis da Assembleia Legislativa (alteração só possível através de uma lei de revisão constitucional) e, através da sua competência de legislar para as Forças Armadas, minimizou o cometimento de injustiças por parte das Chefias militares. Pessoalmente, fui testemunha de defesa dos militares Otelo, Corvacho e Pulguinhas e tive a oportunidade de, nos julgamentos, apontar o facciosismo pela forma como os processos foram elaborados e de reprovar o “frete” que os velhos generais do Conselho Superior de Justiça estavam a prestar à Chefia do Exército. Evidentemente que o processo revolucionário, que honrou e enalteceu as qualidades do povo português e das suas Forças Armadas, terminou formalmente enxovalhado pelo PPD e pelo CDS, com a cumplicidade do PS, ao impedirem que o Conselho da Revolução transmitisse as suas competências de conselho de Estado, de legislador para as Forças Armadas e de juízes de um Tribunal Constitucional para os órgãos que foram definidos na lei de revisão Constitucional, lei que deveria ter sido elaborada até ao fim da primeira legislatura (quatro anos) mas que, por lutas pelo poder, só ao fim de seis anos tinham conseguido chegar a acordo para a sua elaboração.

Para aqueles partidos era necessário minimizar ou apagar a “humilhação” de terem sido criados e conduzidos por um grupo de jovens militares que os

obrigaram a elaborar a nova Constituição do país, Constituição que gostariam de ter elaborado sem os partidos da esquerda e da extrema-esquerda. Em resumo, era necessário apagar da memória colectiva a designação MFA (Movimento das Forças Armadas) manobra que vinham desenvolvendo desde a primeira “maioria silenciosa” e que não tinha alcançado os resultados pretendidos, porque a população mantinha o seu apoio ao MFA. Assim, pilotados pelo PPD, os partidos que assumiram o poder, após as eleições para a Assembleia Legislativa, vão intensificar o ataque ao MFA. Convictos de que o CR era o seu último reduto, intensificaram acusações de comunistas aos seus elementos, de tentarem a sua eternização no poder e, passando por cima das imposições constitucionais, tentaram glorificar-se por terem expulsado o MFA do poder e da convivência democrática. Mas a população, 50 anos depois, continuou e continua a respeitar o MFA e os militares de Abril.



Direitos reservados

## **50 anos depois...**

Todos estes acontecimentos ocorreram há meio século. Devo, no entanto, recordar a actividade do cidadão americano Frank Carlucci, perito em destruir, na América Latina, revoluções progressistas. Colocado na embaixada de Lisboa, não só não o fez no nosso país, como apoiou os militares no desenvolvimento do seu Programa do MFA e leis 03/74 e 05/75. Para tornar a directiva que tinha recebido do seu Secretário de Estado, promoveu a deslocação a Washington de Costa Gomes, Vasco Gonçalves, Mário Soares, Sá Carneiro e major Melo Antunes, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Kissinger, ao decidir-se pela criação de uma ligação telefónica directa com Melo Antunes, marcava, também ele, o seu apoio à Revolução conduzida pelo MFA. São desbloqueados os apoios financeiros dos países europeus que, com o apoio dos Estados Unidos, vão tornar possível a montagem de uma operação aérea que trará para o nosso país cerca de um milhão de portugueses que, num curto período de tempo, serão alimentados, alojados e apoiados para encontrarem os seus futuros meios de subsistência. Um verdadeiro milagre que iria ser desenvolvido por um Governo Provisório a braços com tremendas carências económicas, com os bancos e as empresas base praticamente descapitalizadas pelos antigos donos.

Em 1977, quando Frank Carlucci teve que prestar contas perante o Congresso dos Estados Unidos, para assumir o cargo de Director da CIA, prestou as seguintes declarações:

«Tem sido uma experiência muito inspiradora observar um país a emergir de 50 anos de ditadura, separar-se de um dos mais vastos impérios coloniais do mundo e recuperar, através da vontade do povo e sublinho isto porque, em retrospectiva, foram claramente as eleições livres o ponto de viragem na situação portuguesa, para ver instituições democráticas estabelecidas e os militares regressarem voluntariamente aos quartéis e para as suas missões profissionais. Sublinho que isto foi feito no período de dois anos sem qualquer derramamento significativo de sangue. Parece-me que é um caso único na história do mundo».

Palavras que nunca ouvi (ou li) da boca dos militares e cidadãos portugueses, principalmente de políticos, comentadores e historiadores.

Portimão, Novembro de 2023

**\* Tenente-general na reforma, capitão de Abril, sócio da A25A**

## PRINCÍPIOS CAPITAIS



Direitos reservados

Maria Manuela Cruzeiro, investigadora do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

### CARLOS ROSADO\*

- AMIGOS, vamos então consultar o tal documento que acreditamos poder ser histórico, o qual descobrimos e cujo acesso nos fica hoje disponível.
- Miguel, é um privilégio entrarmos hoje, 25 de Abril de 2024, no Arquivo da Universidade de Coimbra, uma universidade criada por D. Dinis em 1 de Março de 1290, acedendo ao que esperamos poder constituir uma pérola de interesse inigualável, quiçá um documento escrito há séculos.
- João, tens contigo a nossa credenciação como investigadores?

– Não, tem a Maria. Avancemos!

Os três, sentados já com a palpitação do coração nas mãos, estremeciam diante de um objecto tão pequeno e que as suas intuições acreditavam poder ser fundamental.

Abriram a caixa hermética, sob o olhar do arquivista zeloso, também curioso com o que talvez se encontrasse assim protegido num recanto esquecido da Universidade.

– Sr. Miguel, permitam-me sugerir-vos a máxima das precauções. Foi um acaso inexplicável o vosso achado.

– Muita gente declara convictamente que não existem acasos...

Estas palavras surgiram como resultado da descoberta quase incrível, passados tantos séculos, de um texto em português arcaico, inscrito no tecido que cobria algo que intrigava ainda mais os participantes neste evento porventura histórico e que os deixava tanto mudos quanto empolgados:

*Esta é a única cópia de um pergaminho original que se encontra na posse de Prestes João; está protegida para só ser reencontrada quando flores vermelhas calarem a repressão e representarem a chama da Liberdade.*

– Prestes João! Na escola primária, o meu professor ensinou que Portugal partiu à busca de novas terras no Oriente, mais precisamente em busca do Reino de Prestes João.

– E o meu ensinou que essa busca não foram descobertas, mas descobrimentos. Na altura não entendia a diferença... Hoje sei que... num descobrimento se desvela... talvez o que está visivelmente discreto, talvez realidades subjectivas...

– Estamos a divagar.

– Pois, talvez, no entanto é necessário não nos limitarmos ao que pensamos ser ou poder ser. Precisamos de aplicar um reconhecimento intuitivo do que se nos oferece.

Todos estavam indecisos sobre a forma de tocar aquele tecido, retirando o que fora coberto. Não terá sido alguma mera brincadeira com séculos?

Lentamente, com extremo cuidado, retirou-se o tecido protector de cor muito desmaiada. Nova pequena caixa surgiu sobre a mesa. Fechada.

– Isto deve ser algo muito sério, quem no século XIII, talvez mesmo antes, teve a premonição ou a visão de ser arauto do futuro, escrevendo para ser lido oito séculos depois? E que teremos dentro desta tão pequena caixa?

– Estamos a pressupor que esta época em que vivemos é aquela que parece subentender-se na referência às flores vermelhas...

– Maria, tu que és tão intuitiva, que te palpita?

– É seguramente sobre a Liberdade... De Prestes João só poderá provir um anúncio do que tanto alimenta os nossos melhores sonhos. Ou, talvez possa ser sobre o sentido de responsabilidade...

– Creio que a História da humanidade aparenta ser um caminhar contínuo até se alcançar o entendimento ou a revelação do significado verdadeiro da liberdade. Ela não é ainda compreendida, nem mesmo o foi quando, na época da Revolução Francesa em 1789, se divulgaram os três maiores conceitos de liberdade.

– Não estaremos a divagar? Essas três apresentações da liberdade permanecem diluídas, hoje quase não passam de uma esperança ou até de um conceito meramente académico. Façamos por ser muito práticos; como implantar quanto antes a liberdade no seio da vida humana?

– Acredito que essas três expressões da liberdade vão ser restauradas e assumirão um significado novo e potente. Nesta nossa época! O nosso 25 de Abril abriu

esse caminho. A vida humana tem de ser governada pela liberdade vivida e autêntica, por relações humanas correctas motivadas por um sentido de responsabilidade genuíno, ajustadas livremente, empreendidas voluntariamente.

O arquivista decidiu afastar-se perante os devaneios dos três jovens.

Eles entreolharam-se e pensaram ser altura para abrir a caixa.

– Miguel, vá, abre tu, foste tu quem originou tudo o que estamos a viver.

O Miguel, com lentidão e também com alguma solenidade, abriu a tampa da caixa e, lá dentro, apenas um rolo de pergaminho, amarelecido por tantos séculos de esquecimento num canto perdido da Universidade.

– Maria, ajuda-me com as tuas mãos delicadas, podemos deparar-nos com um vazio, ou... talvez com algo que possa ser extraordinário.

Respiraram fundo. Tinham pressa, contudo estavam certos que alguma precipitação poderia deitar tudo a perder.

O que leram explicava-se e demonstrava por que tantos séculos se foram escoando. Todos sabiam ler aquela grafia arcaica, conquanto muito bem delineada, mesmo bela. Não havia palavras, se calhar nem surpresa apesar do surpreendente.

Transcrevemos aqui o texto do pergaminho:

*A observação de planetas até então invisíveis, a descoberta dos sete tipos de fenómenos eléctricos, o emergir da arte criativa assinalarão a entrada da humanidade numa anunciada Nova Era. Poderá assegurar-se então que um Ser Maior se manifesta através de sete Sistemas Solares, o nosso Sistema Solar é um deles que subsiste no seio dessa Vida como uma manifestação de Vida do Grande Ser de Amor. A humanidade está destinada a representar na Terra a vida essencial deste Amor, aplicando uma Ética Viva*



*sustentada nos Princípios Capitais de Liberdade, Igualdade,  
Fraternidade.*

25 de Abril de 2023

**\* Capitão de Abril**

**ABRIL-50 ANOS**  
**Suplemento**



## Há esperança

Militar  
cidadão fardado  
ao nosso lado  
a lutar

Sem medo  
quase em segredo  
a construir  
alicerces  
de Abril

Portas abertas  
à liberdade  
o povo na rua

não recua

Vem depois  
algum cansaço  
ou desilusões

Aproveitando  
contradições  
o capital  
retoma posições

Há que resistir  
continuar a lutar  
para manter  
as portas abertas  
às ideias certas

Militares e civis  
tentam colocar  
os pontos nos is

De dia ao sol  
de noite ao luar  
Abril  
vai continuar!

**JORGE ALMEIDA, Professor, poeta, sócio da A25A**



### Caras(os) Associadas(os) e Amigas(os)

O nosso Associado Dr. Dimas Simas Lopes, natural da Ilha Terceira – Açores, onde reside, médico e artista plástico com vasta obra criada, de que se destacam as várias esculturas distribuídas pelas ilhas dos Açores, no Continente e em outros destinos, quis assinalar como homenagem aos 50 Anos do 25 de Abril, a oferta aos Capitães de Abril, de uma escultura em madeira de criptoméria dos Açores, pintada, com 1,80 X 1,25 m, constituída por duas placas de 50 cm e 75 cm de largura, que articulam na parte posterior, a qual passou a reforçar o já significativo património artístico da A25A e se encontra exposta na nossa Sede.

Considerando o simbolismo desta obra de arte, foi acordado com o seu autor e com a colaboração do Centro Português de Serigrafia, realizar-se uma série de Serigrafias com a imagem desta obra escultórica, trabalho que foi executado com mestria e carinho, resultando numa nova e bela obra de arte.

Ao aproximarmos-nos do 50º Aniversário do “dia inicial, inteiro e limpo”, a A25A decidiu disponibilizar aos seus Associados, durante um período limitado, até ao final do mês de Setembro de 2024, a sua aquisição com 50% de desconto.

Com cordiais saudações de Abril  
A Direcção